

Plano Agros CD-01

Plano B

Plano de Saúde

Plano A

Patrimônio Social

# RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

## EXERCÍCIO DE 2017

Patrimônio Social

Investimentos

Plano de Saúde

Demonstrativos contábeis

Planos de previdência

# **RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES**

## **EXERCÍCIO 2017**

VIÇOSA – MINAS GERAIS

MARÇO/2018

## SUMÁRIO

Principais Atividades	3
Perfil dos Participantes do Agros	5
Gestão dos Planos	7
Planos Previdenciários	7
Planos Assistenciais	15
Despesas dos Programas de Prevenção	17
Despesas Administrativas da Gestão dos Planos de Benefícios	20
Resumo da Política de Investimentos	21
Demonstrativo dos Investimentos	23
Desempenho dos Investimentos	26
Demonstrações Contábeis	27
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	34
Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	58
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	61
Pareceres Atuariais dos Planos Previdenciários	76
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista	77
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário	79
Pareceres da Auditoria Externa	81
Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	81
Relatórios dos Auditores sobre as Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	87
Parecer do Conselho Fiscal	91
Manifestação do Conselho Deliberativo	93

## MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

Neste Relatório Anual de Informações (RAI) 2017 são apresentadas atividades e dados que ajudam a conhecer melhor o funcionamento e os resultados do Instituto no ano que se encerrou.

O Agros recebeu, em 2017, fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As fiscalizações são parte do calendário regular de atividades da Superintendência e procuram avaliar o cumprimento, por parte das entidades de previdência complementar, das normas que regem o setor.

A primeira fase da fiscalização, iniciada em fevereiro, gerou o relatório recebido em junho, que trouxe uma série de determinações e recomendações. As determinações e recomendações foram referentes a procedimentos de controles e governança e estão contribuindo para a melhor gestão do Instituto, uma vez que apontaram melhorias que podem ser feitas na administração do Agros como um todo. Todos os documentos solicitados no relatório foram enviados para a Previc, devendo esta fase encerrar-se brevemente.

A segunda fase da fiscalização, direcionada para a gestão dos investimentos e benefícios previdenciários, se acha em curso e o Agros está trabalhando no levantamento de documentos e na realização de ajustes determinados pela Previc.

Apesar do cenário político-econômico no Brasil em 2017, os resultados dos investimentos superaram as metas atuariais dos Planos A e B. Já no Plano Agros CD-01, ressalta-se que a rentabilidade acumulada desde a sua criação, em 2008, foi superior ao acumulado dos principais indicadores financeiros utilizados no país.

Em relação à área assistencial, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) regula, normatiza e monitora constantemente os planos de saúde, além de estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras. Historicamente, o Agros tem notas bem próximas de 1 no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), em uma escala que vai de 0 a 1 (sendo 1 a melhor nota). Em 2017 o Instituto conquistou pontuação de 0,8998 e permaneceu no grupo de operadoras com melhor classificação no país.

No ano que se encerrou, o Planejamento Estratégico avançou, com definição de objetivos e metas, e entrou em fase de execução, sempre norteado pela Missão e Visão do Instituto,

Desejamos uma boa leitura! Estamos à disposição, durante todo o ano, para esclarecer dúvidas sobre os assuntos tratados neste Relatório.

Diretoria Executiva

O RAI é disponibilizado aos participantes em formato digital, no site do Agros, atendendo as recomendações de redução do uso de papeis previstas no Programa de Responsabilidade Socioambiental do Instituto. Também é possível solicitar à Gerência de Relacionamento uma versão impressa do RAI; os pedidos podem ser feitos presencialmente ou pelo e-mail <contatos@agros.org.br>. De acordo com a Instrução Normativa nº 13 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, de 13 de novembro de 2014, o envio do RAI impresso a todos os participantes não é obrigatório.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2017

“Gerir planos de previdência e de saúde com eficiência, segurança e sustentabilidade, proporcionando aos beneficiários condições para melhor qualidade de vida”. Essa é a missão do Agros, aprovada pelo Conselho Deliberativo em fevereiro de 2017, e é com o objetivo de cumpri-la com rigor que o Instituto desenvolve suas atividades.

Como em todos os anos, em 2017 a equipe técnica e administrativa trabalhou para atender às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores, especialmente a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e para oferecer, com qualidade e eficiência, os serviços contratados pelos participantes.

O quadro funcional do Agros é composto por 77 funcionários, sendo 68 em Viçosa, dois na Unidade de Atendimento de Belo Horizonte e sete em Florestal. Do total de funcionários, 64% são do sexo feminino e 36% são do sexo masculino. Em relação ao grau de formação, 64% têm pós-graduação, 31% têm graduação concluída e 5% têm formação até o ensino médio. Já em relação ao tempo de atuação na empresa, 68% dos colaboradores têm até 10 anos de trabalho no Agros; 6% têm entre 11 e 20 anos; 21% têm entre 21 e 30 anos e 4% trabalham no Instituto há mais de 30 anos.

O Agros administra três planos de previdência complementar e oito planos de saúde. Quanto aos investimentos, o Instituto administra uma carteira de empréstimos com mais de 2.500 contratos ativos. A gestão da carteira imobiliária do Agros é própria e, em 2017, havia 40 contratos de locação vigentes. Tais contratos referiam-se, em Viçosa, ao Centro Comercial Arthur Bernardes Filho (Viçosa Shopping) e a um imóvel na Av. Marechal Castelo Branco; em Belo Horizonte, a onze pavimentos do Edifício Comendador Barbosa Mello, ao 22º andar do Edifício Mirafiori e a participação de 23,07% no Edifício Lifecenter.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Instituto em 2017, destacam-se:

- Início de novo mandato da Diretoria Executiva;
- Atendimento à Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);
- O Escritório de Representação da Previc em Minas Gerais (ERMG) deu por encerrado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2014. Por discordar dos termos do relatório do ERMG, o Agros interpôs recurso e o documento seguiu para análise da Diretoria Colegiada da Previc em Brasília;
- Transferência de recursos do Plano A (CLT) para os Planos B (RJU), de Gestão Administrativa (PGA) e Assistencial, atendendo ao primeiro objetivo do TAC, a saber, “apresentar estudo atuarial/contábil de segregação dos recursos dos Planos A e B”;
- Adesão do Instituto ao Código de Ética da Abrapp;
- Aprovação do Planejamento Estratégico;
- Finalização da revitalização do Centro Comercial Arthur Bernardes Filho (Viçosa Shopping);
- Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), o que gerou vantagens fiscais/tributárias com impactos favoráveis aos Planos Previdenciários A e B e ao Plano Assistencial;

- Aprovação pela Previc do convênio com a Associação dos Ex-alunos da UFV como nova instituidora do Plano Agros CD-01;
- Revisão do Regulamento do Plano Agros CD-01, para possibilitar o resgate parcial (em andamento);
- Implantação do Programa de Gestão de Competências e Carreiras e do Programa de Desenvolvimento Estratégico, com realização de ações específicas de aperfeiçoamento de competências e habilidades para os gestores do Instituto, bem como acompanhamento do desempenho dos funcionários;
- Recomposição do quadro funcional e continuidade do Programa de Estágio, com oferecimento de oportunidade para estudantes da UFV e de outros estabelecimentos de ensino superior de Viçosa;
- Incentivo à realização de ações do Programa de Responsabilidade Socioambiental: redução do uso de papéis, dos gastos com água e energia elétrica; incentivo à destinação de recursos de imposto de renda ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Viçosa (FMDCA);
- Implantação de link digital para voz, com consequente troca do número de telefone do Instituto, implantação de sistema de gravação de chamadas e de call-back (retorno de chamadas não atendidas);
- Implantação de atendimento telefônico 24h, sete dias da semana, para atendimentos de urgência e/ou emergência relacionada aos planos de saúde;
- Ampliação das viagens da linha saúde em mais um dia da semana e implantação do serviço de apoio, na Unidade de Atendimento de Belo Horizonte, aos beneficiários que utilizam o serviço;
- Parceria na Campanha Março de Boa: Campanha de Prevenção do Uso abusivo de Álcool e outras Drogas;
- Continuidade do Programa de Assistência Domiciliar e do Programa de Promoção ao Nascimento Saudável;
- Desenvolvimento do novo Portal de Autorização dos procedimentos cobertos pelos planos de saúde;
- Continuidade das Campanhas pertinentes ao plano de saúde: de Aniversário, de Vacinação contra a Gripe, Outubro Rosa, Novembro Azul, de Combate ao Sedentarismo;
- Continuidade do Espaço Movimento – Serviço de Atividade Física e Saúde para os beneficiários de Florestal – MG;
- Continuidade das atividades do Semente – Serviço Agros de Atenção à Saúde Mental e eventos voltados para a formação da rede credenciada, ligadas ao Espaço de Apoio à Infância.
- Fechamento das adesões aos planos de saúde dos participantes lotados em Brasília;
- IV Campanha de Promoção da Saúde na Semana do Produtor Rural do Campus da UFV em Florestal – MG;
- Mudança de sede da Unidade de Atendimento de Florestal.

## PERFIL DOS PARTICIPANTES DO AGROS EM 2017

Os participantes do Agros estão divididos em três planos previdenciários e oito planos assistenciais. Apresentam-se abaixo as principais características e composição dos planos.

### Planos Previdenciários

**Plano A:** são 300 participantes entre ativos, assistidos e pensionistas, o que representa 4,74% do total de participantes do Agros. Reúne os trabalhadores com contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e vinculados a um dos patrocinadores do Instituto (UFV e Agros), além de participantes assistidos das ex-patrocinadoras Funarbe e Centreinar.

**Plano B:** são 4.183 participantes, o que representa 66,04% do total de participantes do Instituto. Reúne os servidores vinculados à patrocinadora UFV inscritos até 2007 cujos contratos de trabalho são regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU).

**Plano Agros CD-01:** são 1.851 participantes, o que representa 29,22% dos participantes do Agros. Os participantes são vinculados a um dos instituidores do plano, que são: UFVCredi, Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec), Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon-MG) e Associação dos Ex-alunos da UFV (AEA-UFV).

### Planos Assistenciais

Os Planos de Saúde administrados pelo Agros somam 16.016 beneficiários, sendo 5.094 participantes titulares; 6.647 dependentes (cônjuges e filhos de titulares de até 21 anos ou 24, se estudantes de graduação) e 4.275 agregados (filhos que já não se enquadram em dependentes diretos, netos e pais de titulares). Eles se organizam da seguinte maneira:

**Plano Agros Saúde I:** segmentação ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com odontologia e acomodação individual. Do total de beneficiários dos planos de saúde, 83,57% estão inscritos neste plano.

**Plano Agros Saúde I sem Odontologia:** segmentação ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com odontologia e acomodação individual. Do total de beneficiários dos planos de saúde, 11,83% estão inscritos neste plano.

**Plano Agros Saúde II:** segmentação ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com odontologia e acomodação coletiva. Do total de beneficiários, 0,43% estão inscritos neste plano.

**Plano Agros Saúde II sem Odontologia:** segmentação ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, sem odontologia e acomodação coletiva. Do total de beneficiários, 0,15% estão inscritos neste plano.

**Planos Agros Saúde III com e sem Odontologia:** ofertam os mesmos benefícios que os Planos Agros Saúde I com e sem Odontologia, e atendem exclusivamente aos participantes lotados em Brasília, Capinópolis e Rio Paranaíba. Do total de beneficiários, 3,10% estão inscritos no Plano Agros Saúde III com Odontologia e 0,76% no Agros Saúde III sem Odontologia.

**Plano Agros Saúde IV:** oferta os mesmos benefícios que o Plano Agros Saúde II e atende exclusivamente aos participantes lotados em Brasília, Capinópolis e Rio Paranaíba. Não há inscritos no Plano Agros Saúde IV.

**PAS-UFV:** encontra-se fechado para novas inscrições desde 2013. Do total de beneficiários, 0,15% estão inscritos neste plano.

Quanto à localização geográfica, a maior parte (80%) dos beneficiários dos planos de saúde concentra-se em Viçosa, 7% em Florestal, 3% em Rio Paranaíba e Capinópolis, 1% em Belo Horizonte e 9% em outras cidades.

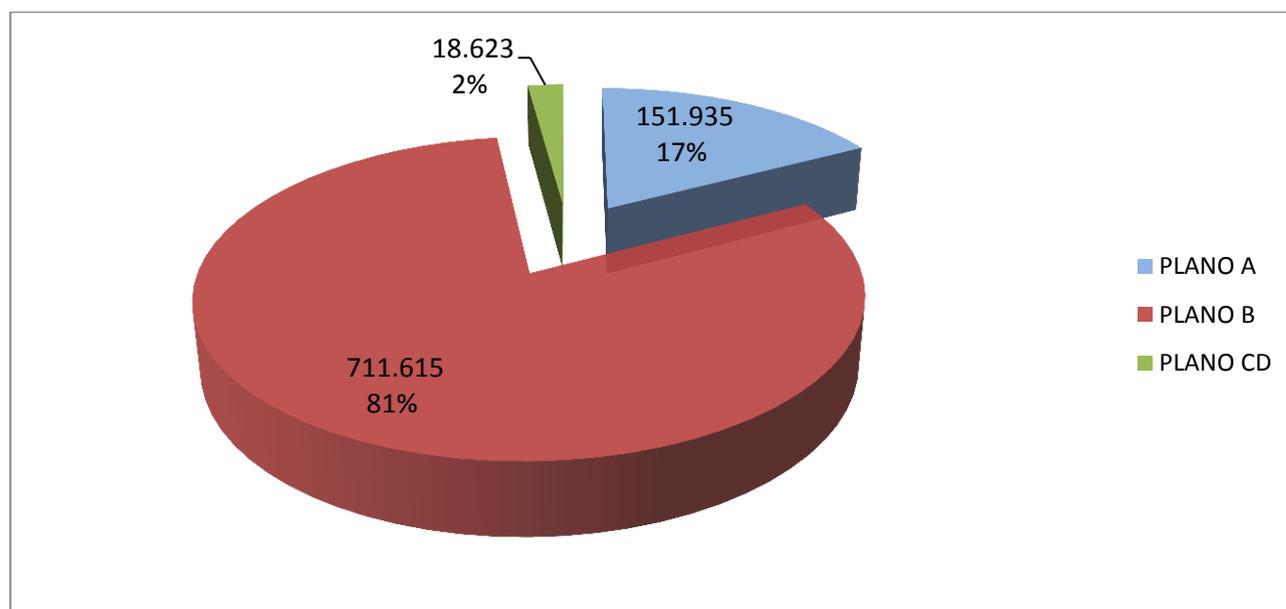
Com relação ao perfil etário, 30% dos beneficiários dos planos de saúde têm 59 anos ou mais. Entre 44 e 58 anos, são 17%; entre 29 e 43 anos, 21% dos beneficiários e os 32% restantes têm entre 0 e 28 anos.

## GESTÃO DOS PLANOS

### PLANOS PREVIDENCIÁRIOS

As figuras e quadros a seguir apresentam um panorama dos planos de previdência administrados pelo Agros e os resultados alcançados no exercício de 2017.

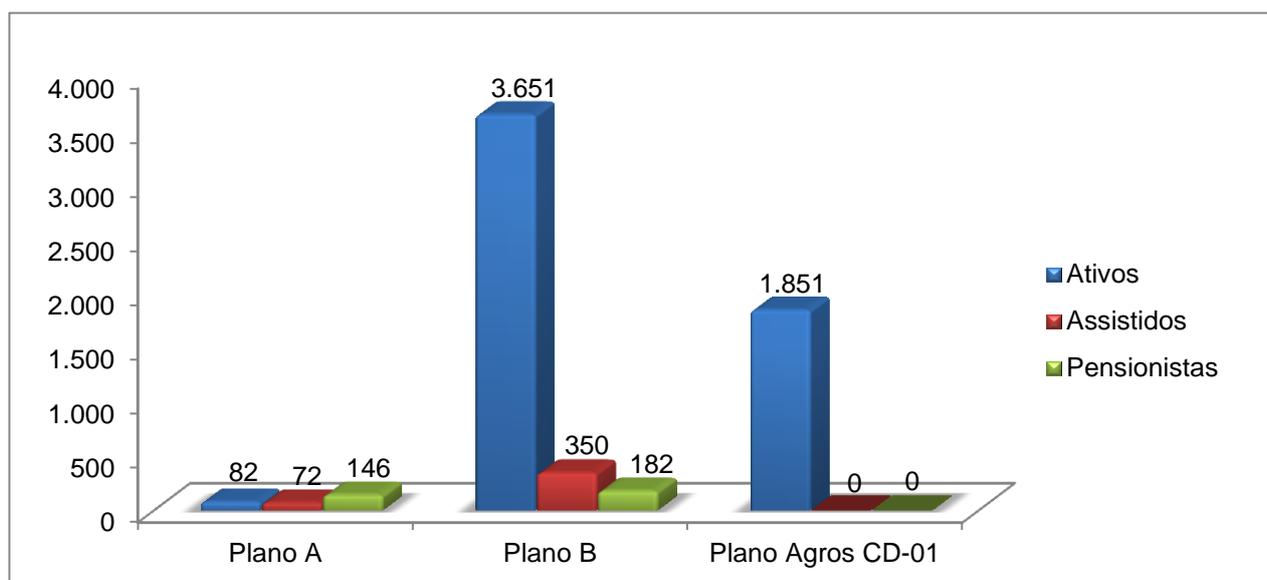
**Figura 1 – Patrimônio dos Planos Previdenciários do Agros (valores em mil R\$)**



**Quadro 1 - Número de Participantes por Plano**

	2017			2016		
	Plano A	Plano B*	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B*	Plano Agros CD-01
Ativos	82	3.651	1.851	81	3.719	1.666
Assistidos	72	350	0	72	346	0
Pensionistas	146	182	0	157	172	0
Participantes	<b>300</b>	<b>4.183</b>	<b>1.851</b>	<b>310</b>	<b>4.237</b>	<b>1.666</b>
<b>Total</b>	<b>6.334</b>			<b>6.213</b>		

**Nota:** \*Estão incluídos no Plano B, como Ativos, os aposentados por tempo de serviço que não recebem benefício mensal do Agros.

**Figura 2 - Número de Participantes por Plano**


Em 2017, o Plano A teve aumento de um participante ativo e redução de 11 pensionistas. Já o Plano B, que é fechado para novas adesões desde 2008, teve redução de 54 participantes ativos, assistidos e pensionistas. O Plano Agros CD-01 teve um acréscimo de 185 participantes, sendo que deste total 119 inscrições foram devido ao convênio com a Associação dos Ex-alunos da UFV (AEA/UFV).

**Quadro 2 - Número de Benefícios Previdenciários de Renda Continuada, em Manutenção**

Benefícios	2017			2016		
	Plano A	Plano B*	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Abono de aposentadoria	0	2	0	0	2	0
Tempo de contribuição	51	0	0	49	0	0
Por idade	7	110	0	9	118	0
Por invalidez	10	237	0	9	226	0
Especial	4	0	0	4	0	0
Pensão por morte	146	182	0	157	172	0
Auxílio-doença	0	0	0	1	0	0
Auxílio-reclusão	0	0	0	0	0	0
Renda mensal/participante	0	0	0	0	0	0
Renda mensal/beneficiário	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>218</b>	<b>531</b>	<b>0</b>	<b>229</b>	<b>518</b>	<b>0</b>

**Nota:** \* Não estão incluídos no Plano B os aposentados por tempo de serviço que não recebem benefícios mensais do Agros.

Benefícios de Renda Continuada são aqueles pagos mensalmente ao participante ou a seus dependentes/pensionistas, após falecimento do participante. O número de benefícios sofre variações de mês a mês, dependendo de novas concessões e/ou término de benefícios. Em 2017,

no total, foram pagos 749 benefícios de renda continuada, sendo 218 do Plano A e 531 a participantes/pensionistas do Plano B. O Plano Agros CD-01, que completa dez anos de existência em 2018, ainda não paga benefícios dessa natureza.

### Quadro 3 - Número de Benefícios de Pagamento Único e Resgates

Benefícios	2017			2016		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Pecúlio por Morte	3	68	0	3	61	0
Auxílio-Natalidade	2	13	0	3	11	0
Auxílio-Funeral	0	18	0	0	18	0
Reserva de Poupança	0	1	56	0	2	47
Portabilidade (saída)	0	0	0	2	0	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100</b>	<b>56</b>	<b>8</b>	<b>92</b>	<b>47</b>

Pelos dados apresentados no quadro acima é possível constatar que, de 2016 para 2017, houve aumento no total de pagamentos dos benefícios “Pecúlio por Morte” e “Auxílio-Natalidade” e de resgates da “Reserva de Poupança”. A concessão de “Auxílio-Funeral” se manteve.

### Quadro 4 - Adições Previdenciárias / Retorno de Investimentos por Plano de Benefício (Valores em mil - R\$)

	Adições/Retorno de Investimentos					
	2017			2016		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Contribuições	615	748	3.179	238	698	4.247
Ajuste decorrente do TAC*	0	15.220	0	0	0	0
Reversão da Provisão para Perda s/ Créditos de Liquidação Duvidosa	0	6	0	0	0	0
Investimentos	19.602	75.096	1.430	19.393	79.086	1.527
<b>Total</b>	<b>20.217</b>	<b>91.070</b>	<b>4.609</b>	<b>19.631</b>	<b>79.784</b>	<b>5.774</b>
<b>Total Geral</b>	<b>115.896</b>			<b>105.189</b>		

**Nota:** \*Como resultado do primeiro objetivo do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foram transferidos recursos do Plano A para os Planos B, PGA e Assistencial. As informações sobre este Termo de Ajustamento de Conduta estão mais detalhadas no item 18 das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, ao final deste RAI.

O quadro acima apresenta as adições, que são as receitas provenientes das contribuições diretas dos participantes e da patrocinadora (no caso do Plano A) aos Planos. O quadro traz também os valores do retorno dos investimentos.

### Quadro 5 - Deduções Previdenciárias /Custeio por Plano de Benefício (Valores em mil - R\$)

	Deduções					
	2017			2016		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Pagamento de Benefícios	7.557	10.783	460	11.728	9.272	308
Provisão para Perda s/ Créditos de Liquidação Duvidosa	0	9	0	0	0	0
Ajuste Decorrente do TAC *	22.000	0	0	0	0	
Custeio das Despesas Administrativas	87	111	32	33	95	42
<b>Total</b>	<b>29.644</b>	<b>10.903</b>	<b>492</b>	<b>11.761</b>	<b>9.367</b>	<b>350</b>
<b>Total Geral</b>	<b>41.039</b>			<b>21.478</b>		

**Nota:** \*Conferir a observação sobre o TAC, vinculada ao quadro anterior.

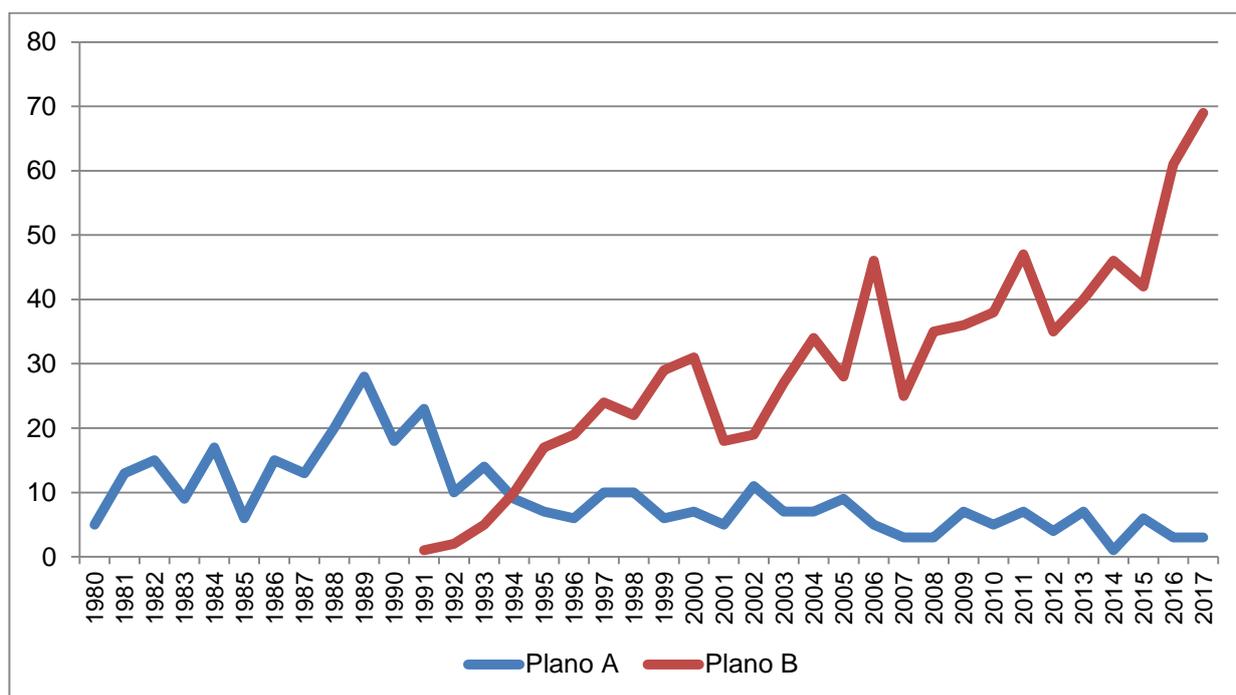
**Quadro 6 - Deduções Previdenciárias, por Tipo de Benefício (Valores em mil - R\$)**

Benefícios	2017			2016		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
<b>De Pagamento Continuado</b>						
Tempo de Contribuição	2.873	0	0	2.342	0	0
Por Idade	356	1.401	0	219	1.368	0
Especial	219	0	0	205	0	0
Abono de Aposentadoria <sup>1</sup>	0	5	0	207	4	0
Por Invalidez	137	2.695	0	124	2.395	0
Pensão por Morte	3.680	1.852	0	3.680	1.555	0
Auxílio-Doença	14	0	0	63	0	0
Auxílio-Reclusão	0	0	0	0	0	0
Renda Mensal/Participante	0	0	0	0	0	0
Renda Mensal/Beneficiário	0	0	20	0	0	6
<b>Total</b>	<b>7.279</b>	<b>5.953</b>	<b>20</b>	<b>6.840</b>	<b>5.322</b>	<b>6</b>
<b>De Pagamento Único</b>						
Pecúlio por Morte	272	4.727	0	246	3.870	0
Auxílio-Natalidade	6	24	0	8	19	0
Auxílio-Funeral	0	51	0	0	48	0
<b>Total</b>	<b>278</b>	<b>4.802</b>	<b>0</b>	<b>254</b>	<b>3.937</b>	<b>0</b>
<b>Resgate/Portabilidade</b>						
Resgate Reserva de Poupança	0	28	440	4.635	9	302
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>28</b>	<b>440</b>	<b>4.635</b>	<b>9</b>	<b>302</b>
<b>Outras Despesas</b>						
Outras Deduções <sup>2</sup>	0	0	0	0	3	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>7.557</b>	<b>10.783</b>	<b>460</b>	<b>11.729</b>	<b>9.271</b>	<b>308</b>

1. **Errata:** Os valores de abono de aposentadoria do ano de 2016 foram informados erroneamente no RAI 2016, visto que os valores de abono anual foram contabilizados neste benefício.

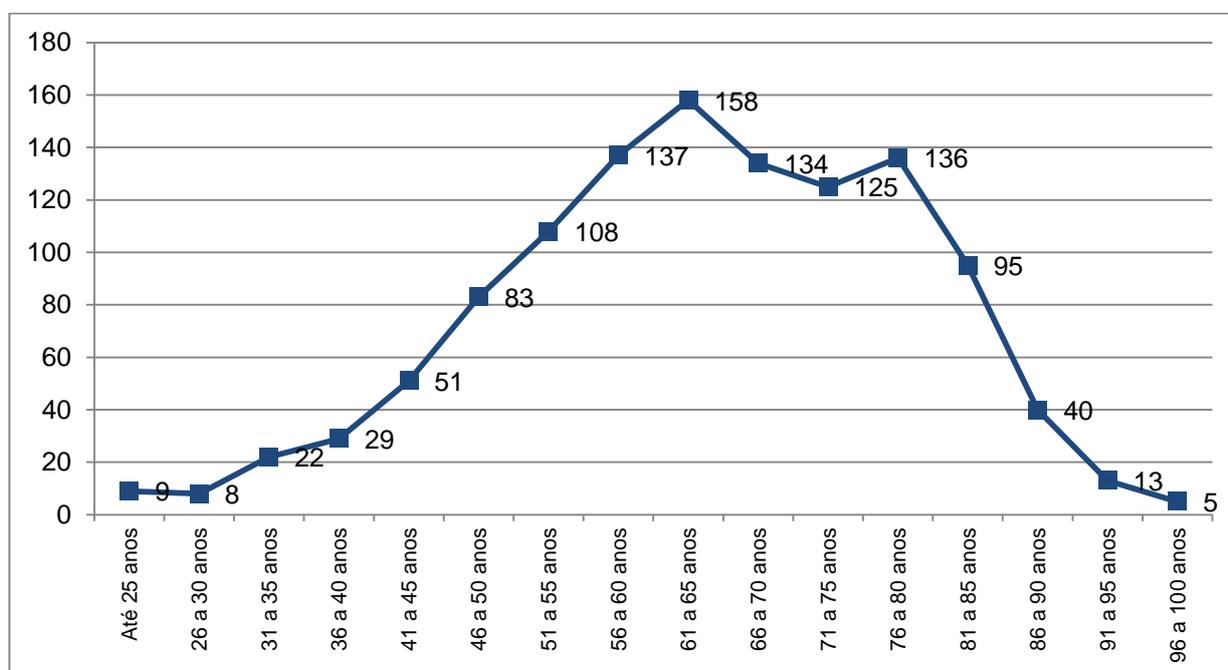
2. O valor informado no quadro "Outras deduções" não inclui as provisões de abono anual, pois estas foram informadas diretamente no respectivo benefício.

**Figura 3 - Evolução do Número de Pecúlios Pagos de 1980 a 2017**



Na figura acima, “Evolução do Número de Pecúlios Pagos de 1980 a 2017”, é possível notar o crescimento de concessões do benefício no Plano B, o que indica envelhecimento do grupo de participantes. A concessão do benefício aos participantes do Plano A tem apresentado poucas oscilações significativas ao longo dos últimos anos.

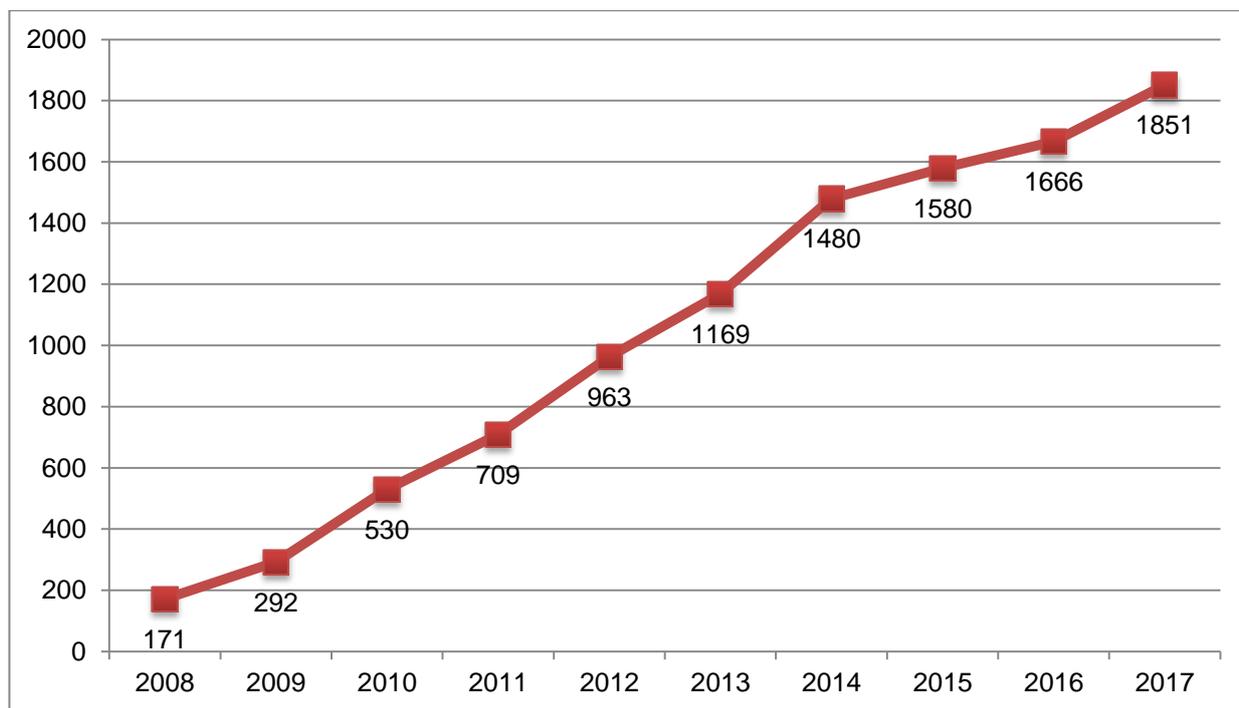
**Figura 4 - Total de Pecúlios Pagos, por Faixa Etária do Participante, de 1980 a 2017**



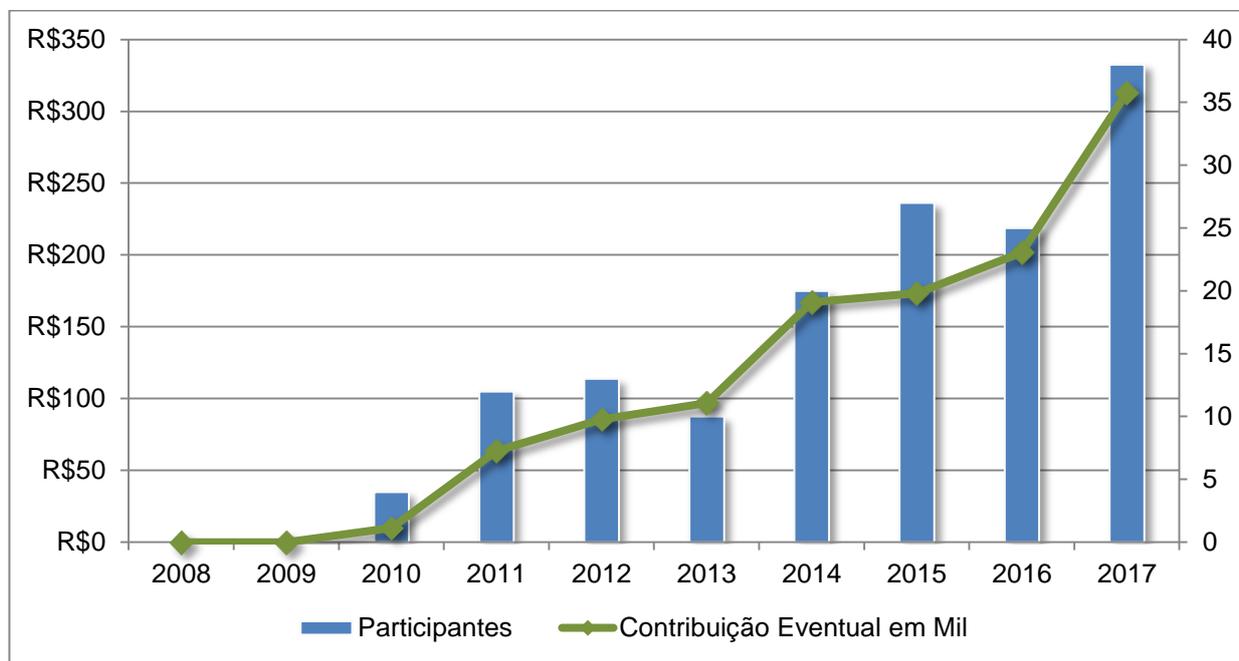
A figura 4, “Total de Pecúlios Pagos por Faixa Etária do participante de 1980 a 2017”, aponta que, desde a fundação do Agros, o maior número de pecúlios foi pago devido ao falecimento de participantes com idade entre 61 a 65 anos.

**PLANO AGROS CD-01**

**Figura 5 - Evolução do Número de Participantes Ativos de 2008 a 2017**

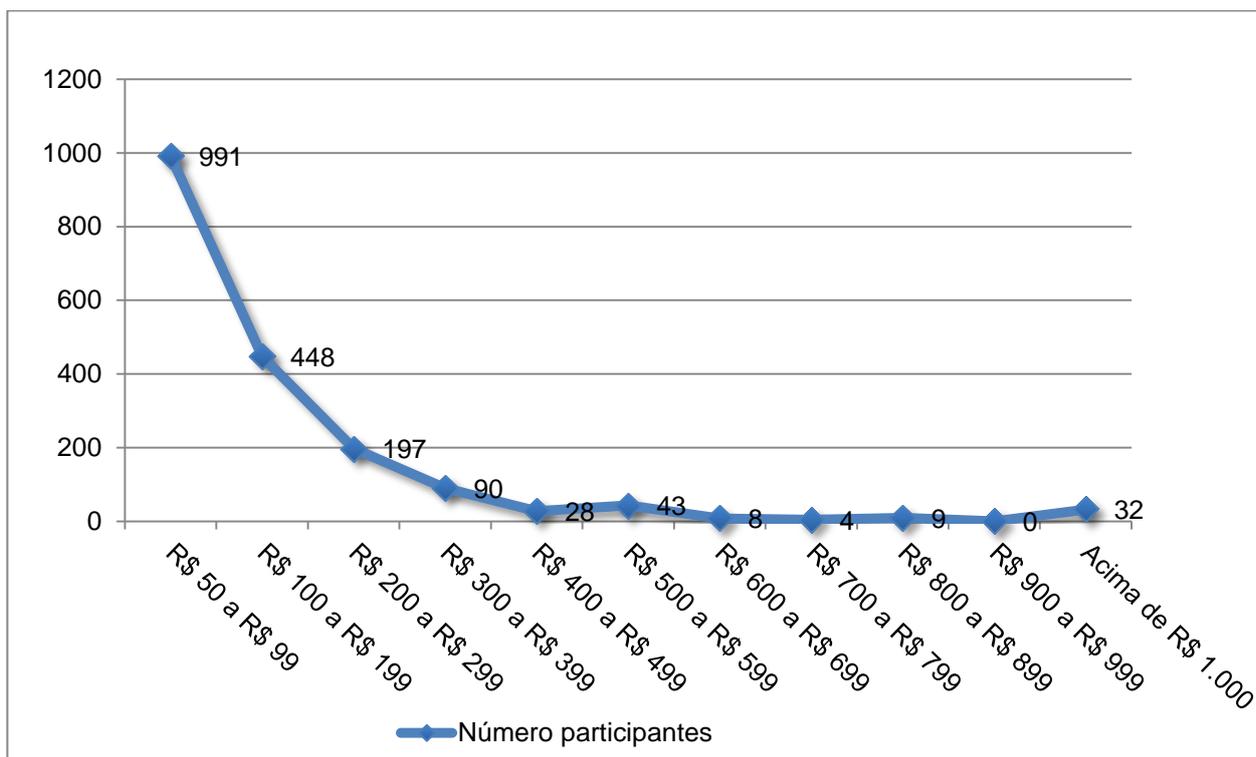


**Figura 6 - Contribuições Eventuais Realizadas de 2008 a 2017**

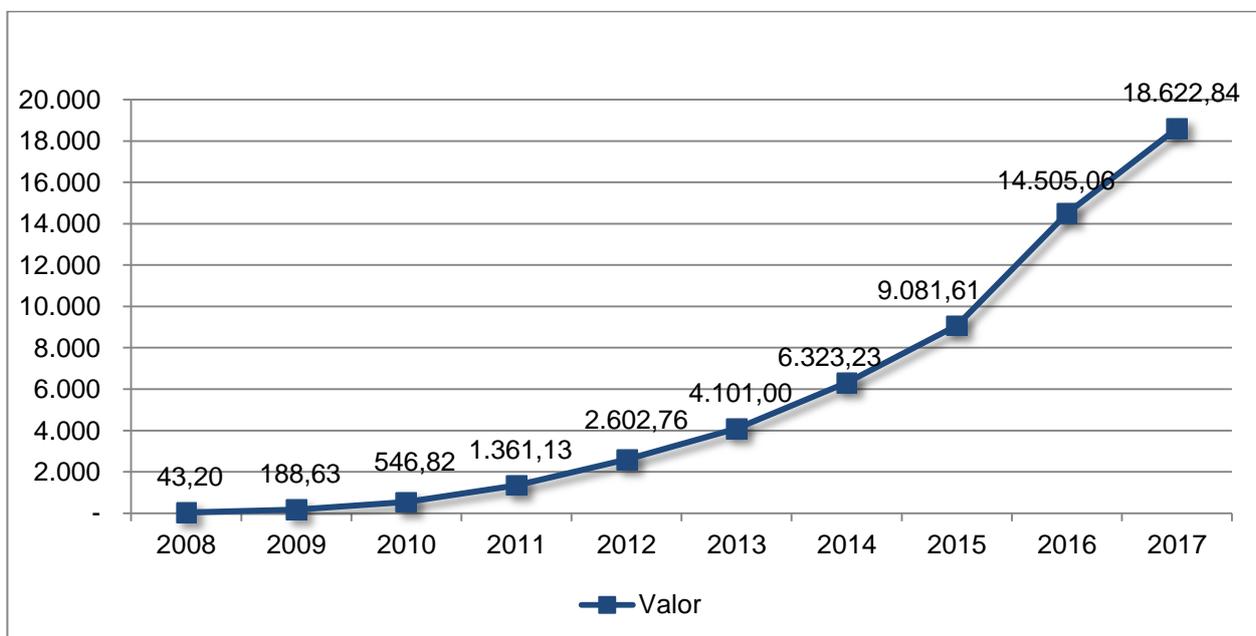


Observa-se na figura 6 que em 2017, em relação às contribuições eventuais, 38 pessoas fizeram aportes extras, sendo que, em 2016, 25 pessoas o fizeram. Observamos um acréscimo em torno de 50% tanto na quantidade de aportes quanto no valor arrecadado, que passou de R\$201 mil em 2016 para R\$ 313 mil em 2017.

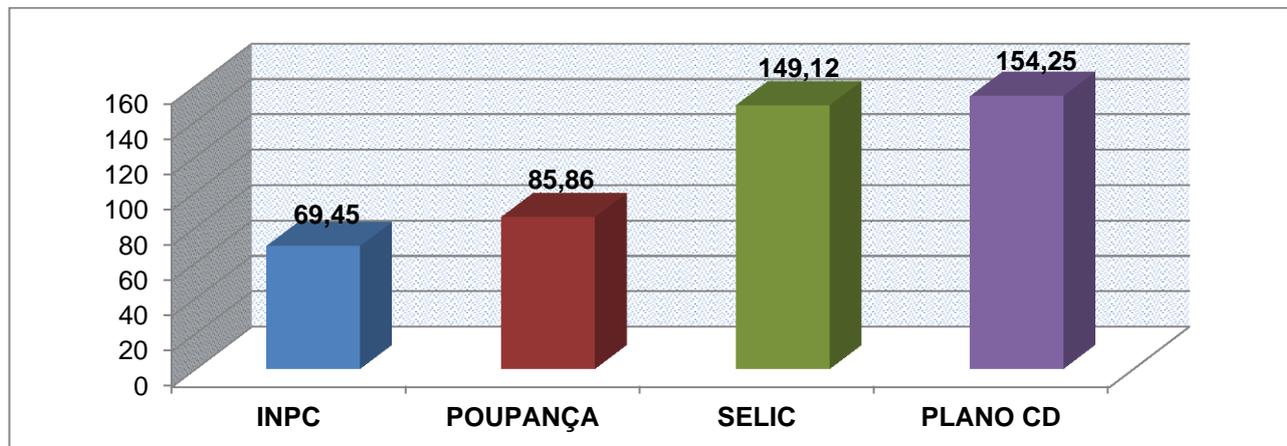
**Figura 7 – Faixa de Valores das Contribuições ao Plano por Número de Participantes (Valores em R\$)**



**Figura 8 - Evolução do Patrimônio Social do Plano (Valores em mil R\$)**



**Figura 9 - Percentual de Rentabilidade do Plano x Indicadores Financeiros de 2009 a 2017 (acumulado)**



A Figura 9 demonstra que o percentual acumulado da rentabilidade do Plano Agros CD-01 de 2009 a 2017 é superior ao acumulado dos principais indicadores financeiros utilizados no país.

PLANOS ASSISTENCIAIS

Quadro 7 - Número de Participantes e de Dependentes, por Patrocinador

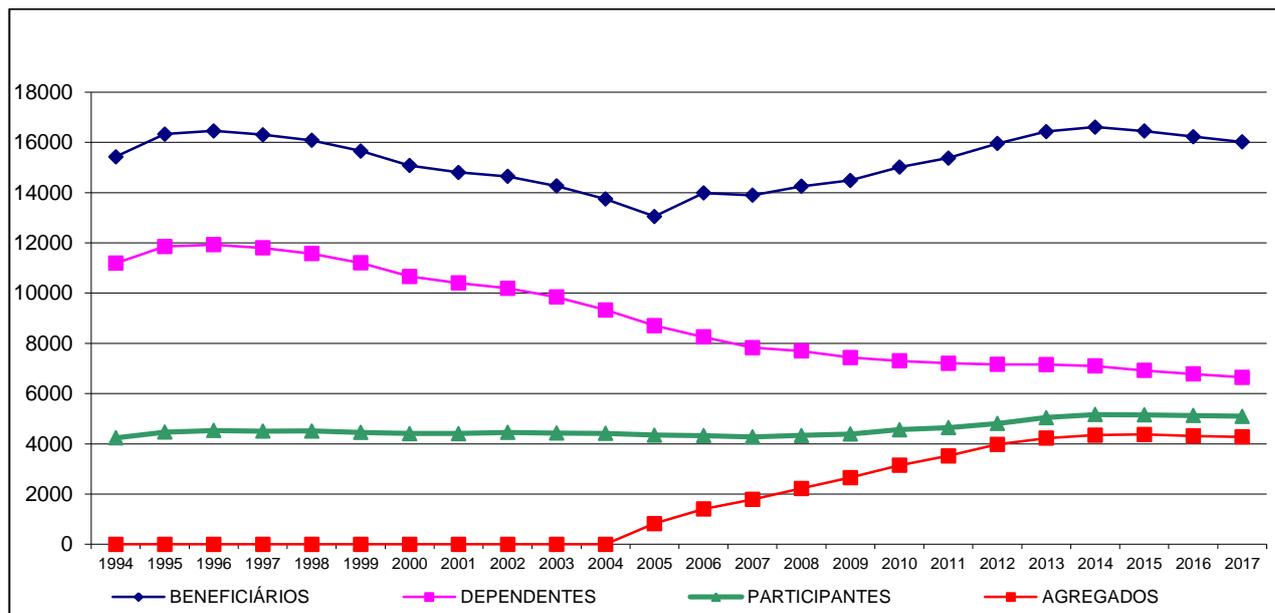
Patrocinador	2017					2016				
	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%
UFV	4.985	6.506	4.206	15.697	98,01	5.022	6.642	4.241	15.905	97,98
Funarbe*	3	4	1	8	0,05	3	5	-	8	0,05
Agros	101	134	60	295	1,84	101	133	67	301	1,87
Centreinar	5	3	8	16	0,10	5	4	8	17	0,10
<b>Total</b>	<b>5.094</b>	<b>6.647</b>	<b>4.275</b>	<b>16.016</b>	<b>100</b>	<b>5.131</b>	<b>6.784</b>	<b>4.316</b>	<b>16.231</b>	<b>100</b>

Nota: \*Funcionários das ex-patrocinadoras Funarbe e Centreinar que continuaram vinculados ao Instituto após a rescisão do Contrato de Adesão.

Quadro 8 - Número de Participantes e de Dependentes, por Plano

Planos	2017					2016					Evolução (%)
	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	
PAS-UFV	7	17	-	24	0,15	7	17	-	24	0,15	0
Agros Saúde I com Odontologia	4.164	5.544	3.677	13.385	83,57	4.238	5.706	3.739	13.683	84,31	-2,17
Agros Saúde I sem Odontologia	645	770	480	1.895	11,83	620	757	464	1.841	11,34	2,93
Agros Saúde II com Odontologia	36	32	1	69	0,43	30	27	1	58	0,36	18,96
Agros Saúde II sem Odontologia	13	6	5	24	0,15	10	3	8	21	0,13	14,28
Agros Saúde III com Odontologia	179	233	85	497	3,10	180	233	77	490	3,01	1,43
Agros Saúde III sem Odontologia	50	45	27	122	0,76	46	41	27	114	0,70	7,02
Agros Saúde IV com Odontologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
<b>Total</b>	<b>5.094</b>	<b>6.647</b>	<b>4.275</b>	<b>16.016</b>	<b>100,00</b>	<b>5.131</b>	<b>6.784</b>	<b>4.316</b>	<b>16.231</b>	<b>100,00</b>	<b>-1,32</b>

Figura 10 – Evolução do Número de Beneficiários\*, Participantes e Dependentes



Nota: \*O total dos beneficiários equivale ao somatório dos participantes mais dependentes e agregados.

**Quadro 9 - Quantidade e Valor dos Procedimentos de Saúde utilizados<sup>1</sup> (Valores em R\$)**

Procedimentos	2017			2016			Evolução Quantidade (%)	Evolução Custo (%)
	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)		
Consulta	70.773	7.347.755,46	13,72	69.529	6.965.064,64	14,02	1,79	5,49
Exames	285.552	9.905.791,92	18,50	266.426	9.446.607,45	19,02	7,18	4,86
Proc. ambulatoriais	8.737	966.647,23	1,81	8.113	751.109,12	1,51	7,69	28,70
Fisioterapia	27.595	611.292,24	1,14	28.948	598.970,86	1,21	-4,67	2,06
Acupuntura	1.715	128.821,23	0,24	1.599	124.585,41	0,25	7,25	3,40
Hemodiálise	2.274	326.810,37	0,61	2.829	634.757,88	1,28	-19,62	-48,51
Hemoterapia	217	7.404,02	0,01	580	18.253,75	0,04	-62,59	-59,44
Quimioterapia	575	4.678.065,41	8,74	561	3.586.420,81	7,22	2,50	30,44
Radioterapia	28	292.771,29	0,55	263	370.650,62	0,75	-89,35	-21,01
Psicologia	12.740	616.373,70	1,15	13.336	616.665,22	1,24	-4,47	-0,05
Fonoaudiologia	2.522	108.286,00	0,20	2.327	95.345,96	0,19	8,38	13,57
Terapia Ocupacional	536	22.646,60	0,04	683	27.815,27	0,06	-21,52	-18,58
Nutrição	3.456	172.935,22	0,32	3.116	148.199,77	0,30	10,91	16,69
Taxas e Serviços Ambulatoriais <sup>2</sup>	98.251	5.597.942,30	10,45	45.177	5.030.415,48	10,13	117,48	11,28
Internações <sup>3</sup>	2.516	22.768.817,16	42,52	2.550	21.252.376,67	42,79	-1,33	7,14
<b>Total</b>	<b>517.487</b>	<b>53.552.360,15</b>	<b>100,00</b>	<b>446.037</b>	<b>49.667.239</b>	<b>100,00</b>	<b>16,02</b>	<b>7,82</b>

**Notas:**

1. As informações assistenciais prestadas à época da elaboração do RAI são objetos de auditoria e saneamento durante o ano seguinte, de modo que alguns valores podem sofrer alterações no Relatório posterior. Os custos de 2016 foram corrigidos pelo IPCA de 2017 (2,0669%).
2. Em 2017 os medicamentos e materiais foram contabilizados no sistema de forma unitária. Anteriormente, os medicamentos e materiais eram contabilizados pelo sistema em um único código por atendimento. Por isso a diferença de 117,48% na quantidade de taxas e serviços ambulatoriais de 2016 para 2017.
3. Do custo total de "Internações" em 2017, o valor de R\$ 5.609.381,87 refere-se à aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs).

**Quadro 10 – Custo de medicamentos e número de beneficiários atendidos (Valores em R\$)**

Custo com fornecimento de medicamentos	2017			2016		
	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio (R\$) anual por beneficiário	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio (R\$) anual por beneficiário
Quimioterápicos Orais	418.092,97	37	11.299,81	376.414,52	34	11.071,02
Medicamentos Adjuvantes à Quimioterapia	3.947,58	9	438,62	11.577,79	14	826,99
Medicação Eritropoietina - Hospitalar	8.943,85	12	745,32	12.940,38	16	808,77
Medicação Eritropoietina - Domiciliar	3.514,82	4	878,71	5.784,96	5	1.156,99
<b>Total Geral</b>	<b>434.499,22</b>	<b>62</b>	<b>7.008,05</b>	<b>406.717,65</b>	<b>69</b>	<b>5.894,46</b>

Além dos valores das despesas assistenciais constantes no Quadro 9, o Agros tem custos com a aquisição de quimioterápicos orais, adjuvantes (medicamentos para amenizar os efeitos colaterais da quimioterapia ou intensificar o desempenho do tratamento) e a compra e fornecimento de eritropoietina para os pacientes em tratamento de hemodiálise. Esses medicamentos são de cobertura obrigatória e constam no rol da ANS, com diretriz clínica.

**Quadro 11 - Quantidade e Valor dos Procedimentos Odontológicos Utilizados<sup>1</sup> (Valores em R\$)**

Classificação das Despesas Odontológicas	2017			2016 <sup>2</sup>			Evolução	
	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)	Quantidade (%)	Custo (%)
Diagnose	8.521	308.420,92	10,32	8.177	280.137,24	10,68	4,21	10,10
Urgência/emergência	626	34.505,96	1,15	540	29.400,19	1,12	15,93	17,37
Prevenção	8.752	305.515,86	10,22	7.603	242.204,45	9,24	15,11	26,14
Odontopediatria	1.646	63.348,70	2,12	1.562	55.662,39	2,12	5,38	13,81
Radiografia	18.130	266.076,33	8,90	17.261	243.064,18	9,27	5,03	9,47
Dentística	6.966	434.003,73	14,52	6.869	397.726,44	15,17	1,41	9,12
Endodontia	2.532	283.000,85	9,47	2.264	245.989,78	9,38	11,84	15,05
Periodontia	9.554	512.002,96	17,12	8.782	441.841,42	16,85	8,79	15,88
Cirurgia	1.438	140.346,90	4,69	1.212	119.898,19	4,57	18,65	17,06
Prótese	2.462	637.446,57	21,32	2.336	558.123,60	21,29	5,39	14,21
Taxas	139	5.198,54	0,17	175	7.792,04	0,30	-20,57	-33,28
<b>Total</b>	<b>60.766</b>	<b>2.989.867,32</b>	<b>100,00</b>	<b>56.781</b>	<b>2.621.839,92</b>	<b>100,00</b>	<b>7,02</b>	<b>14,04</b>

**Notas:**

1. As informações assistenciais prestadas à época da elaboração do RAI são objetos de auditoria e saneamento durante o ano seguinte, de modo que alguns valores podem sofrer alterações no Relatório posterior.
2. Custos de 2016 corrigidos pelo IPCA de 2017 (2,0669%).

**Quadro 12 - Receitas Assistenciais**

Receitas (Valores em R\$)				
	2017		2016	
	Receitas Assistenciais	Receitas Financeiras	Receitas Assistenciais	Receitas Financeiras
Planos Assistenciais	62.694.647,31	10.660.972,60*	54.709.632,54	5.526.678,35
<b>Total</b>	<b>73.355.619,91</b>		<b>60.236.310,89</b>	

**Nota:**\*Como resultado do primeiro objetivo do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foram transferidos recursos do Plano A para os Planos B, PGA e Assistencial, o que explica o aumento das receitas financeiras assistenciais em 2017. As informações sobre este Termo de Ajustamento de Conduta estão mais detalhadas no item 18 das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, ao final deste RAI.

**Quadro 13 - Despesas Assistenciais**

Despesas (Valores em R\$)						
	2017			2016		
	Coberturas Assistenciais	Despesas Financeiras	Despesas Administrativas	Coberturas Assistenciais	Despesas Financeiras	Despesas Administrativas
Planos Assistenciais	55.926.438,02	203.696,85	8.476.106,54	50.294.097,04	235.653,36	8.086.130,12
<b>Total</b>	<b>64.606.241,41</b>			<b>58.615.880,52</b>		

**DESPESAS DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO**

O Agros investiu, em 2017, o montante de **R\$ 3.426.529,81** nos programas e campanhas de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Na tentativa de evitar gastos desnecessários com internações, no final de 2015 foi implantado o Programa Agros de Assistência Domiciliar, que contava, em dezembro de 2017, com 194 beneficiários acompanhados e tratados em domicílio. Esse programa possui a finalidade de

desospitalizar os pacientes que apresentam doenças crônicas e que estejam acamados, sem possibilidade de acesso à rede credenciada.

#### Quadro 14 – Programas e Serviços de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças (Valores em R\$)

Programas e serviços	2017			2016			Variação percentual do custo Total de 2016 para 2017	Evolução dos custos por beneficiário atendido (%)
	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio anual por beneficiário (R\$)	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio anual por beneficiário (R\$)		
Semente - Serviço Agros de Atenção à Saúde Mental	690.025,86	24 <sup>(1)</sup>	28.751,08	612.244,89	27	22.675,74	12,7%	26,8%
Espaço Movimento - Serviço Agros de Atividade Física e Saúde	155.248,72	115 <sup>(2)</sup>	1.349,99	124.569,85	100	1.245,70	24,6%	8,4%
Programa Agros de Assistência Domiciliar	2.224.660,00	194 <sup>(3)</sup>	11.467,32	1.944.382,24	111	17.516,96	14,4%	-34,5%
Programa Nascer Saudável	22.552,90	96	234,93	-	-	-		
<b>Total Geral</b>	<b>3.092.487,48</b>	<b>429</b>	<b>7.208,60</b>	<b>2.681.196,98</b>	<b>238</b>	<b>11.265,53</b>	<b>15,3%</b>	<b>-36,0%</b>

#### Notas:

1. O número de beneficiários atendidos inclui pacientes e cuidadores assistidos.
2. Considerou-se a média mensal dos participantes da academia e da caminhada e corrida orientada e 20 crianças do Programa de Combate à Obesidade Infantil.
3. Quanto ao número de beneficiários atendidos no Programa Agros de Assistência Domiciliar, consideraram-se todos os pacientes assistidos durante o ano de 2017, variando o total entre os meses.

No Quadro 14 pode-se observar que o Programa de Assistência Domiciliar teve uma evolução do custo de 14,4% de 2016 para 2017, o que se deve ao aumento do número de beneficiários atendidos. Por outro lado, houve a diminuição dos custos por beneficiário atendido de 34,5%, sendo justificado pelo gerenciamento dos casos e diminuição da necessidade de assistência.

Nos custos com o Serviço Agros de Atenção à Saúde Mental – Semente estão incluídos a realização da Palestra “Diálogos sobre a Infância”; o Curso de Constituição Subjetiva (7 aulas); Seminários “Estruturas Clínica” (3 encontros: Estrutura Psicótica, Neurótica e Perversa) e os Ateliês com pais de autistas.

Além dos custos com os programas e serviços, há os custos com as campanhas realizadas, que são apresentados nos quadros 15 e 16.

#### Quadro 15 – Campanhas de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças (Valores em R\$)

Campanhas	2017			2016			Evolução do custo total (%)	Evolução dos custos por beneficiário atendido (%)
	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio anual por beneficiário	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio anual por beneficiário		
Campanha Agros de Vacinação contra a Gripe	85.386,03	3122	27,35	105.584,38	3.900	27,07	-19,13%	1,02%
Campanha de aniversário – Saúde dos Homens	83.540,00	1419	58,87	74.274,44	1.499	49,55	12,47%	18,82%
Campanha de aniversário – Saúde das Mulheres	146.968,11	1594	92,20	111.802,86	1.811	61,74	31,45%	49,35%
Campanha de Saúde Bucal	5.686,97	66	86,17	5.820,11	75	77,60	-2,29%	11,04%
Simpósio Saúde Mental “A Infância em Questão”	8.494,83	43	197,55					
<b>Total Geral</b>	<b>330.075,94</b>	<b>6.244</b>	<b>52,86</b>	<b>297.481,78</b>	<b>7285</b>	<b>40,83</b>	<b>10,96%</b>	<b>29,46%</b>

Com exceção do Simpósio Saúde Mental “A Infância em Questão”, realizado em 2017, as campanhas descritas no quadro 15 acontecem anualmente. O custo da Campanha de Vacinação contra a Gripe consiste no valor total despendido para a sua realização, considerando as vacinas aplicadas e contratação dos profissionais, além dos demais materiais e insumos. O custo da

Campanha de Aniversário – Saúde do Homem e da Mulher considera o valor referente aos materiais publicitários e às isenções das coparticipações nos procedimentos realizados, conforme perfil da campanha. A Campanha de Saúde Bucal, em 2016 e 2017, foi direcionada ao público adulto, mais especificamente aos pacientes do Programa Domiciliar e do Semente.

Além das campanhas demonstradas no Quadro 15, durante o ano de 2017 foram desenvolvidas campanhas educativas em parceria com a UFV, destinadas ao público em geral, não sendo possível a contabilização de números de pessoas atendidas. Para estas campanhas foram investidos o total de R\$12.461,22, conforme descrito no Quadro 16.

**Quadro 16 – Campanhas Educativas de Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças (Valores em R\$)**

Campanhas	Custo em 2017 (R\$)	Custo em 2016 (R\$)
Campanha Outubro Rosa	5.522,55	6.447,63
Campanha Novembro Azul	5.172,95	7.273,46
Campanha de Combate ao Sedentarismo	125,72	2.922,76
Campanha Março de Boa	1.640,00	3.140,76
<b>Total Geral</b>	<b>12.461,22</b>	<b>19.784,61</b>

As despesas relacionadas no quadro “Campanhas Educativas de Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças” foram extraídas do relatório gerencial, no qual consideram-se todos os custos dos programas e benefícios concedidos aos beneficiários, inclusive as despesas com os profissionais atuantes em cada programa, o que difere do relatório contábil.

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA GESTÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS**
**Quadro 17 - Despesas Administrativas dos Planos de Benefícios Realizadas no PGA (Valores - R\$)**

Contas	2017				2016			
	Despesas Administrativas			Consolidado	Despesas Administrativas			Consolidado
	Gestão Previdencial	Gestão Investimentos	Gestão Assistencial	PGA	Gestão Previdencial	Gestão Investimentos	Gestão Assistencial	PGA
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>3.983.455,57</b>	<b>2.477.146,94</b>	<b>7.085.810,58</b>	<b>13.546.413,09</b>	<b>3.883.757,18</b>	<b>2.140.957,55</b>	<b>6.435.205,82</b>	<b>12.459.920,55</b>
Conselheiros	295.595,93	57.293,35	306.197,95	659.087,23	289.139,03	62.366,19	338.738,44	690.243,66
Dirigentes	325.983,77	324.687,32	250.000,89	900.671,98	306.286,55	296.854,05	231.266,57	834.407,17
Pessoal Próprio	3.336.181,10	2.078.774,23	6.399.822,30	11.814.777,63	3.259.780,73	1.771.745,59	5.757.090,51	10.788.616,83
Estagiários	25.694,77	16.392,04	129.789,44	171.876,25	28.550,87	9.991,72	108.110,30	146.652,89
<b>Viagens e Estádias</b>	<b>72.563,07</b>	<b>16.298,04</b>	<b>6.526,87</b>	<b>95.387,98</b>	<b>87.920,26</b>	<b>5.262,32</b>	<b>5.911,65</b>	<b>99.094,23</b>
<b>Treinamentos/ Congressos e Seminários</b>	<b>102.372,60</b>	<b>23.035,05</b>	<b>6.944,96</b>	<b>132.352,61</b>	<b>138.730,75</b>	<b>32.264,40</b>	<b>9.793,74</b>	<b>180.788,89</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>1.514.897,58</b>	<b>327.985,61</b>	<b>513.988,82</b>	<b>2.356.872,01</b>	<b>2.156.372,83</b>	<b>283.848,88</b>	<b>405.095,53</b>	<b>2.845.317,24</b>
<b>Pessoa Física</b>	<b>70.448,14</b>	<b>6.092,03</b>	<b>5.729,53</b>	<b>82.269,70</b>	<b>73.885,69</b>	<b>3.202,33</b>	<b>5.399,06</b>	<b>82.487,08</b>
Outras	70.448,14	6.092,03	5.729,53	82.269,70	73.885,69	3.202,33	5.399,06	82.487,08
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>1.444.449,44</b>	<b>321.893,58</b>	<b>508.259,29</b>	<b>2.274.602,31</b>	<b>2.082.487,14</b>	<b>280.646,55</b>	<b>399.696,47</b>	<b>2.762.830,16</b>
Consultoria dos Investimentos	-	34.143,64	-	34.143,64	-	34.635,37	-	34.635,37
Consultoria Atuarial	89.000,00	-	-	89.000,00	195.250,51	-	82,15	195.332,66
Consultoria Jurídica	9.798,00	1,44	2.253,61	12.053,05	270.547,64	30,76	4.473,72	275.052,12
Informática	351.265,73	130.223,47	359.007,36	840.496,56	608.313,03	97.703,94	295.505,68	1.001.522,65
Gestão/Planejamento Estratégico	76.222,47	1.959,32	6.407,85	84.589,64	55.832,66	576,58	4.278,43	60.687,67
Auditoria de Investimentos	-	8.775,46	-	8.775,46	-	18.920,17	-	18.920,17
Auditoria Contábil	46.722,32	-	1.113,11	47.835,43	44.601,84	-	2.534,83	47.136,67
Outras	871.440,92	146.790,25	139.477,36	1.157.708,53	907.941,46	128.779,73	92.821,66	1.129.542,85
<b>Despesas Gerais</b>	<b>358.913,73</b>	<b>16.041,99</b>	<b>36.674,59</b>	<b>411.630,31</b>	<b>310.815,09</b>	<b>18.490,47</b>	<b>36.088,04</b>	<b>365.393,60</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>143.647,60</b>	<b>-</b>	<b>10.813,23</b>	<b>154.460,83</b>	<b>152.075,48</b>	<b>-</b>	<b>19.618,39</b>	<b>171.693,87</b>
Depreciações	131.154,31	-	9.872,87	141.027,18	139.761,01	-	18.748,25	158.509,26
Amortizações	12.493,29	-	940,36	13.433,65	12.314,47	-	870,14	13.184,61
<b>Tributos</b>	<b>427.875,36</b>	<b>238.144,41</b>	<b>387.590,90</b>	<b>1.053.610,67</b>	<b>445.474,11</b>	<b>309.100,12</b>	<b>435.363,45</b>	<b>1.189.937,68</b>
Tributos	427.875,36	238.144,41	387.590,90	1.053.610,67	445.474,11	309.100,12	435.363,45	1.189.937,68
<b>Total Geral – Conta 4.2</b>	<b>6.603.725,51</b>	<b>3.098.652,04</b>	<b>8.048.349,95*</b>	<b>17.750.727,50</b>	<b>7.175.145,70</b>	<b>2.789.923,74</b>	<b>7.347.076,62</b>	<b>17.312.146,06</b>

**Nota:** \*Neste valor não estão incluídas as despesas administrativas diretas do Assistencial, que somaram R\$ 427.756,59.

**RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS - EXERCÍCIO 2017 (PERÍODO DE REFERÊNCIA 01/2017 A 12/2017)**
**Quadro 18 - Planos A - Plano de Benefícios Previdenciários Celetista**

<b>Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência</b>	
<b>Indexador</b>	<b>Taxa de juros (%)</b>
INPC	5

<b>Alocação de Recursos</b>		
<b>Segmento</b>	<b>Máximo (%)</b>	<b>Alvo (%)</b>
Renda Fixa	100	49
Renda Variável	50	13
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	13
Investimentos Estruturados	20	10
Investimentos no Exterior	10	7

**Quadro 19 - Plano B - Plano de Benefícios Previdenciários Estatutário**

<b>Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência</b>	
<b>Indexador</b>	<b>Taxa de juros (%)</b>
INPC	5

<b>Alocação de Recursos</b>		
<b>Segmento</b>	<b>Máximo (%)</b>	<b>Alvo (%)</b>
Renda Fixa	100	49
Renda Variável	50	13
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	13
Investimentos Estruturados	20	10
Investimentos no Exterior	10	7

**Quadro 20 – Plano de Benefícios Previdenciários Agros CD-01**

<b>Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência</b>	
<b>Indexador</b>	<b>Taxa de juros (%)</b>
Selic	-

<b>Alocação de Recursos</b>		
<b>Segmento</b>	<b>Máximo (%)</b>	<b>Alvo (%)</b>
Renda Fixa	100	100

**Quadro 21 - Planos de Benefícios Assistenciais (Planos de Saúde)**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros (%)
Selic	-

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

**Quadro 22 - Plano de Gestão Administrativa (PGA)**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros (%)
Selic	-

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Os quadros desta seção demonstram as metas atuariais por plano, os limites de alocação por segmento e os alvos a serem atingidos, todos estabelecidos na Política de Investimentos do Instituto para o ano de 2017. Encontram-se, a seguir, os demonstrativos das realizações do ano.

**DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS EM 2017**

**Quadro 23 - Posição dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (Valores em R\$)**

Segmentos de Ativos	Plano A		Plano B		Plano Agros CD-01		PGA		Assistencial		Total Geral	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Renda Fixa	72.889.947,07	52,55	423.858.025,28	62,90	18.616.19,81	100,00	49.144.352,71	99,92	46.539.866,38	100,00	611.048.382,25	65,92
Renda Variável	9.494.567,86	6,84	33.274.987,04	4,94	-	-	-	-	-	-	42.769.554,90	4,61
Imóveis	18.040.798,80	13,01	74.630.886,27	11,08	-	-	-	-	-	-	92.671.685,07	10,00
Multimercado	3.561.275,83	2,57	12.685.288,73	1,88	-	-	-	-	-	-	16.246.564,56	1,75
Investimentos no Exterior	8.204.835,72	5,91	30.119.016,43	4,47	-	-	-	-	-	-	38.323.852,15	4,13
Investimentos em Participações	10.189.148,70	7,35	34.603.374,06	5,14	-	-	-	-	-	-	44.792.522,76	4,83
Operações com Participantes	17.644.881,72	12,72	70.275.018,36	10,43	-	-	-	-	-	-	87.919.900,08	9,49
Disponível	63.129,86	0,05	74.505,95	0,01	-	-	37762,14	0,08	-	-	175.397,95	0,02
Despesas de Investimentos	-173.809,94	-0,13	-870.834,58	-0,13	-	-	-646,82	0,00	-	-	-1.045.291,34	-0,11
Contingência de Investimentos	-1.197.338,03	-0,86	-4.786.269,34	-0,71	-	-	-	-	-	-	-5.983.607,37	-0,65
<b>Total dos Recursos Garantidores</b>	<b>138.717.437,59</b>	<b>100,00</b>	<b>673.863.998,20</b>	<b>100,00</b>	<b>18.616.190,81</b>	<b>100,00</b>	<b>49.181.468,03</b>	<b>100,00</b>	<b>46.539.866,38</b>	<b>100,00</b>	<b>926.918.961,01</b>	<b>100,00</b>

**Quadro 24 - Custos da Gestão dos Recursos de Investimentos por Plano (Valores em R\$)**

Descrição	Plano A	Plano B	Plano CD-01	PGA	Assistencial	Total
<b>Gestão Interna</b>	559.640,13	2.053.628,12	31.906,26	-	8.958,30	2.654.132,81
Pessoal/Encargos	524.023,94	1.923.339,72	29.783,28	-	8.200,99	2.485.347,93
Consultorias	7.237,31	26.474,93	431,40	-	211,50	34.355,14
Auditorias	1.860,14	6.804,44	110,88	-	37,71	8.813,17
Corretagens	-	-	-	-	-	-
Sistemas de Informática	26.518,74	97.009,03	1580,70	-	508,10	125.616,57
<b>Gestão Externa</b>	100.977,75	697.568,08	0,00	64.513,57	71.705,74	934.765,14
Taxa de Administração	63.779,71	439.871,75	-	40.380,00	43.665,79	587.697,25
Taxa de Gestão	-	-	-	-	-	-
Taxa Anbid	1.484,77	10.389,29	-	1.021,91	1.258,52	14.154,49
Taxa Selic	1.094,72	7.257,39	-	739,77	384,95	9.476,83
Taxa Cetip	9.873,12	71.964,44	-	7.088,59	12.886,19	101.812,34
Taxa CVM	11.348,46	75.657,67	-	6.223,00	3.557,09	96.786,22
Custódia	10.750,31	73.483,43	-	6.897,59	6.717,23	97.848,56
Custodiante Itaú	-	-	-	-	-	-
CBLC	8,88	66,93	-	-	-	75,81
Auditorias	2.512,93	17.698,11	-	1.893,84	2.498,41	24.603,29
Taxas de Cartório	124,85	1.179,07	-	268,87	737,56	2.310,35
Outras e BMF	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>660.617,88</b>	<b>2.751.196,20</b>	<b>31.906,26</b>	<b>64.513,57</b>	<b>80.664,04</b>	<b>3.588.897,95</b>

**Quadro 25 - Metas de Rentabilidade por Segmento (%)**

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	8,09	8,09	9,96	9,96	9,96
Renda Variável	26,86	26,86	-	-	-
Investimentos Estruturados	11,18	11,18	-	-	-
Investimentos no Exterior	19,88	19,88	-	-	-
Imóveis	7,17	7,17	-	-	-
Operações com Participantes	7,17	7,17	-	-	-
Meta Atuarial	7,17	7,17	-	-	-

**Quadro 26 - Rentabilidades por Segmento/Plano (%)**

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	12,23	11,58	9,05	10,63	10,46
Renda Variável	29,46	30,24	-	-	-
Investimentos Estruturados	10,92	12,13	-	-	-
Investimentos no Exterior	21,43	21,13	-	-	-
Imóveis	8,88	8,76	-	-	-
Operações com Participantes	9,31	11,43	-	-	-
Meta	7,17	7,17	9,96	9,96	9,96
<b>Rentabilidade do Plano</b>	<b>16,06</b>	<b>16,25%</b>	<b>9,05</b>	<b>10,63</b>	<b>10,46</b>

**Quadro 27 - Evolução do Patrimônio Social (%)\***

Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Plano Assistencial
-5,33	13,18	28,39	6,81	26,31

**Nota:** \*Como resultado do primeiro objetivo do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foram transferidos recursos do Plano A para os Planos B, PGA, e Assistencial. As informações sobre este Termo de Ajustamento de Conduta estão mais detalhadas no item 18 das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, ao final deste RAI.

**Quadro 28 - Índices (%)**

IGPM	IPCA	INPC	Selic	Atuarial	Ibovespa	IBrx-50	MSCI
-0,53	2,95	2,07	9,96	7,17	26,86	26,81	23,07

**Quadro 29 - Valor em Risco (Var) por plano%**

Plano A	Plano B	Plano CD	Plano PGA	Plano Assistencial
3,02	2,16	0,21	0,90	0,23

Ressalta-se que as alocações dos ativos do Agros no ano de 2017, entre os diversos segmentos, respeitaram os limites de aplicação previstos nas Resoluções 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, e 3.846, de 25 de março de 2010, e encontram-se de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos do Agros aprovada em 08 de dezembro de 2016, por meio da Resolução CDE nº 332/2016.

## DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS

O ano de 2017 foi excelente, em comparação com os últimos anos, em termos de risco e retorno para as principais classes de ativos tanto no cenário interno quanto no externo. Os investimentos do Agros apresentaram rendimentos que superaram a meta atuarial dos Planos A e B, estabelecida em 7,17%. Os rendimentos médios ponderados foram de 16,06% para o Plano A e de 16,25% para o Plano B. Os segmentos que tiveram melhor desempenho foram o de renda variável e o de Investimentos no Exterior. Na renda variável registrou-se uma rentabilidade de 29,46% para o Plano A e 30,24% para o Plano B; no segmento de Investimentos no Exterior a rentabilidade foi de 21,43% no Plano A e de 21,13% no Plano B.

Os demais planos têm como referência a taxa Selic (9,96%) e tiveram rendimentos bem próximos desse referencial, sendo de 10,43% para o Plano Assistencial, 10,63% para o PGA e 9,05% para o Plano Agros CD-01.

Esses rendimentos foram decorrentes da melhoria das condições econômicas do Brasil e do exterior, especialmente das economias dos países mais desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão e países da União Europeia, cujos PIB's estão projetados para valores em torno de 3%. Com a inflação mais controlada e juros mais baixos, melhores condições de investimentos foram criadas no Brasil. Com essa melhoria, houve crescimento do PIB, que chegou a 1%, bem superior ao que se projetava no início de 2017. Esse crescimento tem sido impulsionado principalmente pelo processo de flexibilização monetária, iniciado no princípio de 2016, que permitiu que a taxa Selic fechasse o ano em 7%. As taxas de juros de mercado acompanharam a Selic e, com a baixa da inflação, contribuíram para que o IPCA ficasse em 2,95%, abaixo do piso da meta de 3%. O CDI rendeu o equivalente a INPC+7,71% (anualizado) no mês, resultado acima da moda das metas atuariais.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS\***

**Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidado**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>185</b>	<b>146</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>2.957</b>	<b>2.973</b>
			Gestão Previdencial	80	59
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>898.305</b>	<b>830.493</b>	Gestão Administrativa	2.472	2.513
Gestão Previdencial	120	88	Investimentos	405	401
Gestão Administrativa	10.952	10.286	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>15.650</b>	<b>26.191</b>
Investimentos	887.233	820.119	Gestão Administrativa	9.667	9.114
Créditos Privados e Depósitos	1.775	1.015	Investimentos	5.983	17.077
Ações	892	651	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>882.172</b>	<b>803.767</b>
Fundos de Investimento	703.974	639.244	<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>826.467</b>	<b>725.109</b>
Investimentos Imobiliários	92.672	87.584	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>562.902</b>	<b>515.421</b>
Empréstimos e Financiamento	87.920	91.276	Benefícios Concedidos	277.473	246.373
Outros Realizáveis	-	349	Benefícios a Conceder	285.429	269.048
<b>PERMANENTE</b>	<b>2.289</b>	<b>2.292</b>	<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>263.565</b>	<b>209.688</b>
Imobilizado	2.196	2.252	<b>Resultados Realizados</b>	<b>263.565</b>	<b>209.688</b>
Intangível	93	40	Superávit Técnico Acumulado	263.565	209.688
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>58.881</b>	<b>49.828</b>	<b>Fundos</b>	<b>55.705</b>	<b>78.658</b>
			Fundos Previdenciais	-	26.501
			Fundos Administrativos	50.924	47.676
			Fundos dos Investimentos	4.781	4.481
			<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>58.881</b>	<b>49.828</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>959.660</b>	<b>882.759</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>959.660</b>	<b>882.759</b>

**Observação:** \*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstração do Ativo Líquido Plano A (Celetista)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>153.380</b>	<b>164.171</b>	<b>-6,57%</b>
Disponível	63	27	134,95%
Recebíveis	13.292	12.417	7,05%
Investimentos	140.025	151.727	-7,71%
Créditos Privados e Depósitos	443	253	74,92%
Ações	263	192	36,64%
Fundos de Investimentos	103.633	113.365	-8,58%
Investimentos Imobiliários	18.041	20.381	-11,48%
Empréstimos	17.645	17.454	1,09%
Outros Realizáveis	-	82	100,00%
<b>2. Obrigações</b>	<b>1.446</b>	<b>3.682</b>	<b>-60,74%</b>
Operacional	249	265	-5,96%
Contingencial	1.197	3.417	-64,96%
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>13.345</b>	<b>12.473</b>	<b>6,99%</b>
Fundos Administrativos	13.240	12.396	6,81%
Fundos de Investimentos	105	77	38%
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>138.589</b>	<b>148.016</b>	<b>-6,37%</b>
Provisões Matemáticas	130.846	127.000	3,03%
Superávit / Déficit Técnico	7.743	21.016	-63,16%
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>8.905</b>	<b>22.712</b>	<b>-60,79%</b>
a) Equilíbrio Técnico	7.743	21.016	-63,16%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.162	1.696	-31,45%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	8.905	22.712	-60,79%

**Demonstração do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>717.274</b>	<b>643.214</b>	<b>11,51%</b>
Disponível	75	50	48,73%
Recebíveis	37.752	35.346	6,81%
Investimentos	679.447	607.818	11,78%
Créditos Privados e Depósitos	1.332	762	74,92%
Ações	629	459	36,98%
Fundos de Investimentos	532.580	465.305	14,46%
Investimentos Imobiliários	74.631	67.203	11,05%
Empréstimos	70.275	73.822	-4,80%
Outros Realizáveis	-	267	-100,00%
<b>2. Obrigações</b>	<b>5.659</b>	<b>14.441</b>	<b>-60,81%</b>
Operacional	873	781	11,74%
Contingencial	4.786	13.660	-64,96%
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>42.360</b>	<b>39.684</b>	<b>6,74%</b>
Fundos Administrativos	37.684	35.280	6,81%
Fundos de Investimentos	4.676	4.404	6,16%
<b>4 Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>669.255</b>	<b>589.089</b>	<b>13,61%</b>
Provisões Matemáticas	413.433	373.916	10,57%
Superávit / Déficit Técnico	255.822	188.672	35,59%
Fundos Previdenciais	-	26.501	100,00%
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>263.964</b>	<b>196.751</b>	<b>34,16%</b>
a) Equilíbrio Técnico	255.822	188.672	35,59%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	8.142	8.079	0,78%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	263.964	196.751	34,16%

**Demonstração do Ativo Líquido Plano C (Agros CD-01)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>18.626</b>	<b>14.508</b>	<b>28,39%</b>
Disponível	10	-	100,00%
Recebíveis	-	-	0,00%
Investimentos	18.616	14.508	28,32%
Fundos de Investimentos	18.616	14.508	28,32%
<b>2. Obrigações</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0,00%</b>
Operacional	3	3	0,00%
<b>3. Ativo Líquido (1-2)</b>	<b>18.623</b>	<b>14.505</b>	<b>28,39%</b>
Provisões Matemáticas	18.623	14.505	28,39%

**Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano A (Celetista)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO		31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>148.016</b>	<b>140.146</b>	<b>5,62%</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>20.217</b>	<b>20.260</b>	<b>-0,21%</b>
(+)	Contribuições Previdenciárias	615	238	158,58%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	19.602	20.022	-2,10%
	<b>2. Destinações</b>	<b>29.644</b>	<b>12.390</b>	<b>139,25%</b>
(-)	Benefícios Previdenciários	29.557	11.728	152,02%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	629	0,00%
(-)	Custeio Administrativo	87	33	166,34%
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>(9.427)</b>	<b>7.870</b>	<b>-219,77%</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	3.846	(5.404)	-171,17%
(+/-)	Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	(13.273)	13.274	-200,00%
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>138.589</b>	<b>148.016</b>	<b>-6,37%</b>
	<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	<b>13.345</b>	<b>12.473</b>	<b>6,99%</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	13.240	12.396	6,81%
(+/-)	Fundos de Investimentos	105	77	37,58%

**Demonstrac o da Mutaç o do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO		31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>589.089</b>	<b>518.672</b>	<b>13,58%</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>91.070</b>	<b>79.992</b>	<b>13,85%</b>
(+)	Contribuições Previdenciárias	15.974	698	2188,32%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	75.096	79.294	-5,29%
	<b>2. Destinações</b>	<b>10.904</b>	<b>9.575</b>	<b>13,87%</b>
(-)	Benefícios Previdenciários	10.793	9.272	16,40%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	208	-100,00%
(-)	Custeio Administrativo	111	95	16,64%
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>80.166</b>	<b>70.417</b>	<b>13,85%</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	39.517	5.084	677,36%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(26.501)	-	0,00%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	67.150	65.333	2,78%
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>669.255</b>	<b>589.089</b>	<b>13,61%</b>
	<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	<b>42.360</b>	<b>39.684</b>	<b>6,74%</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	37.684	35.280	6,81%
(+/-)	Fundos de Investimentos	4.676	4.404	6,16%

**Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano C (Agros CD-01)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO		31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>14.505</b>	<b>9.082</b>	<b>59,72%</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>4.609</b>	<b>5.774</b>	<b>-20,18%</b>
(+)	Contribuições Previdenciárias	3.179	4.247	-25,14%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.430	1.527	-6,34%
	<b>2. Destinaç�es</b>	<b>491</b>	<b>351</b>	<b>40,09%</b>
(-)	Benefícios	460	308	49,34%
(-)	Custeio Administrativo	31	43	-28,69%
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>4.118</b>	<b>5.423</b>	<b>-24,07%</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	4.118	5.423	-24,07%
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>18.623</b>	<b>14.505</b>	<b>28,39%</b>

**Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO		31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
	<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>837.026</b>	<b>747.789</b>	<b>11,93%</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>202.272</b>	<b>179.963</b>	<b>12,40%</b>
(+)	Contribuições Previdenciais	19.538	5.013	289,72%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	96.128	100.843	-4,68%
(+)	Receitas Administrativas	16.290	14.415	13,01%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	4.709	6.395	-26,36%
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	300	408	-26,39%
(+)	Receitas Assistenciais	65.307	52.889	23,48%
	<b>2. Destinações</b>	<b>115.118</b>	<b>90.726</b>	<b>26,89%</b>
(-)	Benefícios	40.809	21.308	91,52%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	837	-100,00%
(-)	Despesas Administrativas	17.751	17.312	2,53%
(-)	Despesas Assistenciais	56.558	51.269	10,32%
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>87.154</b>	<b>89.237</b>	<b>-2,33%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	47.481	5.103	830,37%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	53.877	78.608	-31,46%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(26.501)	-	0,00%
(+/-)	Fundos Administrativos	3.248	3.498	-7,14%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	300	408	-26,39%
(+/-)	Gestão Assistencial	8.749	1.620	440,09%
	<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>924.180</b>	<b>837.026</b>	<b>10,41%</b>

**Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios A (Celetista)  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>140.140</b>	<b>151.775</b>	<b>-7,67%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>130.846</b>	<b>127.000</b>	<b>3,03%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>77.059</b>	<b>77.693</b>	<b>-0,82%</b>
Benefício Definido	77.059	77.693	-0,82%
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>53.787</b>	<b>49.307</b>	<b>9,09%</b>
Benefício Definido	53.787	49.307	9,09%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>7.743</b>	<b>21.016</b>	<b>-63,16%</b>
<b>2.1. Resultado Realizado</b>	<b>7.743</b>	<b>21.016</b>	<b>-63,16%</b>
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>	<b>7.743</b>	<b>21.016</b>	<b>-63,16%</b>
Reserva de Contingência	7.743	21.016	-63,16%
<b>3. Fundos</b>	<b>105</b>	<b>77</b>	<b>37,58%</b>
3.1. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	105	77	37,58%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>249</b>	<b>265</b>	<b>-5,96%</b>
4.1. Gestão Previdencial	75	55	35,28%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	174	210	-17,25%
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>1.197</b>	<b>3.417</b>	<b>-64,96%</b>
5.1. Investimentos - Gestão Previdencial	1.197	3.417	-64,96%

**Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios B (Estatutário)  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>679.590</b>	<b>607.934</b>	<b>11,79%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>413.433</b>	<b>373.916</b>	<b>10,57%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>200.414</b>	<b>168.680</b>	<b>18,81%</b>
Benefício Definido	200.414	168.680	18,81%
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>213.019</b>	<b>205.236</b>	<b>3,79%</b>
Benefício Definido	213.019	205.236	3,79%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>255.822</b>	<b>188.672</b>	<b>35,59%</b>
<b>2.1. Resultado Realizado</b>	<b>255.822</b>	<b>188.672</b>	<b>35,59%</b>
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>	<b>255.822</b>	<b>188.672</b>	<b>35,59%</b>
Reserva de Contingência	97.157	90.301	7,59%
Reserva para Revisão do Plano	158.665	98.371	61,29%
<b>3. Fundos</b>	<b>4.676</b>	<b>30.905</b>	<b>-84,87%</b>
3.1. Fundos Previdenciais	-	26.501	-100,00%
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	4.676	4.404	6,16%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>873</b>	<b>781</b>	<b>11,74%</b>
4.1. Gestão Previdencial	2	1	42,44%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	871	780	11,68%
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>4.786</b>	<b>13.660</b>	<b>-64,96%</b>
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4.786	13.660	-64,96%

**Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios C (Agros CD-01)  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2)</b>	<b>18.626</b>	<b>14.508</b>	<b>28,39%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>18.623</b>	<b>14.505</b>	<b>28,39%</b>
<b>1.1. Benefício a Conceder</b>	<b>18.623</b>	<b>14.505</b>	<b>28,39%</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>18.623</b>	<b>14.505</b>	<b>28,39%</b>
Saldo de contas - parcela participantes	18.623	14.505	28,39%
<b>2. Exigível Operacional</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>24,09%</b>
2.1. Gestão Previdencial	3	3	24,09%

**Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>47.676</b>	<b>44.178</b>	<b>7,92%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>20.999</b>	<b>20.810</b>	<b>0,91%</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>20.999</b>	<b>20.810</b>	<b>0,91%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	230	170	35,02%
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.926	6.190	11,89%
Taxa de Administração de Empréstimos	662	707	-6,38%
Receitas Diretas	-	-	100,00%
Resultado Positivo dos Investimentos	4.709	6.395	-26,36%
Reembolso da Gestão Assistencial	8.048	7.347	9,54%
Outras Receitas	424	1	42271%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>17.751</b>	<b>17.312</b>	<b>2,54%</b>
<b>2.1 Administração Previdencial</b>	<b>6.604</b>	<b>7.175</b>	<b>-7,96%</b>
Pessoal e Encargos	3.983	3.884	2,57%
Treinamentos/Congressos e Seminários	73	88	-17,47%
Viagens e Estadias	102	139	-26,21%
Serviços de Terceiros	1.515	2.156	-29,75%
Despesas Gerais	359	311	15,48%
Depreciações e Amortizações	144	152	-5,54%
Tributos	428	445	-3,95%
<b>2.2 Administração dos Investimentos</b>	<b>3.099</b>	<b>2.790</b>	<b>11,09%</b>
Pessoal e Encargos	2.477	2.141	15,70%
Treinamentos/Congressos e Seminários	17	5	223,05%
Viagens e Estadias	23	32	-28,61%
Serviços de Terceiros	328	284	15,55%
Despesas Gerais	16	19	-17,69%
Tributos	238	309	100,00%
<b>2.3 Administração Assistencial</b>	<b>8.048</b>	<b>7.347</b>	<b>9,54%</b>
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>3.248</b>	<b>3.498</b>	<b>-7,14%</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>3.248</b>	<b>3.498</b>	<b>-7,14%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>50.924</b>	<b>47.676</b>	<b>6,81%</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Agros - Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) e Operadora de Planos de Saúde (OPS) na modalidade autogestão. Tem como órgãos reguladores e fiscalizadores a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Possui dois planos previdenciários na modalidade de Benefício Definido (BD), os Planos A e B, um de Contribuição Definida (CD), o Agros CD-01, e oito planos de saúde.

Os Patrocinadores dos Planos Previdenciários da modalidade BD e dos Planos de Saúde são:

- Universidade Federal de Viçosa (UFV);
- Agros - Instituto UFV de Seguridade Social.

O Plano Previdenciário na modalidade CD, denominado Agros CD-01, tem como Instituidores:

- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFVCredi);
- Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec);
- Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon-MG);
- Associação de Ex-Alunos da Universidade Federal de Viçosa (AEA/UFV).

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Agros não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado.

A escrituração dos recursos aplicados pelo Instituto, bem como dos resultados alocados, como adições, deduções, rendas, variações positivas e negativas, receitas e despesas, foram registradas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

O Agros faz parte do conjunto das entidades fechadas de previdência complementar que, nos termos do artigo 76 da Lei Complementar nº 109/2001, foram autorizadas a continuar oferecendo a seus participantes, benefícios de assistência à saúde. Desde 18 de dezembro de 2008, com a publicação da Instrução Conjunta SPC/ANS nº 01, esta atividade de saúde suplementar, mesmo quando executada por entidade de previdência complementar, passou a ser regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

No que tange a matéria contábil, a partir de 2009 a Fundação passou a enviar seus demonstrativos econômico-financeiros por intermédio do Documento de Informações Periódicas das Operadoras – DIOPS no modelo específico da ANS.

### 2. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA

O Agros administra e disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos previdenciários, que são devidamente registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB/Previc):

- **Plano Previdenciário A (Celetista)** - Benefício Definido

É o plano original do Agros, registrado no CNPB sob o nº 19.800.008-83, e abrange:

- a. Os funcionários aposentados e os pensionistas da UFV, que não foram alcançados pela Lei 8.112/90, portanto, sujeitos às regras e determinações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- b. Os funcionários ativos, aposentados e pensionistas do Agros;
- c. Os ex-funcionários do Agros, que optarem pela modalidade Autopatrocínio ou Benefício Proporcional Diferido (BPD); e

d. Os participantes aposentados e pensionistas das ex-patrocinadoras Centreinar e Funarbe.

Até junho de 2017, o custeio do Plano A era definido com base na Resolução CDE nº 319, de 12 de abril de 2016, da seguinte forma: para os participantes ativos e autopatrocinados, que tiveram adesão anterior a 01/01/2006, a contribuição era de 0,2% do salário de participação; e para adesões após esta data, contribuição de 2,5% sobre o salário de participação, acrescido de 8% sobre o excesso do salário de participação em relação ao teto da previdência social; para os participantes assistidos, contribuição do percentual de 0,2% sobre os seus benefícios; e para os participantes em BPD, o custeio é calculado individualmente pelo atuário.

A partir de julho de 2017 ocorreu alteração no custeio do Plano A, com base na Resolução CDE nº 348, de 4 de julho de 2017, sendo definido da seguinte forma:

- ✓ Contribuições de Patrocinadora: o valor é equivalente ao total das contribuições recolhidas mensalmente pelos participantes ativos;
- ✓ Contribuições de Participantes Ativos e Autopatrocinados: o valor é calculado de acordo com a idade, salário de participação e percentual em relação a meio teto e o teto máximo de salário benefício do INSS, de acordo com a planilha anexa à referida Resolução;
- ✓ Joia de Participantes Ativos e Autopatrocinados: o valor é calculado para os participantes que se filiaram ao plano com idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos, em conformidade com o Regulamento do Plano;
- ✓ Contribuição de Assistidos: utiliza-se o cálculo de 0,20% do valor total recebido como benefício de aposentadoria;
- ✓ Contribuição de Participantes em BPD: o custeio é calculado pelo Atuário através de equivalência atuarial.

#### • **Plano Previdenciário B (Estatutário) - Benefício Definido**

Esse plano de benefícios é registrado no CNPB sob o nº 19.920.001-74, e abrange:

- a. Os servidores da UFV, ativos, aposentados e assistidos, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU), e com inscrição no plano realizada até 20 de abril de 2007 (data de fechamento de inscrições ao plano); e
- b. Os servidores que perderem o vínculo com a UFV, que optarem pela modalidade Autopatrocínio ou BPD (Benefício Proporcional Diferido);

Em julho de 2010, atendendo aos normativos sobre destinação voluntária do superávit, o Conselho Deliberativo aprovou a Resolução CDE nº 238, de 14 de julho de 2010, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes Ativos e Autopatrocinados do Plano B para 0,20%. Essa resolução entrou em vigor em agosto de 2010, exceto para aqueles participantes que aderiram ao plano entre janeiro e abril de 2007, para os quais foram mantidos os percentuais de contribuição devidos, conforme previsto no regulamento.

Para o ano de 2017, foram ratificados os mesmos percentuais definidos pela Resolução CDE nº 349, de 4 de julho de 2017, sendo: para as contribuições normais dos participantes ativos e autopatrocinados é utilizado 0,20% do valor do salário de participação; para as contribuições normais dos assistidos é utilizado 0,20% do valor recebido como benefício de aposentadoria do regime próprio de previdência; para as contribuições dos participantes em BPD é utilizado um cálculo atuarial, de acordo com condição individual de cada participante. Nota-se ainda que, a partir deste ano de 2017, o custeio dos participantes ativos não está mais segregado por data de adesão ao Plano.

#### • **Plano Previdenciário C (Agros CD-01) - Contribuição Definida**

Também chamado de Plano Instituidor, o Plano Previdenciário Agros CD-01, aprovado pela Portaria SPC nº 2.174, de 2 de abril de 2008, tem seu registro no CNPB sob o nº 20.080.010-83. Por sua característica de instituidor, os participantes deste plano são vinculados por meio dos convênios com os instituidores: UFVCredi, Sindisec, Fecon-MG e AEA/UFV.

O Instituto adota o regime financeiro de capitalização para cálculo das provisões matemáticas dos Planos A, B e Agros CD-01.

As metas atuariais para a rentabilidade dos Investimentos no ano de 2017, dos planos previdenciários de benefício definido, A e B, correspondem à variação do INPC, acrescidas de 5% a.a. Já para o Plano Agros CD-01, as metas de rentabilidades são estabelecidas na Política de Investimento, e são lastreadas pela taxa Selic.

## 2.1. Quadro resumo dos Planos de Benefícios Previdenciários em 31/12/2017

Participantes	31/12/2017				31/12/2016			
	Plano A	Plano B	Plano C	Consolidado	Plano A	Plano B	Plano C	Consolidado
Ativos	77	3.570	1.610	5.257	76	3.640	1.455	5.171
Autopatrocinados	4	80	241	325	5	78	211	294
BPD	1	1	0	2	1	1	0	2
Assistidos	72	350	0	422	71	346	0	417
Pensionistas	146	182	0	328	157	172	0	329
<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>4.183</b>	<b>1.851</b>	<b>6.334</b>	<b>310</b>	<b>4.237</b>	<b>1.666</b>	<b>6.213</b>
Idade Média	64	63	38		58	62	38	

Nota: Estão incluídos no Plano B, como Ativos, os aposentados por tempo de serviço no RJU que não recebem benefício mensal.

## 3. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 3.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Agros foram elaboradas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e o Conselho Federal de Contabilidade - CFC publicaram normas com procedimentos contábeis para as EFPC, cabendo ressaltar as seguintes matérias:

I - Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 - divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras, e normas gerais de procedimentos contábeis;

II - Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 - dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas;

III – Instrução Previc nº 21, de 23 de março de 2015 – altera a instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabeleceu normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, quanto à forma, o meio e a periodicidade de envio das Demonstrações contábeis;

IV – Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015 – altera a instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, sendo que esta Instrução passou a vigorar acrescida do Anexo C Modelos e Instruções de Preenchimento das Demonstrações Contábeis; e

V – Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 e estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, como principal característica, a contabilização das operações por plano de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios de natureza previdencial e assistencial, administrados pela EFPC, bem como o plano de gestão

administrativa e o Fluxo dos Investimentos, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.

Em conformidade com o item 17 do Anexo C das Normas Gerais da Resolução CNPC nº 08/2011, são apresentadas os seguintes demonstrativos contábeis:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS – Consolidada;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Consolidada;
- d) Demonstração do Ativo Líquido – DAL – por plano de benefício previdencial;
- e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL – por plano de benefício previdencial;
- f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – por plano de benefício previdencial;
- g) Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentadas em milhares de reais e em conjunto com as correspondentes de 2016, de forma a permitir a comparabilidade.

A contabilização, os demonstrativos contábeis e notas explicativas da Gestão Assistencial seguem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

## **3.2. Principais Políticas Contábeis**

### **3.2.1. Apuração do resultado**

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas / Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas do Fluxo de Investimentos, são escrituradas pelo regime de competência de exercícios, exceto as contribuições e a taxa de carregamento para o Plano de Gestão Administrativo (PGA) do plano estruturado na modalidade de contribuição definida, que são reconhecidas no momento do efetivo recebimento.

### **3.2.2. Estimativas contábeis**

A elaboração de Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às EFPCs, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação, provisões para perdas de ativos, contingências e as reservas matemáticas, dentre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas periodicamente.

### **3.2.3. Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis**

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis que estão em forma comparativa, com as duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

### **3.2.4. Provisão para crédito de liquidação duvidosa**

A provisão para crédito de liquidação duvidosa   constituída em conformidade com o disposto nos itens 9 a 11, Anexo A, da Instrução SPC n  34/2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrente de contribuições previdenciais em atraso incide somente sobre o valor das parcelas vencidas.

### 3.2.5. Disponível

As disponibilidades representam os recursos financeiros em bancos conta movimento na data do balanço.

### 3.2.6. Ativo Realizável da Gestão Previdencial

É demonstrado pelos valores a receber dos planos de benefícios de natureza previdencial.

### 3.2.7. Ativo Realizável da Gestão Administrativa

É demonstrado pelos valores a receber do Plano de Gestão Administrativa.

### 3.2.8. Ativo Realizável dos Investimentos

Os investimentos dos planos de benefícios previdenciários e administrativo são contabilizados no ativo realizável, sendo segregados por plano de benefícios e alocados em segmentos de mercado, de acordo com os normativos legais e as definições da Política de Investimentos do Agros.

**a) Renda Fixa e Renda Variável:** O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), por meio da Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e disposições complementares, estabeleceu novos critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, a partir de 1º de janeiro de 2002. A classificação e o critério de avaliação dos títulos divide-se em duas categorias distintas, como segue:

- Títulos para negociação: Referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos mantidos até o vencimento: Referem-se a títulos e valores mobiliários avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do exercício, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira do Instituto para mantê-los em carteira até o vencimento.

**b) Fundos de Investimento:** São contabilizados pelos valores efetivamente desembolsados nas aquisições de cotas, incluindo, quando for o caso, as taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor atualizado de suas cotas, na data de encerramento do balanço, divulgados pelos seus administradores. As variações resultantes no valor da cota são apropriadas como receitas ou despesas de investimentos na DMPS e DMAL.

**c) Investimentos Imobiliários:** São demonstrados ao custo de aquisição ajustado por reavaliações feitas por peritos independentes, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, Resolução CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que preveem avaliação deste investimento, pelo menos, a cada três anos. De acordo com a Política de Investimentos do Agros para o Exercício de 2017, aprovada pela Resolução do CDE nº 332/2016, a reavaliação dos imóveis do Instituto deve ser feita anualmente. A última avaliação ocorreu em novembro de 2017, tendo seus resultados contabilizados no próprio exercício. Os trabalhos de reavaliação dos imóveis foram realizados pela empresa Raja Engenharia Ltda.

**d) Empréstimos:** São demonstrados ao custo ou valores desembolsados, mais rendimentos auferidos e reduzidos por estimativas de perdas, de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

### 3.2.9. Ativo Permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento do Instituto. Tais bens são registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, com base em taxas anuais aplicáveis. O Agros mantém fundo administrativo correspondente ao Permanente, no PGA, contabilizado de forma destacada em seus registros analíticos. As taxas de depreciação são as seguintes:

Descrição	Taxa Anual de Depreciação / Amortização (%)
Instalações	10
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	20
Ambulância	33
Biblioteca	10
Sistema de Comunicação	10
Computadores e Periféricos	20
Edificações de Uso Próprio	2
Software	20

### 3.2.10. Exigível Operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, e é representado por obrigações previdenciárias assumidas com os participantes assistidos, bem como compromissos administrativos e de investimentos, até a data do balanço.

### 3.2.11. Exigível Contingencial

Está demonstrado por provisões constituídas nos casos em que há probabilidade de perda provável das ações judiciais cujo desembolso possa ser mensurável, em atendimento e cumprimento da NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. No caso de classificação como perda provável, há o reconhecimento e divulgação. Nos casos de perda possível, ocorre apenas a divulgação em Nota Explicativa. Quando a estimativa de perda é remota, não há evidenciação nas demonstrações contábeis. A administração do Agros entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

### 3.2.12. Exigível Atuarial

#### *Provisões Matemáticas*

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais e suportadas por parecer dos atuários contratados, e representam os compromissos acumulados referentes aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

**Benefícios Concedidos:** registra o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

**Benefícios a Conceder:** registra o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos participantes ativos, calculados com base no valor atual desses benefícios e das contribuições que os participantes e seus respectivos patrocinadores recolherão à Entidade.

### *Equilíbrio Técnico*

Apurado pela diferença do Ativo Líquido (Ativo Total menos Exigível Operacional, Exigível Contingencial e Fundos) e as Provisões Matemáticas.

### **3.2.13. Fundos**

#### *Fundos Previdenciais*

São constituídos a partir da avaliação atuarial e possuem destinação específica, que deverá guardar relação com o evento determinado ou com o risco identificado, avaliado, controlado e monitorado, de acordo com o art. 5º da Resolução CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008.

#### *Fundo Administrativo*

São constituídos com o resultado positivo da gestão administrativa e tem a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade.

#### *Fundo de Investimento*

São constituídos com valores recebidos nas prestações de empréstimos, na forma do contrato e do regulamento da Carteira. São duas modalidades de fundos: Fundo para Quitação de Empréstimo por Morte de Participante e Fundo Garantidor de Prestação de Empréstimos. Suas destinações são coberturas de situações especiais relacionados à Carteira de Empréstimos a Participantes, conforme especificado na Nota explicativa nº 13.3.

### **3.2.14. Custeio Administrativo**

Atendendo à determinação das Resoluções CGPC nº 29/2009 e CNPC nº 08/2011, o Custeio Administrativo do exercício de 2017 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio das Resoluções CDE nº 348 e 349/2017, constituindo fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela EFPC:

- a. Contribuição dos participantes e assistidos;
- b. Contribuição dos patrocinadores;
- c. Resultado dos investimentos;
- d. Taxa administrativa nas operações de empréstimos; e
- e. Fundo administrativo.

Conforme definido do Regulamento do Plano Agros CD-01, a fonte de custeio para cobertura das despesas administrativas é o percentual de 1% das contribuições dos seus participantes.

Já para o Plano Assistencial, as despesas administrativas são custeadas integralmente com recursos oriundos do próprio Plano de Assistência à Saúde.

## **4. ATIVO DISPONÍVEL**

O Agros mantém volume mínimo em conta corrente bancária, com o objetivo de suprir os gastos imediatos das atividades dos planos, dentro de uma orientação de fluxo de caixa.

	R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Plano A – CLT	63	27
Plano B – RJU	74	50
Plano C – Agros CD-01	10	-
PGA	38	69
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>146</b>

## 5. ATIVO REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

	31/12/2017				31/12/2016			
	Plano A	Plano B	Plano C	Consolidado	Plano A	Plano B	Plano C	Consolidado
	Contribuições do mês a receber de Patrocinadores	23	-	-	23	9	-	-
Contribuições do mês a receber de Participantes Ativos	23	54	-	77	9	51	-	60
Contribuições do mês a receber de Participantes Assistidos	-	3	-	3	-	2	-	2
Contribuições do mês a receber de Autopatrocinados	2	1	-	3	2	1	-	3
Contribuições do mês a receber de Participantes em BPD	1	-	-	1	-	-	-	-
Contribuições em atraso a receber de Patrocinador	45.439	-	-	45.439	66.072	-	-	66.072
Contribuições em atraso a receber de Participantes Ativos	-	9	-	9	-	10	-	10
Contribuições em atraso a receber de Participantes Assistidos	-	-	-	-	-	1	-	1
Contribuições s/ o 13º Salário a receber de Participantes Ativos	-	6	-	6	-	-	-	-
Contribuições s/ o 13º Salário a receber de Participantes Assistidos	-	1	-	1	-	-	-	-
Contribuições s/ o 13º Salário a receber de Autopatrocinados	2	1	-	3	2	1	-	3
Contribuições s/ o 13º Salário a receber de Participantes em BPD	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão Perdas s/ Créditos de Liquid. Duvidosa - Patrocinadores	(45.439)	-	-	(45.439)	(66.072)	-	-	(66.072)
(-) Provisão Perdas s/ Créditos de Liquid. Duvidosa - Participantes Ativos	-	(6)	-	(6)	-	(3)	-	(3)
Outros Realizáveis	-	-	-	-	-	3	-	3
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>69</b>	<b>-</b>	<b>120</b>	<b>22</b>	<b>66</b>	<b>-</b>	<b>88</b>

As contribuições dos patrocinadores e dos participantes são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Já as Contribuições em Atraso da Patrocinadora UFV, de R\$ 45.439 mil em 31/12/2017 (R\$ 66.072 mil em 31/12/2016), relativas ao Plano A, são oriundas da “dotação inicial” de patrocínio do plano previdenciário para os participantes estrangeiros. Estão atualizadas monetariamente até a data de referência das demonstrações contábeis com base no IPCA-E e juros de mora aplicados da poupança, de acordo com o art. 1º- F da Lei nº 9.494/97.

Em função de ser um valor a receber por meio de cobrança judicial, o montante do débito, cujo saldo em atraso é superior a 360 dias, possui uma provisão para perdas de igual valor, sendo realizado o provisionamento contingencial de 100% do débito.

Observa-se que houve um ajuste no valor do Débito da Patrocinadora UFV, de R\$ 66.072 mil em 2016, para R\$ 45.439 mil em 2017, para que o mesmo se torne igual ao valor do cálculo judicial constante nos autos e da condenação transitado em julgado a favor do Agros, relativo ao processo nº 20595-18.2011.4.01.3800 que tramitou na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais.

Contra a decisão favorável ao Agros, houve recurso de Apelação proposto pela patrocinadora sendo questionado o valor dos honorários advocatícios, não havendo, portanto, qualquer insurgência quanto ao valor a título de dotação inicial, demonstrando que o objeto do processo em si não foi questionado que ocasionou o trânsito em julgado.

## 6. ATIVO REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

É composto pelos valores que serão reconhecidos como despesas nos resultados de meses subsequentes, como também os depósitos judiciais, os adiantamentos de férias e 13º salários dos funcionários, o abono anual dos diretores, os adiantamentos a fornecedores e os recursos a receber dos planos de benefícios referentes aos custeios administrativos. A composição está assim demonstrada:

	R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
	<b>PGA</b>	
Contas a Receber	162	165
Despesas Antecipadas	345	354
Depósitos Judiciais / Recursais	9.666	9.114
Tributos a Compensar	3	-
Outros Realizáveis - Valores a Recuperar	4	4
Outros Realizáveis - Valores a Receber (do Plano Assistencial)	763	649
Outros Realizáveis - Outros Valores a Receber	9	-
<b>Total</b>	<b>10.952</b>	<b>10.286</b>

Os depósitos judiciais estão suportados por provisões reconhecidas, conforme Nota explicativa nº 10.

## 7. ATIVO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos é constituída das aplicações em: Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimentos, Investimentos Imobiliários e Empréstimos. A composição desses Investimentos é assim apresentada:

R\$ mil

	31/12/2017					31/12/2016				
	Plano A	Plano B	Plano C	PGA	Consolidado	Plano A	Plano B	Plano C	PGA	Consolidado
Créditos Privados e Depósitos	443	1.332	-	-	1.775	253	762	-	-	1.015
Ações	263	629	-	-	892	192	459	-	-	651
Fundos de Investimentos	103.634	532.580	18.616	49.144	703.974	113.365	465.305	14.508	46.066	639.244
Investimentos Imobiliários	18.041	74.631	-	-	92.672	20.381	67.203	-	-	87.584
Operações com Participantes - Empréstimos	17.645	70.275	-	-	87.920	17.454	73.822	-	-	91.276
Outros Realizáveis	-	-	-	-	-	82	267	-	-	349
<b>Total</b>	<b>140.026</b>	<b>679.447</b>	<b>18.616</b>	<b>49.144</b>	<b>887.233</b>	<b>151.727</b>	<b>607.818</b>	<b>14.508</b>	<b>46.066</b>	<b>820.119</b>

Os quadros a seguir apresentam as composições de investimentos por segmentos.

### 7.1. Créditos privados e depósitos

R\$ mil

	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano A	Plano B	Consolidado	Plano A	Plano B	Consolidado
Companhias Abertas – Debêntures não Conversíveis	443	1.332	1.775	253	762	1.015
<b>Total</b>	<b>443</b>	<b>1.332</b>	<b>1.775</b>	<b>253</b>	<b>762</b>	<b>1.015</b>

As Debêntures não Conversíveis em ações são originárias da então Vale do Rio Doce, hoje VALE, recebidas por ocasião da privatização da Companhia.

### 7.2. Ações

R\$ mil

	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano A	Plano B	Consolidado	Plano A	Plano B	Consolidado
Ações – Companhias Abertas	263	629	892	192	459	651
<b>Total</b>	<b>263</b>	<b>629</b>	<b>892</b>	<b>192</b>	<b>459</b>	<b>651</b>

Em 2016 o Comitê de Investimentos (Ata nº 06/2016) decidiu pela redução da participação dos investimentos da Entidade no Segmento de Renda Variável e, conseqüentemente, pela venda das ações da Carteira Própria. Permaneceram nos ativos somente as ações OIBR-ON da OI S/A, e OGXP-ON do Emissor Óleo e Gás, que apresentavam baixas cotações. O Agros aguarda melhores oportunidades de mercado para operacionalizar as suas vendas.

Os recursos provenientes destas vendas foram alocados em um Fundo de Renda Fixa- COE, com proteção de capital e participação no retorno do IBRX.

### 7.3. Fundos de Investimentos

R\$ mil

	31/12/2017					31/12/2016				
	Plano A	Plano B	Plano C	PGA	Consolidado	Plano A	Plano B	Plano C	PGA	Consolidado
<b>Renda Fixa</b>	<b>71.574</b>	<b>419.794</b>	<b>18.616</b>	<b>49.144</b>	<b>559.128</b>	<b>80.816</b>	<b>375.854</b>	<b>14.508</b>	<b>46.066</b>	<b>517.244</b>
BRADESCO FIF ATLANTIS	20.772	131.854	-	4.033	156.659	24.260	120.514	-	3.497	148.271
FIF HSBC RED STAR	1.064	23.387	-	10.491	34.942	1.023	23.018	-	11.432	35.473
CHALLERNGER FIF	21.160	129.416	-	21.109	171.685	24.048	114.358	-	18.820	157.226
SUL AMERICA TAMAR	12.311	92.813	-	13.476	118.600	17.976	85.857	-	12.132	115.965
BTGEM PRIM II	41	219	-	35	295	236	1.136	-	185	1.557
FI AGROS2 MM CP	7.183	18.655	-	-	25.838	6.642	15.499	-	-	22.141
FI AGROS1 MM CP	9.043	23.450	-	-	32.493	6.631	15.472	-	-	22.103
JUROS E MOEDAS	-	-	18.616	-	18.616	-	-	14.508	-	14.508
<b>Ações</b>	<b>9.231</b>	<b>32.646</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.877</b>	<b>10.511</b>	<b>27.912</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.423</b>
FUNDO SUL AMERICA EXP FIA	247	736	-	-	983	2.569	5.149	-	-	7.718
SULAMERICA FIA EXPERTISE II	1.389	4.747	-	-	6.136	1.260	3.441	-	-	4.701
FIA LACAN SERVIÇOS	2.136	7.489	-	-	9.625	1.795	5.110	-	-	6.905
KINEA PIPE FIA	2.329	8.631	-	-	10.960	1.963	5.889	-	-	7.852
RPI 30	3.130	11.043	-	-	14.173	2.924	8.323	-	-	11.247
<b>Multimercado</b>	<b>3.561</b>	<b>12.685</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.246</b>	<b>3.594</b>	<b>10.228</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.822</b>
ITAUFOP RPI RETORNOTOTAL MULT	3.561	12.685	-	-	16.246	3.594	10.228	-	-	13.822
<b>Participações</b>	<b>10.188</b>	<b>34.604</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44.792</b>	<b>9.379</b>	<b>26.480</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.859</b>
BTG PACTUAL INFRA II	498	1.488	-	-	1.986	666	1.553	-	-	2.219
FIP LACAN FLORESTAL	3.144	10.743	-	-	13.887	3.246	8.726	-	-	11.972
FIP LACAN FLORESTAL II	1.016	3.476	-	-	4.492	411	1.156	-	-	1.567
FIP MINAS GERAIS - LIFE CENTER	5.530	18.897	-	-	24.427	5.056	15.045	-	-	20.101
<b>Imobiliário</b>	<b>873</b>	<b>2.732</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.605</b>	<b>987</b>	<b>2.772</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.759</b>
MODAL GALA IMOBILIÁRIO	873	2.732	-	-	3.605	987	2.772	-	-	3.759
<b>Fundos de Investimentos no Exterior</b>	<b>8.207</b>	<b>30.119</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.326</b>	<b>8.078</b>	<b>22.059</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.137</b>
BB MM BLACKROCK FIEIX FI	1.193	4.155	-	-	5.348	1.180	3.245	-	-	4.425
BB MM JP MORGAN FIEIX FI	1.082	4.103	-	-	5.185	1.017	3.053	-	-	4.070
BB MM SCHRODER FIEIX FI	1.045	3.946	-	-	4.991	977	2.931	-	-	3.908
FIEXT ITAU FOF MULT GLOBAL EQUITES	1.876	4.883	-	-	6.759	1.888	3.785	-	-	5.673
DEUTSCHE FIM INFRAESTRUTURA	958	3.644	-	-	4.602	1.001	3.002	-	-	4.003
HSBC FI MULT GLOBAL DEVELOPED	784	2.965	-	-	3.749	775	2.324	-	-	3.099
ALR ALPHA FIEIX	-	-	-	-	-	494	1.481	-	-	1.975
RIO BRAVO FIEIX	826	3.130	-	-	3.956	746	2.238	-	-	2.984
IE ALT SCHRODER	443	3.293	-	-	3.736	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>103.634</b>	<b>532.580</b>	<b>18.616</b>	<b>49.144</b>	<b>703.974</b>	<b>113.365</b>	<b>465.305</b>	<b>14.508</b>	<b>46.066</b>	<b>639.244</b>

Os recursos no Segmento em Investimentos Estruturados (Participações) estão alocados nos seguintes Fundos: FIP Minas Gerais, FIP Florestal I e II, e o FIP Infraestrutura do BTG Pactual.

O FIP Minas Gerais foi criado para dar continuidade ao empreendimento no Hospital Life Center, tendo cada cotista permanecido com a mesma participação que detinha no fundo anterior. Ele é reavaliado anualmente com base em laudo técnico elaborado por empresa especializada, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 8/2011.

Os FIP Florestal I e II e o Infraestrutura são de longo prazo, estando em fase de investimentos.

Já o segmento de Investimento no Exterior apresenta exposição em Renda Variável, Renda Fixa e Infra estrutura, nos Estados Unidos da América, Europa e outros continentes. A opção por essa modalidade de investimentos é justificada pela possibilidade de obter possíveis variações positivas no câmbio, somada a diversificação de riscos e proteção contra o risco Brasil.

Ainda, vale destacar que os investimentos neste segmento estão alocados em Fundos que apresentam opções com ou sem proteção cambial.

### 7.3.1. Títulos mantidos até o vencimento e Títulos para negociação:

O Instituto classificou seus títulos e valores mobiliários de renda fixa existentes em 31 de dezembro de 2017, conforme descrito abaixo:

	R\$ mil	
	Títulos mantidos até o vencimento (1)	Títulos para negociação (2)
Quotas de Fundos Exclusivos de Investimentos - Renda Fixa	90.657	313.736
Quotas de Fundo não exclusivos dentro dos Exclusivos	-	77.493
Fundos Exclusivos com prazo de vencimento (COE)	-	58.331
<b>Total da Carteira Própria e Fundos Exclusivos</b>	<b>90.657</b>	<b>449.560</b>
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros - Renda Fixa - Fundos	-	163.757
<b>Total das Carteiras administradas por Terceiros</b>	<b>90.657</b>	<b>613.317</b>
<b>Consolidado</b>	<b>703.974</b>	

Os Títulos para negociação estão informados pelos seus valores líquidos prováveis de realização, obtidos mediante aplicação de modelo ou técnica de precificação.

Já os Títulos mantidos até o vencimento estão demonstrados pelos seus valores de aquisição, acrescidos dos rendimentos obtidos calculados "pró-rata tempore", e são realizáveis nas seguintes datas:

Período	Valor (mil)
2019	44.226
2021	4.150
2022	6.883
2023	5.147
2026	4.134
2035	16.841
2040	9.276
<b>Total</b>	<b>90.657</b>

O Instituto tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

### 7.4. Investimentos Imobiliários

	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano A	Plano B	Consolidado	Plano A	Plano B	Consolidado
Imóveis em Construção	-	-	-	2	4	6
Imóveis - Uso Próprio	119	498	617	142	469	611
Imóveis - Locado a Patrocinador	294	1.234	1.528	600	1.976	2.576
Imóveis - Locado a Terceiros	16.422	68.800	85.222	18.619	61.393	80.012
Outros Investimentos Imobiliários	71	298	369	-	-	-
<b>Subtotal (1)</b>	<b>16.906</b>	<b>70.830</b>	<b>87.736</b>	<b>19.363</b>	<b>63.842</b>	<b>83.205</b>
Aluguéis e Direitos a Receber	1.155	3.867	5.022	1.023	3.374	4.397
(-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(20)	(66)	(86)	(4)	(14)	(18)
<b>Subtotal (2)</b>	<b>1.135</b>	<b>3.801</b>	<b>4.936</b>	<b>1.019</b>	<b>3.360</b>	<b>4.379</b>
<b>Total</b>	<b>18.041</b>	<b>74.631</b>	<b>92.672</b>	<b>20.382</b>	<b>67.202</b>	<b>87.584</b>

Os valores dos Aluguéis e Direitos a Receber representam os aluguéis normais do mês, os Impostos Predial e Territorial Urbano (IPTU) a recuperar e outros direitos a receber, acrescidos da Repactuação de Dívida do Hospital Lifecenter referente aos aluguéis que estavam pendentes de liquidação e que foram negociados em um Novo Termo de Acordo e Confissão de Dívida assinado em 30 de dezembro de 2016, cujo prazo de quitação termina em novembro de 2022. O saldo residual do aluguel repactuado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 4.429 mil (R\$ 4.034 mil em 31/12/2016).

### 7.4.1. Composição da Reavaliação Imobiliária

Descrição	Histórico	Data da Avaliação/ Reavaliação	Data do Registro Contábil	Empresa Avaliadora	Saldo Reavaliado em 31/12/2016	Valor da Reavaliação 2017	Saldo Reavaliado em 31/12/2017	Contas Contábeis	Vida Útil Remanescente
CCABF	Locadas a Terceiros	30/11/2017	31/12/2017	RAJA ENGEHARIA	36.908	2.609	39.517	1.2.36	40 anos
ECBM	Uso próprio, Terc. e Patroc.	30/11/2017	31/12/2017	RAJA ENGEHARIA	15.442	260	15.702	1.2.36	50 anos
GALPÃO	Locadas a Terceiros	30/11/2017	31/12/2017	RAJA ENGEHARIA	1.742	629	2.371	1.2.36	25 anos
LIFECENTER	Locadas a Terceiros	30/11/2017	31/12/2017	RAJA ENGEHARIA	22.503	1.072	23.575	1.2.36	38 anos
MIRAFIORI	Locadas a Terceiros	30/11/2017	31/12/2017	RAJA ENGEHARIA	6.604	(402)	6.202	1.2.36	25 anos
<b>TOTAL</b>	...	...	...	...	<b>83.199</b>	<b>4.168</b>	<b>87.367</b>	...	...

O resultado da Reavaliação Imobiliária em 31 de dezembro de 2017 é baseado nos Laudos Técnicos emitidos pela empresa Raja Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 02.651.291/0001-03.

Em linha com a Instrução Previc nº 21/2015, o Agros não deprecia estes ativos por ter optado reavaliar os imóveis anualmente.

### 7.5. Empréstimos

R\$ mil

	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano A	Plano B	Consolidado	Plano A	Plano B	Consolidado
Empréstimos Normais a Participantes	3.659	50.412	54.071	3.885	53.956	57.841
(-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquid Duvidosa - Empréstimos Normais	-	(1.572)	(1.572)	-	-	-
Empréstimos - Processo Administrativo	-	107	107	-	104	104
(-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquid Duvidosa - Processo Administrativo	-	(107)	(107)	-	(104)	(104)
Empréstimos - Processo Judicial	2.704	405	3.109	2.523	378	2.901
(-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquid Duvidosa - Processo Judicial	(2.704)	(405)	(3.109)	(2.523)	(378)	(2.901)
Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida – EMAADI	13.986	21.435	35.421	13.569	19.866	33.435
<b>Total</b>	<b>17.645</b>	<b>70.275</b>	<b>87.920</b>	<b>17.454</b>	<b>73.822</b>	<b>91.276</b>

O saldo dos Empréstimos Normais a participantes são avaliados pelo valor contratado, sendo estes corrigidos pelo INPC/IBGE, acrescidos de juros de 0,54% ao mês e taxa de administração de 0,10% ao mês. Nas operações de empréstimos incidem ainda a Taxa de Quitação por Morte (TQM) e a Taxa para formação do Fundo Garantidor de Prestações (FGP), esta de contratação opcional, que variam de acordo com a reavaliação da Assessoria Atuarial. Os prazos de pagamento previstos para os empréstimos variam de 6 a 72 meses.

Já os saldos dos Empréstimos em Processo Administrativo e Judicial, estão vinculados à fraude ocorrida na Carteira de Empréstimos apurada em 2011, e são atualizados mensalmente pelo IPCA. O Agros mantém provisões para perda sobre de 100% deste ativo. A variação ocorrida entre 2016 e 2017 decorre de atualização monetária da cobrança judicial em curso.

Já os Empréstimos de Amortização Aleatória Diferida (Emaadi), foram concedidos aos participantes dos Planos A e B, com base em estudos atuariais e aprovação do Conselho Deliberativo, por meio das Resoluções CDE nº 216/2008 e 325/2016, respectivamente. O saldo do Emaadi concedido aos participantes é equivalente ao valor da sua Reserva de Poupança até a data da concessão e é atualizado pelo INPC acrescido de 5% ao ano, conforme meta atuarial. As amortizações ocorrem à medida que esses participantes se aposentam, com a aplicação de um fator redutor sobre os benefícios a serem pagos, operacionalizadas em forma de desconto mensal na Folha de Benefícios.

O Agros suspendeu a partir de 22 de novembro de 2017 a concessão de empréstimos aos participantes dos planos A e B para revalidação dessa carteira de investimentos.

## 8. ATIVO PERMANENTE

O ativo permanente é formado pelos seguintes bens:

R\$ mil

	31/12/2017	Movimentação			31/12/2016
		Aquisição	Ajuste	Depreciação / Amortização	
Instalações	2	-	-	1	3
Móveis e Utensílios	163	31	8	38	162
Máquinas e Equipamentos	67	5	4	21	79
Veículos	2	-	(1)	12	15
Biblioteca	4	1	-	1	4
Sistema de Comunicação	4	1	-	2	5
Computadores e Periféricos	99	47	3	35	84
Edificações de Uso Próprio – Sede do Agros	1.855	-	-	45	1.900
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>2.196</b>	<b>85</b>	<b>14</b>	<b>155</b>	<b>2.252</b>
Software	93	66	2	15	40
<b>Total de Intangível</b>	<b>93</b>	<b>66</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>40</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.289</b>	<b>151</b>	<b>16</b>	<b>170</b>	<b>2.292</b>

Os valores registrados na conta de ativos intangíveis são de aquisições de softwares necessários às atividades dos planos do Agros, bem como aqueles vinculados às estações de hardwares. Estes bens estão avaliados pelo valor de aquisição e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

A Entidade procedeu à elaboração do inventário físico de seus bens patrimoniais, compatibilizando as fichas de controle com os registros contábeis, conforme determina a Resolução CNPC nº 08/2011. A aprovação formal do inventário pela Diretoria Executiva ocorreu em 7 de março de 2018, conforme a Ata de nº 1.439.

## 9. EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa os valores dos compromissos de curto prazo do Plano de Gestão Administrativa (PGA) conforme demonstrado a seguir.

	R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>PGA</b>		
Pessoal e Encargos a Pagar	1.893	1.852
Serviços de Terceiros	138	170
Fornecedores	3	11
Aluguéis	1	2
Retenções a Recolher	383	387
Tributos a Pagar	1	5
Créditos de Terceiros	1	11
Valores a Pagar aos Planos de Benefícios	52	75
<b>Total</b>	<b>2.472</b>	<b>2.513</b>

## 10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades da Gestão Administrativa e de Investimentos, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto. A composição do saldo é assim apresentada:

R\$ mil

Gestão	31/12/2017				31/12/2016			
	Plano A	Plano B	PGA	Consolidado	Plano A	Plano B	PGA	Consolidado
<b>Gestão</b>	-	-	<b>9.667</b>	<b>9.667</b>	-	-	<b>9.114</b>	<b>9.114</b>
PIS	-	-	1.202	1.202	-	-	1.134	1.134
Cofins	-	-	8.465	8.465	-	-	7.980	7.980
<b>Investimentos (b)</b>	<b>1.197</b>	<b>4.786</b>	-	<b>5.983</b>	<b>3.417</b>	<b>13.660</b>	-	<b>17.077</b>
PIS	392	1.567	-	1.959	477	1.910	-	2.386
Cofins	805	3.219	-	4.024	2.940	11.750	-	14.690
<b>Total (a+b)</b>	<b>1.197</b>	<b>4.786</b>	<b>9.667</b>	<b>15.650</b>	<b>3.417</b>	<b>13.660</b>	<b>9.114</b>	<b>26.191</b>

- a) A provisão para contingência reconhecida no Plano de Gestão Administrativa (PGA) é de natureza tributária e refere-se ao Processo nº 2006.38.01.000597-8, que trata do questionamento judicial do Agros diante da suspensão de exigibilidade do crédito tributário da União, referente às contribuições para o PIS/PASEP e para a Cofins entre março de 2006 e dezembro de 2014. O Agros realizou depósitos judiciais mensais desde a propositura da ação. A partir de janeiro de 2015, com base na IN nº 1.544/2015 e por orientação da consultoria jurídica da Abrapp, o Agros passou a efetuar o recolhimento do PIS e da Cofins direto aos cofres da Secretaria da Receita Federal (SRF);
- b) A provisão para contingências nos Planos Previdenciários A e B, também de natureza tributária, refere-se à Ação Ordinária 2007.38.00.021941-5 (ação principal do Processo nº 2007.38.00.012123-4), que discute a legalidade da cobrança de PIS e Cofins das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. O Agros, em relação ao Processo Judicial do PIS, aderiu em 27 de setembro de 2017 ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) como forma de quitar este passivo.

Para o Processo Administrativo Fiscal nº 10640-001360/2001-36 referente à incidência da Cofins sobre as verbas que o fisco entende serem receitas, ainda permanece a provisão da contingência reconhecida nos planos previdenciários A e B, sendo contabilizada sua atualização monetária mensal proporcional aos planos.

A redução observada do saldo do PIS e Cofins entre os anos 2017 e 2016 é justificada pela atualização do valor contabilizado de acordo com o critério utilizado pela Receita Federal do Brasil, que reduziu o valor provisionado contabilmente em R\$ 11.885.708,00. Ainda, observa-se a variação do PIS referente ao pagamento das quatro primeiras parcelas do PERT, no montante de R\$ 166.245,79.

### 10.1 – Ativos Contingentes

Destacamos a seguir os seguintes ativos contingentes em que o Agros participa de ação judicial juntamente com outras Entidades, e aguarda expedição e tramitação de precatórios. Esses valores não estão registrados em Balanço tendo em vista que, apesar de serem classificados pelos Advogados como ganhos possíveis, ainda dependem de decisão judicial, não sendo possível mensurar com confiança o valor a que tem direito e nem estimar o tempo necessário para recebimento:

#### 10.1.1. Repetição de Indébito - Imposto de Renda (IR)

Trata-se de ação de repetição de indébito em virtude do Decreto-Lei nº. 2.065/1983, questionando incidência indevida do IR sobre aplicações financeiras no período de janeiro de 1984 a maio de 1989. A referida ação foi julgada procedente em favor das Fundações, tendo a decisão transitado em julgado em 1993. Em 1995 iniciou-se a execução, havendo apresentação de embargos pela União Federal, julgado parcialmente procedente. As partes prosseguiram discutindo e, atualmente, aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial aviado pelas autoras.

10.1.2. Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – Ação Declaratório. Trata-se de ação declaratória, ajuizada em 1990, para ser reconhecida a inexistência de obrigação de recolhimento do IOF sobre as operações financeiras por ocasião da criação deste tributo naquele ano. O processo foi julgado procedente às autoras, que transitou em julgado, sendo reconhecida a não incidência de IOF sobre as operações do Instituto, bem como o direito à devolução dos valores recolhidos a serem levantados. O STF indeferiu os embargos de divergências opostos pelas autoras. Foi ajuizado, então, recurso de agravo regimental pelas autoras, o qual foi improvido. Foram expedidos precatórios e atualmente os autos da execução de sentença aguardam despacho do juiz.

#### 10.1.3. Ação Ordinária de Cobrança – Plano Verão

O Instituto propôs, em 1994, Ação Ordinária de Cobrança de diferença de atualização e juros em conta poupança em face da Caixa Econômica Federal, obtendo êxito na demanda judicial cuja decisão transitou em julgado em 21 de novembro de 2007. O Cumprimento de Sentença foi ajuizado em 26 de abril de 2011, sendo impugnado pela CEF que alegou já ter pago parte do valor nos autos do Processo nº 2005.38.00.022040-9 e ainda requereu a multa prevista no art. 940 do Código Civil, mas reconheceu como devido o valor de R\$ 811.343. Destarte, a CEF foi condenada a depositar o montante de R\$1.232.261 em favor do Instituto. Ambas as partes recorreram desta decisão com interposição de Agravos de Instrumento ao TRF1, sendo proferida decisão de antecipação de tutela no agravo da CEF, a qual foi impugnada, com a interposição de novo Agravo de Instrumento por parte do Agros. Assim, aguarda-se o julgamento dos recursos.

#### 10.1.4. Dotação Inicial da Patrocinadora

Conforme descrito na Nota explicativa nº 5, existem valores apropriados em ativos a receber oriundos de débitos residuais da dotação inicial da Patrocinadora UFV pertencentes aos Planos A-Celetista e Plano Assistencial. A cobrança dos montantes está em andamento por ação judicial cível. A demanda judicial está em sede recursal no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (0020595-18.2011.4.01.3800) para processamento e julgamento de apelação interposta pela Patrocinadora, questionando apenas os honorários advocatícios arbitrados no processo nos embargos à execução. Entretanto, o valor referente à dotação inicial já transitou em julgado em 26 de setembro de 2016 e aguarda apenas o julgamento da apelação sobre os honorários para o prosseguimento da execução.

### 10.2. Passivos contingentes

O Instituto também tem passivos contingentes de natureza cível, cujas perdas foram classificadas pelos assessores jurídicos como possíveis e remotas. Neste contexto, a Entidade não reconheceu nas Demonstrações contábeis tais passivos por não atenderem aos critérios de contabilização requeridos pela NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## 11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas representam as obrigações assumidas para concessão de benefícios atuais e futuros aos participantes e seus beneficiários e são calculadas sob responsabilidade de um atuário externo contratado pela Entidade.

Os valores contabilizados estão respaldados em avaliação atuarial anual. Para o exercício de 2017 a data de referência da base cadastral foi de 31 de outubro de 2017, tendo sido seus efeitos reconhecidos no mês de dezembro de 2017, após emissão dos Relatórios e Parecer Atuarial de cada plano de benefício.

A composição do saldo é assim apresentada:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Plano A	Plano B	Plano C	Consolidado	Plano A	Plano B	Plano C	Consolidado
<b>Benefícios Concedidos</b>	77.059	200.414	-	277.473	77.693	168.680	-	246.373
<b>Benefício Definido (BD)</b>	77.059	200.414	-	277.473	77.693	168.680	-	246.373
Benefícios Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	52.001	132.894	-	184.895	52.421	111.852	-	164.273
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	25.058	67.520	-	92.578	25.272	56.828	-	82.100
<b>Benefícios a Conceder</b>	53.787	213.019	18.623	285.429	49.307	205.236	14.505	269.048
<b>Contribuição Definida (CD)</b>	-	-	18.623	18.623	-	-	14.505	14.505
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	-	18.623	18.623	-	-	14.505	14.505
<b>Benefício Definido (BD)</b>	53.787	213.019	-	266.806	49.307	205.236	-	254.543
Benefícios Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos - BD	49.202	107.517	-	156.719	45.104	103.618	-	148.722
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos - BD	4.585	105.502	-	110.087	4.203	101.618	-	105.821
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	130.846	413.433	18.623	562.902	127.000	373.916	14.505	515.421

As premissas e hipóteses atuariais condizem com a realidade da massa e estão apresentadas abaixo:

PLANO A	DA 2017	DA 2016
<b>HIPÓTESES ECONÔMICO-FINANCEIRAS</b>		
Taxa Real de Juros	5,00%	5,00%
Indexador do plano	INPC	INPC
Taxa Real de Crescimento salarial	3,38%	3,19%
Crescimento Real de benefícios	0,00%	0,00%
Rotatividade	Nula	Nula
Fator de Capacidade dos benefícios	97,77%	97,50%
Fator de Capacidade dos salários	97,77	97,50%
<b>HIPÓTESES BIOMÉTRICAS</b>		
Tábua de Mortalidade	AT- 2000 Segregada por sexo	AT- 2000 Segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-83 Masc	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Outras tábuas utilizadas	n/a	n/a
Composição da família de pensionistas	(1)	(1)

PLANO B	DA 2017	DA 2016
<b>HIPÓTESES ECONÔMICO-FINANCEIRAS</b>		
Taxa Real de Juros	4,85%	5,00%
Indexador do plano	INPC	INPC
Taxa Real de Crescimento salarial	1,08%	1,03%
Crescimento Real de benefícios	0,00%	0,00%
Rotatividade	Nula	Nula
Fator de Capacidade dos benefícios	100,00%	100,00%
Fator de Capacidade dos salários	100,00%	100,00%
<b>HIPÓTESES BIOMÉTRICAS</b>		
Tábua de Mortalidade	SUSEP EMS sb v.2015 (segregada por sexo)	AT- 2000 Segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	SUSEP EMS mt v.2010 (masculina)	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA	LIGHT-FRACA
Outras tábuas utilizadas	n/a	n/a
Composição da família de pensionistas	(1)	(1)

(1) ATIVO - Experiência de composição média da família para idade; ASSISTIDO - Família informada.

A Entidade, de acordo com o Art. 3º da Instrução Previc nº 12, de 13 de outubro de 2014, está dispensada do envio das Demonstrações Atuariais para o Plano de Benefício Agros CD-01, e da elaboração da avaliação atuarial anual, pela ausência do risco atuarial nessa modalidade. Dessa forma, as metas de rentabilidades para esse Plano são estabelecidas na Política de Investimento do Instituto e são lastreadas pela taxa Selic.

## 12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Os valores contabilizados como resultados dos planos de benefícios definidos são alocados em Reserva de Contingência, a partir do cálculo sobre as Provisões Matemáticas, e em Reserva Especial para Revisão do Plano, o que exceder a este limite estabelecido na apuração do resultado.

Os resultados realizados decorrem da apuração contábil nos balancetes de cada plano, que significa o confronto entre os recursos arrecadados e os recursos utilizados, adicionando-se os fluxos financeiros obtidos (positivo ou negativo) dos investimentos, deduzindo, ainda, os custos administrativos. A composição é assim apresentada:

	R\$ mil					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano A	Plano B	Consolidado	Plano A	Plano B	Consolidado
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>	<b>7.743</b>	<b>255.822</b>	<b>263.565</b>	<b>21.016</b>	<b>188.672</b>	<b>209.688</b>
Reserva de Contingências	7.743	97.157	104.900	21.016	90.301	111.317
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	158.665	158.665	-	98.371	98.371
<b>(-) Déficit Técnico</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total dos Resultados Realizáveis</b>	<b>7.743</b>	<b>255.822</b>	<b>263.565</b>	<b>21.016</b>	<b>188.672</b>	<b>209.688</b>

A partir do exercício de 2016, o Instituto passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado com base na Planilha de Cálculo da Duração do Passivo e do Ajuste de Precificação - Previc, e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

**Superávit Técnico Acumulado:** corresponde à sobra patrimonial em relação às reservas matemáticas líquidas, composto como segue:

- Reserva de Contingências: calculada a partir da fórmula  $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisão Matemática}$  deduzidas das Provisões Matemáticas a Constituir. O Excedente da Reserva de Contingência será utilizado para constituição da Reserva Especial para Ajuste do Plano.

Conforme relatório Atuarial, a Duração do Passivo do Plano A é 13,86, e do Plano B é de 13,50 anos.

- Reserva Especial para Revisão de Plano: corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais do resultado apurado para o cálculo da Reserva de Contingência, das provisões matemáticas.

Cabe destacar que o superávit do Plano B em 2017 está aumentado por R\$ 26 milhões em face da reversão do Fundo Previdencial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.

## 13. FUNDOS

	R\$ mil					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano A	Plano B	Consolidado	Plano A	Plano B	Consolidado
Fundo Previdencial	-	-	-	-	26.501	26.501
Fundo Administrativo	13.240	37.684	50.924	12.396	35.280	47.676
Fundo de Investimentos	105	4.676	4.781	77	4.404	4.481
<b>Total dos Fundos</b>	<b>13.345</b>	<b>42.360</b>	<b>55.705</b>	<b>12.473</b>	<b>66.185</b>	<b>78.658</b>

### 13.1. Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial do Plano B, cujo saldo em 31 de dezembro 2016 era de R\$ 26.501 mil, foi criado em 2010 pela Resolução CDE nº 245/2010, e tinha como objetivo dar destinação ao superávit acumulado em três exercícios consecutivos. Todavia, a Administração revogou a Resolução CDE nº 245 e, consequentemente, realizou a reversão contábil desse Fundo em contrapartida no resultado do exercício

de 2017. Tal medida resultou na recomposição do superávit do plano, que em 2010 foi reduzido pela constituição desse fundo previdencial.

A referida reversão está respaldada em Parecer Atuarial emitida pela Consultoria Jessé Montello e por Parecer Jurídico.

### 13.2. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é destinado à cobertura dos valores das despesas administrativas da atividade do PGA na gestão dos planos de benefícios, no que exceder aos limites de custeio estabelecidos no Orçamento Anual e no Plano de Custeio do Agros, em conformidade com a Resolução CGPC 29, de 31 de agosto de 2009.

	R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo no Fundo no Início do Exercício</b>	<b>47.676</b>	<b>44.178</b>
Receitas	16.290	14.415
(-) Despesas	(17.751)	(17.312)
Fluxo dos Investimentos	4.709	6.395
<b>Evolução do Fundo Administrativo</b>	<b>3.248</b>	<b>3.498</b>
<b>Saldo do Fundo no Final do Exercício</b>	<b>50.924</b>	<b>47.676</b>

### 13.3. Fundos dos Investimentos

Os Fundos são destinados à cobertura de situações especiais relacionadas à Carteira de Empréstimos a Participantes, que são:

- Fundo para Quitação de Empréstimo por Morte de Participante (FQM): objetiva liquidar o saldo devedor de empréstimos em caso de morte do participante; e
- Fundo Garantidor de Prestação de Empréstimos (FGP): permite a dispensa dos avalistas nos contratos de empréstimos, quando o participante faz esta opção.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano A	Plano B	Consolidado	Plano A	Plano B	Consolidado
FQM	21	3.027	3.048	5	2.962	2.967
FGP	84	1.649	1.733	72	1.442	1.514
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>4.676</b>	<b>4.781</b>	<b>77</b>	<b>4.404</b>	<b>4.481</b>

## 14. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Agros tem estrutura administrativa, patrimonial e funcional separadas da Patrocinadora UFV, com sede, administração, recursos e orçamento próprios. Contabilmente, a parte administrativa do Agros é realizada no Plano de Gestão Administrativa (PGA), conforme previsto na Instrução Normativa nº 34/2009, de 24 de setembro de 2009. O regulamento do PGA foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 23 de fevereiro 2010, através da Resolução CDE nº 234. Esse plano tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Instituto.

### 14.1. Fontes de Custeio Administrativo

As fontes de Custeio para a cobertura das despesas administrativas da gestão dos planos de benefícios estão previstas na Lei Complementar nº 108/2001, na Resolução CGPC 29/2009, de 31 de agosto de 2009, na Instrução Normativa nº 34/2009, de 24 de setembro de 2009 e no Regulamento do PGA. As

fontes de Custeio Administrativo constituem-se de percentual das contribuições dos participantes e assistidos, patrocinadores e resultado dos investimentos, receitas administrativas e Fundo Administrativo.

#### 14.2. Critério de Reconhecimento e Rateio das Despesas Administrativas

O Agros faz a gestão das despesas com pessoal e encargos por centro de custos a partir de um estudo criterioso do período de trabalho de cada funcionário que é dedicado a cada gestão, sendo que estas despesas representam a maior parte do total das despesas administrativas do Instituto. A estrutura de contas das EFPC, determinada pela Previc para recepcionar estas despesas no PGA, possui três divisões básicas: gestão previdencial, gestão dos investimentos e gestão assistencial. Assim, os gastos com pessoal que desempenha atividades exclusivas de uma gestão (previdencial, investimentos ou assistencial) são alocados diretamente na sua gestão e identificados em seu centro de custo. Aquelas despesas que são de natureza comum às gestões, são rateadas entre elas em percentuais atribuídos nos centro de custos. As despesas administrativas que têm caráter específico de um plano também são alocadas diretamente no centro de custeio deste, dentro de uma gestão, para apuração dos custos finais.

As demais despesas de gestão incluem: treinamentos, viagens, serviços de terceiros (classificadas diretamente nas gestões, conforme análise prévia realizada a partir do objetivo/natureza da ação), depreciações, tributos e despesas gerais. Dentre estas, excetuando as despesas com treinamentos e viagens, que também são orientadas por rateio em centro de custos, as outras despesas podem ser divididas em dois grupos: aquelas que possibilitam a definição de um rateio específico, e aquelas que têm natureza comum e são rateadas entre as gestões previdencial, de investimentos e assistencial, com percentuais definidos no Orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O processo da gestão das despesas administrativas no PGA se completa quando é realizado outro nível de rateio, atribuindo a participação destas despesas, em cada atividade: Previdencial e de Investimentos, por plano de benefício, no momento em que se verifica o custo da gestão dos planos. A parte das despesas da Gestão de Investimentos que cabe ao Plano Assistencial é incorporada no nível da Gestão Assistencial para o reembolso integral pelo Plano Assistencial ao PGA.

O Agros está em processo de acompanhamento sistemático das despesas administrativas, visando manter-se adequado ao limite de custeio estabelecido para as EFPC's, de até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos A e B.

#### 14.3 Despesas Administrativas x Recursos Garantidores em 31/12/2017

R\$ mil

Planos	Recursos Garantidores	Taxa Administrativa 1% (Limite)	Taxa Administrativa Realizada no Exercício	Varição	% Taxa Adm/Recurso Garantidor
Plano A - CLT	138.717	1.387	1.490	(103)	<b>0,96%</b>
Plano B - RJU	673.864	6.739	6.296	443	
<b>Total</b>	<b>812.581</b>	<b>8.126</b>	<b>7.786</b>	<b>340</b>	...

#### 15. GESTÃO ASSISTENCIAL - PLANO DE SAÚDE

Os valores da Gestão Assistencial, apresentados de forma sintética no Balanço Patrimonial do Agros, podem ser lidos em maior nível de detalhes nas publicações específicas do Plano de Saúde, com as demonstrações contábeis exigidas pela ANS, estando os valores patrimoniais assim compostos:

### 15.1. Ativos do Assistencial

	R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Disponível	94	42
Aplicações Financeiras	46.540	40.873
Créditos de Operações com Planos de Saúde	4.957	4.802
Bens e Títulos a Receber	55	98
Despesas Antecipadas	6	4
Realizável a Longo Prazo	7.113	3.880
Imobilizado	113	125
Intangível	3	4
<b>Total do Ativo</b>	<b>58.881</b>	<b>49.828</b>

### 15. 2. Passivos do Assistencial

	R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Provisões Técnicas de Operações de Assistência	9.411	9.074
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	189	179
Débitos de Operações de Assist. Não Relacionados c/ o Plano	5	4
Provisões	25	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	483	407
Débitos Diversos	765	649
Passivo Não-Circulante - Exigível a Longo Prazo – Provisões	5.995	6.256
Patrimônio Social – Fundo Assistencial	42.008	33.259
<b>Total do Passivo</b>	<b>58.881</b>	<b>49.828</b>

As Notas Explicativas da atividade Assistencial estão emitidas em documento próprio, tendo em vista o atendimento de Normas específicas editadas pela ANS.

### 16. DETALHAMENTO DOS AJUSTES E ELIMINAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O quadro abaixo apresenta os valores a pagar e a receber entre os planos do Agros em 31 de dezembro de 2017. O processo de eliminação é necessário à consolidação das Demonstrações Contábeis e as informações são registradas em documentos auxiliares do Instituto, em atendimento aos itens 28, 29 e 30 – letra I da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009:

Detalhamento das Eliminações de Consolidação Contábeis entre Planos	R\$ mil	
	31/12/2017	
	a pagar	a receber
Plano A - CLT	95	-
Plano B - RJU	545	-
PGA - Plano A	-	95
PGA - Plano B	-	545
<b>Totais</b>	<b>640</b>	<b>640</b>

Essa rotina de ajuste é necessária à consolidação das Demonstrações Contábeis e as informações são registradas em documentos auxiliares do Instituto, em atendimento aos itens 28, 29 e 30 – letra I da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. No âmbito do Agros, a participação dos Planos A e B no PGA vem sendo tratada e acompanhada no Processo Administrativo nº 018/2010. No quadro seguinte estão apresentados os valores de participação dos Planos A e B no PGA, em 31 de dezembro de 2017:

Detalhamento dos Ajustes de Consolidação	R\$ mil		
	Plano A	Plano B	PGA
Participação no Plano de Gestão Administrativa	13.240	37.684	50.924
Participação no Fundo Administrativo - PGA	(13.240)	(37.684)	(50.924)

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização. Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2017, tais como: contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

## 18. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Em 7 de outubro de 2014, o Agros e a Previc firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), instrumento jurídico que permite o alinhamento de entendimento sobre determinada matéria entre órgãos de fiscalização, entidades e empresas privadas. É um documento no qual uma instituição se compromete a cumprir determinadas condições para se adequar às exigências legais ou comprovar que já está atuando de acordo com elas.

O TAC firmado pelo Agros objetivou: a) apresentar estudo atuarial/contábil de segregação dos recursos dos Planos A e B, e b) comprovar que não há recurso público nos planos A e B, após a criação do Plano B, em 1992.

Em 27 de janeiro de 2015, a Previc e o Agros celebraram um aditivo ao TAC com o objetivo de ajustar o Cronograma de Execução das Medidas acordadas inicialmente, referentes às etapas IV a IX do TAC, cujo prazo se encerraria em dezembro de 2015.

Em 20 de outubro de 2015, o Agros encaminhou à Previc a documentação protocolada “Previc – ERMG comando nº 404551913”, referente às Etapas faltantes para cumprimento do Cronograma acordado, solicitando ao Órgão as vistas ao processo e requerendo homologação e reconhecimento sobre a adequada segregação dos recursos entre os Planos A e B, bem como a certificação da inexistência de recursos de origem pública no Plano B passíveis de devolução.

Em 20 de Abril de 2017, o Agros protocolou no Escritório Regional de Minas Gerais – ERMG/Previc, um novo estudo do patrimônio dos planos A e B com o objetivo de demonstrar a sua evolução patrimonial, com vistas a atender ao primeiro objetivo do referido TAC: “a comprovação da segregação dos recursos dos planos A e B”. Esse estudo foi elaborado pela empresa Pension Brasil e compreendeu a evolução patrimonial dos Planos A e B no período de janeiro de 2002 até dezembro de 2005.

Em agosto de 2017 o Agros recebeu os Ofícios nº 43 e 44/2017 do ERMG/DIFIS/PREVIC, que informavam sobre a conclusão da análise do referido Estudo e a posição favorável da Previc em relação ao seu resultado, determinando que a Entidade realizasse no prazo de 60 dias os procedimentos necessários para ajustes dos patrimônios dos Planos.

A Resolução CDE nº 352, de 12 de setembro de 2017, aprovou a proposta de atendimento ao Ofício citado acima e determinou que a migração dos valores entre os planos ocorresse no decorrer da competência setembro/2017. Com isso, foram operacionalizados os ajustes nos balancetes dos Planos, referentes à alocação de recursos do Plano A no montante de R\$ 21.999.791,65, para os Planos B, PGA, e Assistencial, nos montantes de R\$ 15.220.096,17, R\$ 349.959,46 e R\$ 6.429.736,03, respectivamente.

Em 24 de novembro de 2017, o Agros recebeu o Ofício nº 062/2017/ERMG/DIFIS/PREVIC comunicando sobre o encerramento do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, conduzido pelo Escritório de Representação da Previc em Minas Gerais, após cumprimento e comprovação do item a) *comprovar a segregação dos recursos dos Planos A e B administrados pelo Agros-Instituto UFV de Seguridade Social.*

Ainda, o mesmo ofício informou que após recursos interposto pela Entidade, o assunto relacionado ao Item: *b) assegurar a existência ou não de recursos de origem pública no Plano B*, será encaminhado para ser tratado no âmbito do processo administrativo SEI nº 44011.007496/2017-45, existente no Escritório da Previc em Brasília.

## 19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para evitar e amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, o Agros implantou uma unidade administrativa interna que é responsável pelo gerenciamento e avaliação de riscos, possuindo também um Comitê de Controles Internos. O Instituto supervisiona as atividades com o auxílio de sistema e assessoria especializada, desenvolvendo várias ações, das quais se destacam:

- Identificação dos riscos;
- Avaliação/análise dos riscos;
- Análise qualitativa dos riscos (priorização dos riscos para análise e ação adicional por meio de avaliação não quantitativa de seus impactos e do nível de riscos);
- Análise quantitativa dos riscos (análise numérica do efeito dos riscos mais críticos evidenciados na análise qualitativa);
- Definição de alternativas para tratamento dos riscos;
- Definição de metodologias, processos, modelos e/ou controles voltados para a gestão de riscos;
- Validação de metodologias, processos, modelos e/ou controles voltados para a gestão de riscos;
- Monitoramento (analisar a efetividade dos planos de ação, comportamento de indicadores, limites de exposição e existência de controles internos);
- Consolidação do perfil de risco da operadora;
- Apoio a decisões quanto aos aspectos de riscos;
- Treinamento interno em relação a riscos;
- Implementação de ações para disseminação da cultura de riscos na Entidade;
- Controle e reporte de exposições a riscos (acompanhamento das ações de mitigação, proposição, implementação e acompanhamento das ações de controle).

É importante salientar que o Agros, em relação a seus administradores, empregados ou assemelhados, estabelece regras e código de ética e conduta que protege a integridade e a continuidade do Instituto. Possui, além disso, manual de governança corporativa e divulga em seu site, para maior transparência de suas ações, demonstrativos de investimentos, balanço patrimonial, demonstração de resultados, política de investimentos, entre outros.

Ressalta-se que o Instituto reconhece que os procedimentos de avaliação de riscos e controles devem ser mantidos como prática periódica em suas atividades.

## 20. COBERTURA DE SEGUROS

É prática do Agros manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado e para os investimentos imobiliários sujeitos a riscos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

## 21. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A Resolução CNPC nº 16/2014 estabeleceu as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Dispôs, ainda, do ajuste de precificação dos títulos públicos federais.

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Dessa forma o Equilíbrio Técnico Ajustado dos Planos A e B, tomando por base o valor do Ajuste de Precificação, correspondem a:

R\$ mil

Apuração do Resultado Técnico Ajustado	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano A	Plano B	Consolidado	Plano A	Plano B	Consolidado
Patrimônio de Cobertura	138.589	669.255	807.844	148.016	562.588	710.604
Provisões Matemáticas	130.846	413.433	544.279	127.000	373.916	500.916
<b>Resultado Técnico Acumulado</b>	<b>7.743</b>	<b>255.822</b>	<b>263.565</b>	<b>21.016</b>	<b>188.672</b>	<b>209.688</b>
Ajuste de Precificação	1.162	8.142	9.304	1.697	8.079	9.776
<b>Resultado Técnico Ajustado</b>	<b>8.905</b>	<b>263.964</b>	<b>272.869</b>	<b>22.713</b>	<b>196.751</b>	<b>219.464</b>

## 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a. Mudança no Custeio Administrativo:

Em 30 de janeiro de 2018, o Agros aprovou por meio da resolução CDE nº 364/2018, o Estudo da Suficiência do Fundo Administrativo e da Destinação dos Recursos de investimentos dos Planos para custeio das Despesas Administrativas, realizado pela consultoria Atuarial Jesse Montello. Nesse Estudo foi definida a ampliação da utilização do Fundo Administrativo para cobertura das despesas administrativas do Plano A e B, para o exercício de 2018.

### b. Rateio das Despesas Administrativas do PGA:

O Instituto realizou a revisão do Estudo do Centro de Custos - CDC para o rateio das Despesas Administrativas (DA's) do grupo de contas de "pessoal e encargos" e estabeleceu novos percentuais para o rateio das "demais despesas": 41% Gestão Previdencial, 21% Gestão dos Investimentos e 38% Gestão Assistencial. Este trabalho foi aprovado pelo CDE, por meio da Resolução CDE nº 356/2017, com aplicação para o exercício de 2018.

### c. Programa de Regularização Tributária – PERT – PIS:

Após adesão ao PERT do Processo do PIS, foram pagas as quatro primeiras parcelas vencidas entre setembro e dezembro de 2017, que corresponderam ao montante de R\$ 166.245,79. Em relação ao restante do débito, a Entidade operacionalizou a opção pela quitação integral, no montante de R\$ 610.986,29, com vencimento em 31 de janeiro de 2018. Após esse pagamento, temos a extinção do débito original de R\$ 2.184.835,18, gerando um desconto no valor de R\$1.407.603,10, ocorrendo em uma reversão na conta de Provisão de Contingência Tributária nos Planos A, B e Assistencial.

d. Termo de Ajustamento de Conduta – Item b:

Ao longo do ano de 2018, o Agros por meio do escritório Loureiro Advogados Associados, dará continuidade à discussão com a Previc sobre o Item b do TAC: “assegurar a existência ou não de recursos de origem pública no Plano B”. Já foi solicitada à Previc, pelos advogados, em 15 de janeiro de 2018, a cópia digitalizada dos autos do processo para iniciar os trabalhos em defesa dos recursos do plano.

Viçosa, 31 de dezembro de 2017.

Regimar Ferreira de Freitas  
Contador - CRC-MG 53.166  
CPF: 478.633.236-49

Constantino José Gouvêa Filho  
Diretor Administrativo-Financeiro

Gilberto Paixão Rosado  
Diretor de Seguridade

Nairam Félix de Barros  
Diretor Geral

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO ASSISTENCIAL\*  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

**Balanço Patrimonial Assistencial - Ativo**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>51.652.654</b>	<b>45.818.958</b>
Disponível	94.132	42.441
Realizável	<b>51.558.522</b>	<b>45.776.517</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>46.539.866</b>	<b>40.872.559</b>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	12.335.687	11.731.847
Aplicações Livres	34.204.179	29.140.712
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>4.957.533</b>	<b>4.801.867</b>
Contraprestação Pecuniária a Receber	3.819.343	3.576.964
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.138.190	1.224.903
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>	<b>18</b>	<b>-</b>
<b>Bens e Títulos da Receber</b>	<b>55.535</b>	<b>97.920</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>5.570</b>	<b>4.171</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.228.482</b>	<b>4.008.943</b>
Realizável a Longo Prazo	<b>7.112.675</b>	<b>3.880.272</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	1.774.764	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	5.337.911	3.880.272
Imobilizado	<b>112.798</b>	<b>124.787</b>
<b>Imobilizado de Uso Próprio</b>	<b>107.990</b>	<b>105.383</b>
Não Hospitalares / Odontológicos	107.990	105.383
<b>Outras Imobilizações</b>	<b>4.808</b>	<b>19.404</b>
Intangível	<b>3.009</b>	<b>3.884</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>58.881.137</b>	<b>49.827.901</b>

**Balanço Patrimonial Assistencial – Passivo**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.877.685</b>	<b>10.313.065</b>
<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>9.411.353</b>	<b>9.074.086</b>
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	187.482	71.320
Provisões de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	3.617.519	3.918.527
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	5.606.352	5.084.239
<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>188.639</b>	<b>178.686</b>
Contraprestações a Restituir	46.274	79.703
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	142.365	98.983
<b>Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Planos de Saúde da Operadora</b>	<b>4.646</b>	<b>4.436</b>
<b>Provisões</b>	<b>24.601</b>	<b>-</b>
<b>Tributos e Encargos Sociais a Recolher</b>	<b>483.101</b>	<b>407.195</b>
<b>Débitos Diversos</b>	<b>765.345</b>	<b>648.662</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.995.218</b>	<b>6.255.981</b>
<b>Provisões</b>	<b>5.995.218</b>	<b>6.255.981</b>
Provisões para Acções Judiciais	5.995.218	6.255.981
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>42.008.234</b>	<b>33.258.855</b>
Patrimônio Social	165.824	33.258.855
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultados	41.842.410	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>58.881.137</b>	<b>49.827.901</b>

## Demonstração do Resultado Assistencial

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>58.703.373</b>	<b>54.700.700</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	58.703.373	54.700.700
Contraprestações Líquidas	58.703.373	54.700.700
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>(46.870.711)</b>	<b>(41.310.608)</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(46.348.598)	(41.164.396)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(522.113)	(146.212)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>11.832.662</b>	<b>13.390.092</b>
<b>Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde</b>	<b>137.889</b>	<b>7.196</b>
<b>Receitas Assistências à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora</b>	<b>2.736.981</b>	<b>1.737</b>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	-	1.513
Outras Receitas Operacionais	2.736.981	224
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>(9.055.727)</b>	<b>(8.956.119)</b>
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(6.156.986)	(6.682.597)
Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(2.646.428)	(2.190.295)
Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(252.313)	(83.227)
<b>Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora</b>	<b>-</b>	<b>(27.371)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>5.651.805</b>	<b>4.415.535</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(8.476.107)</b>	<b>(8.086.130)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>11.573.680</b>	<b>5.291.025</b>
Receitas Financeiras	11.777.376	5.526.678
Despesas Financeiras	(203.697)	(235.653)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>8.749.379</b>	<b>1.620.430</b>
<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>8.749.379</b>	<b>1.620.430</b>

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Assistencial

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>31.638.425</b>	<b>31.638.425</b>
Superávit / Déficit do Exercício	1.620.430	1.620.430
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>33.258.855</b>	<b>33.258.855</b>
Superávit / Déficit do Exercício	8.749.379	8.749.379
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>42.008.234</b>	<b>42.008.234</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - Assistencial**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimento de Planos de Saúde	62.057.629	56.939.426
Resgate de Aplicações Financeiras	15.996.759	11.762.274
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	3.224.541	1.573.343
Outros Recebimentos Operacionais	6.667.804	77.227
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(51.701.505)	(46.012.469)
Pagamento de Pessoal	(3.222.625)	(2.822.893)
Pagamento de Pró-Labore	(409.375)	(447.168)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(3.074.234)	(3.263.990)
Pagamento de Tributos	(4.998.527)	(4.168.208)
Pagamentos de Ações Judiciais (Civis/trabalhistas/tributárias)	(219.036)	(3.207)
Aplicações Financeiras	(20.657.372)	(9.790.000)
Outros Pagamentos Operacionais	(3.594.023)	(3.839.648)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>70.036</b>	<b>4.687</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(18.345)	(41.929)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(18.345)</b>	<b>(41.929)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>51.691</b>	<b>(37.242)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>51.691</b>	<b>(37.242)</b>
<b>CAIXA - Saldo Inicial</b>	<b>42.441</b>	<b>79.683</b>
<b>CAIXA - Saldo Final</b>	<b>94.132</b>	<b>42.441</b>
<b>Ativos Livres no Início do Período</b>	<b>33.461.028</b>	<b>32.518.781</b>
<b>Ativos Livres no Final do Período</b>	<b>34.298.311</b>	<b>33.461.028</b>
<b>AUMENTO / DIMINUIÇÃO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>	<b>837.283</b>	<b>942.247</b>

**Demonstração do Resultado Abrangente - Assistencial**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores em mil – R\$)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
<b>Superávit / Déficit do Exercício</b>	<b>8.749.379</b>	<b>1.620.430</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>8.749.379</b>	<b>1.620.430</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - PLANO ASSISTENCIAL

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Agros – Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) e Operadora de Planos de Saúde (OPS) na modalidade autogestão. Tem como órgãos reguladores e fiscalizadores a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O Agros faz parte do conjunto das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que, nos termos do artigo 76 da Lei Complementar nº 109/2001, foram autorizadas a continuar oferecendo a seus participantes as coberturas de assistência à saúde. Desde 18 de dezembro de 2008, com a publicação da Instrução Conjunta SPC/ANS nº 01, esta atividade de saúde suplementar, mesmo quando executada por entidade de previdência complementar, passou a ser regulada e fiscalizada pela ANS. No que tange a matéria contábil, a partir de 2007, a Entidade passou a enviar seus demonstrativos econômico-financeiros por intermédio do Documento de Informações Periódicas das Operadoras – DIOPS no modelo específico da ANS.

O Agros, como Operadora de Planos de Saúde (OPS), tem seu Plano de Saúde constituído por prazo indeterminado, em funcionamento desde 1º de setembro de 1994, e registrado na ANS sob o nº 368920.

Para inscrição no Plano Assistencial do Agros é necessário que o participante esteja vinculado a um de seus planos de previdência complementar, quais sejam: Plano A (CLT), Plano B (RJU) e Plano Agros CD-01. Após o fechamento de vinculação ao Plano Previdenciário B (RJU), em 2007, os novos servidores da UFV que queiram ingressar no Plano de Saúde do Agros devem estar vinculados ao Plano Previdenciário denominado Agros CD-01.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Instituto não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado. Nos exercícios de 2017 e 2016, a totalidade dos recursos do Plano de Saúde foi aplicada no país e a escrituração das receitas, despesas e das suas rendas obtidas pelas aplicações de seus recursos foi registrada em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

Como operadora de planos de saúde, o Agros oferta e administra os seguintes produtos:

- a. PAS-UFV (Plano de Assistência à Saúde dos Participantes do Agros);
- b. Agros Saúde I com Odontologia;
- c. Agros Saúde I sem Odontologia;
- d. Agros Saúde II com Odontologia;
- e. Agros Saúde II sem Odontologia;
- f. Agros Saúde III com Odontologia;
- g. Agros Saúde III sem Odontologia;
- h. Agros Saúde IV com Odontologia.

O PAS-UFV é um plano ativo com comercialização suspensa, conforme seu cadastro junto à ANS.

Os Planos de Saúde do Agros totalizavam 16.016 vidas cobertas em 31/12/2017, incluindo titulares e dependentes e 16.231 vidas, em 31/12/2016.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1. Demonstrações contábeis

O Agros é uma entidade fechada de previdência complementar que opera plano de saúde suplementar e, em atendimento da Instrução Conjunta SPC/ANS nº 01/2008, executa suas atividades considerando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, incluindo as orientações e interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis às operadoras de planos de saúde e aprovadas pela ANS. Dessa forma, o Agros apresenta essas Demonstrações contábeis assistenciais em separado das Demonstrações contábeis previdenciais, nas quais os saldos assistenciais são representados nas Demonstrações contábeis previdenciais por apenas uma rubrica totalizadora, no ativo e passivo no Balanço Consolidado, e o total das receitas e despesas assistenciais são apresentadas na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS.

A ANS publicou a Resolu o Normativa n  418/2016 que alterou os Anexos da Resolu o Normativa n  290, de 27 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência   saúde com ado o obrigatória para as Entidades a elas relacionadas.

As Demonstra es contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2016, de forma a permitir a comparabilidade.

A Demonstrac o do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a concilia o pelo método indireto está demonstrada na Nota explicativa n  12.

## **2.2. Base de prepara o**

As Demonstra es contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos quando existentes), são ajustados para refletir a mensura o ao valor justo.

## **2.3. Moeda Funcional**

A moeda funcional da Operadora é o Real (R\$), mesma moeda de prepara o e apresenta o das Demonstra es contábeis.

## **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elabora o das Demonstra es contábeis podem ser resumidos como segue:

### **3.1. Apura o de resultado**

O resultado das opera es   apurado pelo regime de competência de exercícios.

As receitas são originadas, principalmente, das contribui es mensais dos patrocinadores (auxilio saúde suplementar), e Participantes, além dos rendimentos provenientes de aplica es do seu patrimônio.

As despesas com eventos/sinistros conhecidos ou avisados são apropriadas considerando a data de apresenta o da conta médica ou do aviso pelos prestadores de serviços do seu valor integral.

O fato gerador da despesa é o atendimento aos usuários. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da operadora, o reconhecimento da despesa se d  com a constitui o da provisão técnica específica (PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados), nos moldes da legisla o em vigor.

### **3.2. Estimativas Contábeis**

A elabora o de Demonstra es contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administra o use de julgamento na determina o e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negocia o, provisões para contingências, provisão para perdas, dentre outros. A liquida o das transa es envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determina o. A administra o revisa as estimativas e premissas periodicamente. Para valores da atividade assistencial

a receber, foi adotado o seguinte critério para as constituições de provisões para perdas sobre créditos: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, ou seja, é lançada nos demonstrativos como possível perda.

### **3.3. Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas e as aplicações livres são atualizadas pelo seu valor justo.

De acordo com a Resolução Normativa nº 392/2015, alterada pela Resolução Normativa nº 419/2016, as operadoras devem manter ativos garantidores em contas vinculadas à ANS (Fundos Dedicados da Saúde Suplementar ou Contas Individualizadas nas Centrais de Custódia, destinadas exclusivamente para registro de valores dados em garantia à ANS), para lastrear a Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) e a parcela da Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL), referentes aos eventos avisados há mais de 60 dias.

As aplicações financeiras livres são classificadas como destinadas à negociação, ou seja, com o propósito de serem frequentemente negociadas. São atualizadas pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

### **3.4. Créditos de Operações com Planos de Saúde**

Os “Créditos de Operações com Planos de Saúde” são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos de cobrança emitidos para usuários do plano, em contrapartida à conta de resultado de “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde”. A provisão para perdas sobre créditos (PPSC) de contraprestação é constituída sobre valores a receber de títulos vencidos há mais de 90 dias, por se tratar de plano coletivo empresarial, conforme critérios estabelecidos no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 322/2013.

### **3.5. Ativos Não Circulantes**

Realizável longo prazo – se referem aos direitos realizáveis após o término do exercício subsequente à data do balanço apresentados pelo valor presente de realização.

### **3.6. Passivos Circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo as provisões constituídas, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 209/2009 e 274/2011.

#### **3.6.1. Provisão de Eventos a Liquidar**

A provisão de eventos a liquidar é representada por faturas dos prestadores de serviços, reembolso ao titular do plano e ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS). É registrada no passivo circulante, em contrapartida às contas de resultado de eventos conhecidos ou avisados, no momento em que temos o conhecimento do evento.

#### **3.6.2. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)**

O Agros tem metodologia própria para cálculo do valor da PEONA, conforme Processo Administrativo nº 070/2013 e Ofício nº 4287/2013/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS, de 16/10/2013.

Os valores atuarialmente calculados, bem como a validação da consistência, são de responsabilidade da Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda – EPP.

### **3.7. Passivo Não Circulante**

As provisões e obrigações a pagar após o término do exercício subsequente à data do balanço são classificadas como longo prazo e atualizadas, quando aplicável, pelos encargos previstos.

A provisão para contingência é constituída nos casos em que há probabilidade de perda provável das ações judiciais cujo desembolso possa ser mensurável, em atendimento e cumprimento da NBC TG 25 (R2) - sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

### 3.8. Tributos

#### 3.8.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL

O Agros é dispensado da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos, em conformidade com a Lei 11.053/2004 e dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de acordo com o artigo 5º da Lei nº 10.426/2002.

#### 3.8.2. Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

Os valores referentes ao PIS e à COFINS são calculados mensalmente, de acordo com as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre o somatório das receitas da gestão assistencial da Operadora e do resultado positivo de suas aplicações, deduzido os eventos/sinistros conhecidos ou avisados e a variação das provisões técnicas, conforme Instrução Normativa SRF nº 1.285, de 13/08/2012.

### 3.9. Instrumentos Financeiros

#### Ativos Financeiros

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. A Operadora classifica seu principal ativo financeiro (aplicações financeiras) pelo valor justo por meio do resultado.

#### Passivos Financeiros

Passivos financeiros (contas a pagar) são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado a eles.

## 4. PLANO DE SAÚDE – FONTE DE CUSTEIO E GARANTIAS FINANCEIRAS

### 4.1. Fonte de Custeio

De acordo com disposição específica dos seus Regulamentos, o custeio dos planos denominados Agros Saúde é atendido pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuições mensais dos beneficiários titulares, em virtude de sua inscrição e da inscrição de seus dependentes normais e dependentes agregados, bem como dos pensionistas;
- Coparticipações dos beneficiários;
- Valores repassados pelas patrocinadoras, destinados aos beneficiários que façam jus ao patrocínio, conforme estabelecido pela legislação aplicável e demais instrumentos que regulam a existência de auxílio saúde suplementar, dentre eles, os contratos e convênios constituídos para esse fim;
- Recursos provenientes do Fundo Assistencial, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo (CDE) do Agros e definido em atos normativos da entidade;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não onerosos ao Agros.

### 4.2. Garantias Financeiras

A Operadora está sujeita à constituição ou observância, conforme o caso, das seguintes Garantias Financeiras previstas na Resolução Normativa da ANS nº 209/2009 e alterações, na forma e prazos estabelecidos nos referidos normativos:

- Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor mínimo a ser observado no Patrimônio Social da Entidade, não sendo necessário manter ativos garantidores;
- Margem de Solvência (MS): regra financeira prudencial com foco na capitalização da operadora, que consiste em uma garantia adicional às Provisões Técnicas, proporcional ao seu porte;
- Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados (PEONA): provisão destinada a garantir os pagamentos dos eventos que já ocorreram, mas ainda não foram avisados à operadora. A PEONA

é calculada atuarialmente, por metodologia própria, sendo lastreada com ativos garantidores vinculados à ANS; e

- d. Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PEL): provisão destinada ao pagamento dos eventos já ocorridos e avisados à operadora, mas que ainda não tenham sido quitados.

O Patrimônio Social da Operadora, após os devidos ajustes previstos na IN-DIOPE nº 50/12, é suficiente para cobrir o montante igual ou superior ao maior valor entre o PMA e MS.

O quadro abaixo apresenta os valores de cada garantia financeira atribuída a essa Operadora de Plano de Saúde na posição de 31 de dezembro de 2017.

(R\$ Um)

<b>Garantias Financeiras</b>		
<b>Garantia Financeira</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Patrimônio Mínimo Ajustado	720.889	699.892
Margem de Solvência Integral	13.710.473	12.260.875
Margem de Solvência Proporcional (48/120) e (36/120)	5.484.189	3.678.262
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	5.606.352	5.084.239

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras do Plano Assistencial incluem as aplicações garantidoras de provisões técnicas e as aplicações livres. Estes recursos destinam-se a garantir os compromissos provisionados pela operadora. Em 31 de dezembro apresentavam a seguinte composição:

(R\$ Um)

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Aplicações Garantidoras das Provisões Técnicas</b>		
Títulos de Renda Fixa		
Cotas de Fundos de Investimentos	12.335.687	11.731.847
<b>Aplicações Livres</b>		
Títulos de Renda Fixa		
Cotas de Fundos de Investimentos	34.204.179	29.140.712
<b>Total</b>	<b>46.539.866</b>	<b>40.872.559</b>

## 6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE SAÚDE

(R\$ Um)

<b>Descrição</b>		<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>			
a)	Contraprestações Pecuniárias a Receber	3.819.343	3.576.964
b)	Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	1.138.190	1.224.903
<b>Total</b>		<b>4.957.533</b>	<b>4.801.867</b>

- a. Os Créditos de Operações com Planos de Saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida às contas de resultados: Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde e Recuperações de Despesas; e
- b. A Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis refere-se à coparticipação a receber dos beneficiários nos eventos com assistência à saúde.

## 7. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os valores demonstrados a seguir referem-se a créditos tributários e valores depositados em juízo resultantes de ações de natureza tributária e trabalhista.

(R\$ Um)

	Descrição	31/12/2017	31/12/2016
	<b>Créditos Tributários</b>		
1)	Créditos de Previdência Social	1.774.764	-
	<b>Depósitos Judiciais e Fiscais</b>		
2)	Depósitos Judiciais - Eventos / Sinistros	36.601	-
3)	Depósitos Judiciais - Tributos	5.301.310	3.859.775
4)	Depósitos Judiciais - Trabalhistas	-	20.497
	<b>Total</b>	<b>7.112.675</b>	<b>3.880.272</b>

- 1) **Créditos Tributários de Previdência Social** – refere-se ao Mandado de Segurança nº. 0009869-74.2014.4.01.3801 impetrado contra o Delegado da Receita Federal - sobre a Não Incidência da contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/91, incidentes sobre os pagamentos repassados pelo Agros às cooperativas, em decorrência dos serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados aos seus participantes e assistidos, beneficiários do plano de saúde por ele administrado. O Agros entendendo que existe o direito líquido e certo a seu favor, apurou e registrou o valor principal e correção monetária do crédito tributário que lhe dá o direito de compensá-lo futuramente.
- 2) **Depósitos Judiciais – Eventos/ Sinistros** – Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Agros, em que determinou a expedição de alvará em nome da representante legal de um participante menor, disponibilizando ao menor em questão o tratamento por ele pleiteado em sede de tutela de urgência. Contudo, os seus genitores não aceitaram submetê-lo à terapêutica em clínica diversa daquela que o mesmo já vinha fazendo as sessões de fisioterapia. Dessa forma, o processo judicial apresenta o valor bloqueado de R\$12 mil. Outra demanda, refere-se ao processo administrativo na ANS, cuja denúncia formulada em desfavor do Agros, em razão da conduta de deixar de enviar ou enviar fora do prazo regulamentar as informações os dados do Sistema de Informações de Beneficiários – SIB de dezembro de 2011 e de janeiro de 2012 a abril de 2012. Foi aplicado penalidade de multa que está depositado judicialmente no valor de R\$24 mil.
- 3) **Tributárias** – Refere-se ao depósito judicial do INSS Patronal apurado sobre os serviços de terceiros - pessoa física, para o qual o Agros impetrou o Mandado de segurança nº 0004750-03.2013.4.01.3823 requerendo a Não Incidência da contribuição previdenciária prevista no inciso III do art. 22 da Lei nº 8.212/91, incidente sobre os pagamentos repassados aos profissionais de saúde, em decorrência dos serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados aos usuários dos planos de saúde. Existe provisão contingencial contabilizada (Nota explicativa nº 9).

## 8. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

As provisões técnicas são assim demonstradas:

(R\$ Um)

Descrição		31/12/2017	31/12/2016
<b>Passivo Circulante</b>			
<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>			
a)	Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	187.482	71.320
	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços	3.617.519	3.918.527
b)	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	5.606.352	5.084.239
<b>Total</b>		<b>9.411.353</b>	<b>9.074.086</b>

- a. A Provisão de Eventos a Liquidar (Ressarcimento ao SUS, Rede Credenciada, Reembolso a Participantes e Rede Própria) decorre de eventos ocorridos e ainda não pagos. A RN ANS nº 209/09 determinou a constituição dessa provisão a partir de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador de serviços no momento da apresentação da cobrança às operadoras;
- b. A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), é constituída para fazer face ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada por meio de metodologia própria (Nota explicativa nº 4.2 – item c).

## 9. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante é constituído por estimativa de contingências provisionadas de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, algumas com depósitos judiciais, conforme demonstrado na Nota explicativa 7, e são assim representadas:

(R\$ Um)

Descrição		31/12/2017	31/12/2016
<b>Provisão para Ações Tributárias Relacionadas ao Plano de Saúde</b>			
1)	INSS Patronal	5.301.310	3.859.775
2)	PIS/COFINS - Notificado	181.882	1.160.900
3)	PIS/COFINS - Multa	-	652.489
<b>Provisão para Ações Cíveis</b>			
4)	Ações Cíveis - Participantes / Beneficiários	151.780	140.067
5)	Devolução de Contribuição PAS-UFV	360.246	323.718
<b>Provisão para Ações Trabalhistas</b>			
	Provisão para Ações Trabalhistas Relacionadas ao Plano de Saúde	-	119.032
<b>Total</b>		<b>5.995.218</b>	<b>6.255.981</b>

### Provisão para Ações Tributárias relacionadas ao Plano de Saúde

1. Refere-se à provisão contingencial do INSS Patronal sobre os serviços prestados por terceiros - pessoa física, sobre o qual o Agros impetrou uma Mandado de segurança nº 0004750-03.2013.4.01.3823 requerendo a Não Incidência da contribuição previdenciária prevista no inciso III do art. 22 da lei nº 8.212/91, apurada sobre os pagamentos repassados aos profissionais de saúde, em decorrência dos serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados aos beneficiários do plano de saúde; e
2. Decorre da Ação Cautelar 2007.38.00.012123-4 (PIS), referente à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não havendo depósito judicial para esta demanda, tendo por outro lado, um Imóvel cedido como Caução, e Processo Administrativo-Fiscal (PAF) 10640-001360/2001-36 (COFINS). Essa ação diz respeito à incidência da contribuição sobre verbas que o fisco entende serem receitas tributáveis.

Em 27 de setembro de 2017, o Agros aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), com relação ao Processo Judicial do PIS, tendo como base a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, as Medidas Provisórias nº 783, de 31 de maio de 2017, nº 798, de 30 de agosto de 2017, e nº 804, de 29 de setembro de 2017, Portaria PGFN nº 1.207, de 28 de dezembro de 2017, e em observância à Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017.

A redução observada na provisão contingencial se deu pelo ajuste do valor anteriormente contabilizado, de acordo com o padrão de atualização utilizado pela Receita Federal do Brasil, e também pelo pagamento das quatro primeiras parcelas do PERT.

Quanto ao Processo Judicial da COFINS, ainda permanece a provisão da contingência reconhecida nos Planos Previdenciários A e B e no Plano Assistencial, sendo contabilizada a atualização monetária mensal proporcional aos planos.

Essa discussão processual encontra-se na esfera administrativa da Receita Federal. Para esta contingência, não há depósitos judiciais.

3. Ação Ordinária nº 2007.38.00.021941-5 – Refere-se à contestação da ação principal descrita acima (Item 2). O Processo do PIS/COFINS Multa foi arquivado pela Secretaria da Receita Federal em agosto de 2017, e revertido seu saldo de contingência contábil.

### **Provisão para Ações Cíveis**

4. Participantes / Beneficiários – Trata-se da ação por danos materiais, morais e estéticos oriundos de um possível erro médico, sendo o Plano de Saúde do Agros tratado como corresponsável;
5. Devolução do PAS-UFV - Decorre de ações judiciais movidas por participantes, por discordarem da alteração do custeio do Plano PAS-UFV em setembro de 2005, que mudou a forma de cálculo das contribuições, deixando de ser calculado pelo percentual do salário e passando a ser calculada pela faixa etária.

## **10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

### **10.1. Ativo Contingente**

O Agros impetrou o Mandado de Segurança nº 0009869-74.2014.4.01.3801, requerendo a não exigibilidade do reconhecimento da contribuição previdenciária, na base de 15% sobre os valores de notas fiscais ou faturas de serviços prestados por cooperativas de trabalho, sem sentença até o momento. O Supremo Tribunal Federal - STF julgou, com repercussão geral, a inconstitucionalidade do recolhimento desta contribuição previdenciária. Dessa forma, existe o direito líquido e certo a favor da operadora quanto a este crédito. O Instituto realizou a quantificação da sua importância e, escriturou em seu balanço patrimonial o montante do crédito tributário a seu favor, referente aos valores recolhidos indevidamente em anos anteriores, que poderão ser compensados futuramente com outros tributos federais. Os referidos valores estão controlados em planilha específica, sendo atualizados mensalmente por índice, considerando apropriado para tal ação (Nota explicativa nº 7 item 1).

### **10.2. Passivo Contingente**

A operadora possui passivos contingentes originários de ações judiciais tributárias (Defesa Administrativa – Posto Fiscal) em que figura como parte, cujas perdas são classificadas como possíveis pelos Assessores Jurídicos e o valor da obrigação não pode ser mensurada com suficiente confiabilidade. Neste contexto, o Agros não reconheceu nas Demonstrações contábeis tais passivos por não atenderem aos critérios requeridos pela NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## **11. PATRIMÔNIO SOCIAL**

O patrimônio social da operadora é constituído por um Fundo Assistencial, comum a todos os planos de saúde administrados pelo Agros, que foi instituído pela Resolução nº 54/1993 do Conselho de Administração e Diretoria Executiva do Instituto e homologado pela Patrocinadora UFV através da

Portaria nº 1.190/1993. O montante deste fundo foi indicado atuarialmente no Estudo B-02, alternativa 02, da Nota Técnica STEA: D.T.A 2/1657/93/187, em consonância com o §1º do artigo 39 da Lei nº 6.435/1977 e com o artigo 120 do Regulamento Básico do Agros.

Os recursos do Fundo Assistencial são provenientes da dotação inicial da Patrocinadora UFV. Além disso, o fundo recebe também as diferenças entre as receitas e despesas mensais do plano.

Os Recursos do Fundo Assistencial são destinados para as seguintes coberturas:

- Custeio parcial das mensalidades relativas aos participantes inscritos no PAS-UFV até 1º de setembro de 2005, cujo valor será definido em função da faixa salarial do titular e do tamanho de seu grupo familiar;
- Diferença entre o valor calculado para a contribuição e o valor final de contribuição, em virtude da adoção do teto de 11% até abril e 13% de maio a dezembro de 2017 do salário de contribuição;
- Contribuição mensal, determinada segundo os mesmos critérios de cálculo do subsídio governamental, para os aposentados e pensionistas do Regime CLT, vinculados ao Plano A e inscritos até dezembro de 1993;
- Destinação mensal de 0,3% dos recursos do Fundo para os Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças instituídos pelo Agros.

Assim sendo, o patrimônio social destina-se à cobertura dos gastos da atividade assistencial relativa aos planos de saúde administrados, na forma do regulamento:

(R\$ Um)

Descrição	31/12/2017	Variação (+/-)	31/12/2016	Variação (+/-)	31/12/2015
Patrimônio Social – Fundo Assistencial	42.008.234	8.749.379	33.258.855	1.620.430	31.638.425
<b>Saldo</b>	<b>42.008.234</b>	<b>8.749.379</b>	<b>33.258.855</b>	<b>1.620.430</b>	<b>31.638.425</b>

A variação positiva observada no Patrimônio Social do Plano Assistencial decorre, substancialmente, pelo incremento de recursos que antes estavam alocados no Plano A da Gestão Previdencial. Cabe destacar que a Previc requereu ao Agros providenciar um estudo para verificar a correta segregação de recursos entre os Planos A e B, sendo que este estudo demonstrou, também, a existência de recursos da Gestão assistencial no Plano A. Dessa maneira, coube ao Gestão Assistencial uma parcela de recursos que totalizou R\$ 6.429 mil.

## 12. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Operadora, em atendimento ao que determina o item 20A da NBC TG 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. A conciliação resume-se em apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens reconciliados, à semelhança do que deve fazer a Entidade que usa o método indireto, em relação aos ajustes ao superávit ou déficit do exercício, para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais:

(R\$ Um)

<b>Fluxo de Caixa Pelo Método Indireto</b>		
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Déficit / superávit do Exercício</b>	<b>8.749.379</b>	<b>1.620.430</b>
<b>Ajustes para conciliação do déficit do exercício com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:</b>	<b>376.407</b>	<b>539.183</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	337.267	493.839
Baixa de Imobilizado	14.278	-
Depreciações do Imobilizado	24.862	45.344
<b>Resultado do Exercício Ajustado</b>	<b>9.125.786</b>	<b>2.159.613</b>
<b>(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais</b>	<b>(9.014.409)</b>	<b>(3.883.273)</b>
Aplicações Financeiras	(5.667.308)	(1.864.185)
Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(155.667)	(518.846)
Bens e Títulos a Receber	42.385	(80.602)
Despesas Antecipadas	(1.398)	(378)
Créditos Tributários e Previdenciários	(1.774.782)	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.457.639)	(1.419.262)
<b>Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais</b>	<b>(33.410)</b>	<b>1.775.888</b>
Débitos de Operações de Assistência Saúde	9.954	106.092
Déb. Oper. Assist. Saúde Não Rel. C/PI Saúde da Operad	210	40
Provisões	24.601	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	75.906	33.748
Provisões para Ações Judiciais	(260.763)	1.570.904
Débitos Diversos	116.683	65.104
<b>Atividade de Investimentos</b>	<b>(26.276)</b>	<b>(14.986)</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>(26.276)</b>	<b>(14.986)</b>
<b>Caixa Gerado/Utilizado nas Atividades Operacionais</b>	<b>51.691</b>	<b>37.242</b>

## 13. EVENTOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA

A distribuição dos saldos dos Quadros Auxiliares de Eventos Médico-hospitalares do Documento de Informações Periódicas (DIOPS) referente ao 4º trimestre de 2017 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 1, de 01/11/2013, dos planos coletivos empresariais adaptados à Lei nº 9.656/1998, com cobertura ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontologia na modalidade de preço pré-estabelecido:

**4.1.1.1.1.06 - Assistência Médico Hospitalar - Planos Coletivos Empresariais Pós Lei**

(R\$ Um)

	31/12/2017				31/12/2016			
	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Total	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Total
Consulta Médica	481.382	4.164.308	72.766	4.718.456	470.211	3.866.070	71.894	<b>4.408.174</b>
Exames	64.849	6.212.439	45.515	6.322.803	79.080	5.838.185	43.107	<b>5.960.372</b>
Terapias	3.643	1.307.947	12.908	1.324.498	3.242	1.557.905	28.524	<b>1.589.670</b>
Internações	-	22.370.834	374.461	22.745.295	-	20.418.684	380.638	<b>20.799.323</b>
Outros Atendimentos	-	7.935.894	52.152	7.988.046	-	5.952.369	45.499	<b>5.997.868</b>
Demais Despesas	1.536	212.158	47.907	261.601	162	13.171	114.077	<b>127.410</b>
<b>Total</b>	<b>551.410</b>	<b>42.203.580</b>	<b>605.709</b>	<b>43.360.699</b>	<b>552.695</b>	<b>37.646.384</b>	<b>683.739</b>	<b>38.882.817</b>

**4.1.1.1.2.1.06 - Assistência Odontológica**

(R\$ Um)

	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Total	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Total
Procedimentos Odontológicos	-	2.450.114	172.582	2.622.697	-	2.063.189	193.271	<b>2.256.460</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.450.114</b>	<b>172.582</b>	<b>2.622.697</b>	<b>-</b>	<b>2.063.189</b>	<b>193.271</b>	<b>2.256.460</b>

**Rede Assistencial Própria**

O Plano de Saúde do Agros mantém rede assistencial própria para atendimento dos usuários do plano de saúde, servidores da UFV, em Florestal – MG e seus dependentes. No exercício de 2017, para registro contábil dos custos fixos e variáveis, foi estabelecido que a precificação fosse a partir da divisão das despesas de pessoal e encargos, bem como as demais despesas administrativas de suporte à atividade da rede própria, pelo número de procedimentos realizados aos seus participantes, por aquela unidade.

**14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

Estas receitas apresentaram um aumento significativo em 2017, motivada substancialmente pelos seguintes fatores: i) Reversão da provisão de contingências com PIS e COFINS no montante de R\$ 1.627 mil; e ii) Reconhecimento de R\$ 1.109 mil referente ao valor principal do crédito de INSS descrito na Nota Explicativa nº 7 Item 1.

**15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

(R\$ Um)

<b>Outras Despesas De Operações De Planos De Assistência A Saúde - 4.4.1.3.1.9</b>			
Descrição da Conta	31/12/2017	31/12/2016	Varição
Despesas Com Encargos Sociais	1.444.596	1.052.325	37,28%
Reclamações Judiciais Não Cobertas No Contrato - Beneficiários De Plan	26.882	21.191	26,86%
Despesas Com Serviços Prestados Por Terceiros	615	48.221	-98,72%
Outras Despesas	4.684.893	5.560.861	-15,75%
<b>Total</b>	<b>6.156.986</b>	<b>6.682.597</b>	<b>-7,87%</b>

**16. DESPESA ADMINISTRATIVA**

Para cumprir sua finalidade de operadora de plano de saúde, o Agros realiza suas despesas administrativas com o Plano Assistencial, que podem ser identificadas como aquelas específicas desta atividade e outras que são comuns às demais atividades do Instituto, sendo estas rateadas, seguindo algum critério pré-estabelecido.

**16.1. Despesas Administrativas Específicas do Plano Assistencial**

As despesas administrativas, cujos objetivos estão diretamente identificados como exclusivos da atividade do plano de saúde do Agros, portanto custeadas com seus recursos.

## 16.2. Despesas Administrativas Comuns às Demais Atividades do Agros

As despesas administrativas do Agros de natureza comum são rateadas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), na proporção orçamentária dos centros de custos e nos custeios de cada plano, sendo a cota/parte da Gestão Assistencial custeada integralmente pelo Plano Assistencial por meio de reembolso de taxa administrativa.

O Agros vem adotando estudos para a gestão e rateio das suas despesas administrativas, apurada depois da segregação do PDA, por centros de custos, de modo a reconhecer com mais precisão no Plano Assistencial aqueles gastos da sua própria gestão. As despesas administrativas do Plano de Saúde são registradas na conta 4.6 do Plano de Contas da ANS, conforme demonstrado no quadro abaixo:

(R\$ Um)

<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS - Conta 4.6</b>			
<b>Descrição da Conta</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Variação</b>
Despesas Com Pessoal Próprio	6.452.735	5.813.475	11,00%
Despesas Com Serviços De Terceiros	1.400.530	1.527.526	-8,31%
Despesas Com Localização E Funcionamento	141.507	126.370	11,98%
Despesas Com Tributos	438.367	490.216	-10,58%
Despesas Com Multas Administrativas	24.601	-	0,00%
Despesas Administrativas Diversas	18.367	128.543	-85,71%
<b>Total</b>	<b>8.476.107</b>	<b>8.086.130</b>	<b>4,82%</b>

## 17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para evitar e amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos. O Instituto supervisiona as atividades com o auxílio de sistema e assessoria especializada, desenvolvendo várias ações.

Destacam-se:

- Levantamento/atualização de processos
- Identificação dos riscos;
- Avaliação/análise dos riscos;
- Análise qualitativa dos riscos (priorização dos riscos para análise e ação adicional por meio de avaliação não quantitativa de seus impactos e do nível de riscos);
- Análise quantitativa dos riscos (análise numérica do efeito dos riscos mais críticos evidenciados na análise qualitativa);
- Definição de alternativas para tratamento dos riscos;
- Definição de metodologias, processos, modelos e, ou, controles voltados para a gestão de riscos;
- Validação de metodologias, processos, modelos e, ou, controles voltados para a gestão de riscos;
- Monitoramento (analisar a efetividade dos planos de ação, comportamento de indicadores, limites de exposição e existência de controles internos);
- Consolidação do perfil de risco da operadora;
- Apoio a decisões quanto aos aspectos de riscos;
- Treinamento interno em relação a riscos;
- Implementação de ações para disseminação da cultura de riscos na operadora; e
- Controle e reporte de exposições a riscos (acompanhamento das ações de mitigação, proposição, implementação e acompanhamento das ações de controle).

Além da avaliação de riscos citada acima, o Agros adota os seguintes controles em seus procedimentos de atendimento ao participante:

- Check list - Solicitação de procedimentos médicos e odontológicos;
- Check list - Solicitação de reembolso;
- Check list - Garantia de atendimento;
- Protocolo de atendimento;
- Gravação dos atendimentos telefônicos;
- Dupla checagem das informações cadastrais dos beneficiários;
- Regras de cadastro implementadas no sistema de gestão; e
- Normativos internos – Reembolso, Normas de OPME, Alçadas e Competências, etc

Importante salientar que o Agros, em relação a seus administradores, empregados ou assemelhados, estabelece regras, código de ética e conduta que protegem a integridade e continuidade do Instituto. Além disso, considerando que o Instituto é uma entidade de previdência complementar que administra planos de saúde para seus participantes, possui manual de governança corporativa e divulga em seu site, para maior transparência de suas ações, demonstrativos de investimentos, demonstrativos contábeis e financeiros, política de investimentos, entre outros.

Ressalta-se que o Instituto reconhece que os procedimentos de avaliação de riscos e controles devem ser mantidos e aprimorados como prática periódica em suas atividades.

## 18. INFORMAÇÕES FINAIS E FATOS RELEVANTES

### 18.1. Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças

A ANS classifica como Programa todo “conjunto ordenado e sistematizado de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças de âmbito coletivo, direcionadas a um público-alvo específico sob a coordenação de técnicos vinculados diretamente ou de forma terceirizada à operadora de plano de saúde” (ANS, 2008, p.45).

O Agros tem trabalho na implantação e desenvolvimento desses programas, dentro das linhas de cuidado priorizadas pela ANS, sendo todos os programas inscritos junto a Agência. Em 2017 tínhamos em funcionamento Semente - Serviço de Atendimento à Saúde Mental, formulário de inscrição (Identificador) nº 40.641 com 27 beneficiários inscritos, Espaço Movimento - Serviço de Atividade Física e Saúde, formulário de inscrição (Identificador) nº 68.702 com 103 beneficiários inscritos, Programa de Assistência Domiciliar, formulário de inscrição (Identificador) nº 74.994 com 116 beneficiários inscritos, Campanha Agros pela Saúde da Mulher, formulário de inscrição (Identificador) nº 74.985 com 1.390 beneficiários inscritos, Campanha Agros pela Saúde do Homem, formulário de inscrição (Identificador) nº 74.993 com 1.237 beneficiários inscritos e Campanha Agros de Vacinação contra a Gripe, formulário de inscrição (Identificador) nº 86222 com 3.900 beneficiários inscritos.

O Número de beneficiários informado refere-se à última atualização realizada no site da ANS. Estes dados foram atualizados em março de 2017.

Segue abaixo quadro comparativo das despesas realizadas com os programas de promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças:

(R\$ Um)

<b>PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE RISCOS E DOENÇAS</b>			
<b>Programas Inscritos</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Varição</b>
Semente - Serviços de Atendimentos à Saúde Mental	337.626	274.700	22,91%
Programa de Assistência Domiciliar	2.104.669	1.740.910	20,89%
Espaço Movimento - Serviço de Atividade Física e Saúde	48.185	24.963	93,02%
Campanhas	155.948	149.722	4,16%
<b>Total</b>	<b>2.646.428</b>	<b>2.190.295</b>	<b>20,83%</b>

## 18.2. Ouvidoria

O Agros encaminhou relatório à ANS em cumprimento da Resolução Normativa (RN) nº 323 da ANS, de 03/04/2013, que estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do serviço de Ouvidoria para as operadoras de planos privados de assistência à saúde. O relatório apresenta um balanço das manifestações registradas no decorrer de 2017.

Os principais objetivos da Ouvidoria estão voltados para o estabelecimento de uma boa relação entre o Agros e o seu público; a solução de problemas com coerência e justiça; o recebimento de reclamações, sugestões, denúncias, dúvidas, elogios e reanálise de solicitação de procedimento e/ou serviço de cobertura assistencial; a redução de reclamações via órgãos de justiça e a contribuição para melhoria de processos.

A Ouvidoria do Agros recebeu 46 manifestações em 2017. Os canais de comunicação utilizados foram o e-mail, site e atendimento presencial, sendo este último o mais procurado para as demandas de reanálise de negativa de procedimentos.

Dos 46 registros, 26 foram de requerimento de reanálise de solicitação de procedimento e/ou serviço de cobertura assistencial.

## 18.3. Novas Resoluções

A ANS editou no final de 2017 novas Resoluções Normativas que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo elas:

- RN nº. 430, de 07 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre as operações de compartilhamento de gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde; altera a Resolução Normativa – RN n. 209, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisão Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde
- i) altera o Anexo da RN nº 290 que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde;
- ii) altera a RN nº 389 que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil;
- iii) altera a RN nº 392 que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar e dá outras providências; e
- iv) altera o Anexo I da Instrução Normativa – IN nº 45, de 15 de dezembro de 2010, da Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 2º-A da RN nº 173, de 10 de julho de 2008, e alterações posteriores, e o disposto no art. 5º da RN nº 227, de 19 de agosto de 2010, quanto ao Relatório de Procedimentos Previamente Acordados – PPA exigido; e revoga a RN nº 191, de 8 de maio de 2009, que institui o Fundo Garantidor do Segmento de Saúde Suplementar (FGS) pelas Operadoras de Planos de Saúde; e
- RN 431, de 08 de dezembro de 2017 – que institui o Programa Especial de Escala Adequada (PEA), com o objetivo de viabilizar a continuidade da assistência à saúde daqueles beneficiários de operadoras de pequeno e médio portes que avaliam não ter condições de atuar na saúde suplementar como ofertantes de planos de saúde e buscam uma saída voluntária ordenada ou a transferência do seu controle.

#### 18.4. Outros Eventos Subsequentes

##### Provisão Contingencial do PIS e da COFINS

Após adesão do Agros ao PERT do Processo do PIS, foram pagas as quatro primeiras parcelas vencidas entre setembro e dezembro de 2017, que corresponderam ao montante de R\$166.246. Em relação ao restante do débito, a Entidade aprovou e operacionalizou a quitação integral, com desconto, no montante de R\$ 610.986, com vencimento em 31 de janeiro de 2018. Após esse pagamento, temos a extinção do débito original de R\$ 2.184.835, gerando uma reversão de R\$1.407.603 na conta de Provisão de contingência Tributária, na proporção dos Planos A, B e Assistencial. Coube ao Plano Assistencial a reversão contingencial de R\$ 41.524, e o pagamento residual de R\$ 18.024.

Viçosa, 31 de dezembro de 2017.

Regimar Ferreira de Freitas  
Contador CRC MG 53166  
CPF: 478.633.236-49

Rodarte Nogueira Consultoria em  
Estatística e Atuária  
CIBA 070

Constantino José Gouvêa Filho  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF: 281.388.056-68

Gilberto Paixão Rosado  
Diretor de Seguridade  
CPF: 099.545.035-87

Nairam Félix de Barros  
Diretor Geral  
CPF: 043.776.996-87

**PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS**



JM/0312/2018

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2018.

Ilmo. Sr.  
Dr. Nairam Félix de Barros  
M.D. Diretor Geral do  
**AGROS**

Prezado Senhor,

Estamos apresentando, em anexo, o Parecer Atuarial relativo ao final do exercício de 2017, do Plano A (Previdenciário Celetista) do Agros (CNPB: 1980.0008-83) e do Plano B (Previdenciário Estatutário) do Agros (CNPB: 1992.0001-74).

Ao inteiro dispor para maiores orientações e esclarecimentos, reiteramos nossas elevadas estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO**  
ATUÁRIO MIBA 2799



**Anexo 1 ao JM/0312/2018 de 19/02/2018**

**Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2017**

**Plano A (Previdenciário Celetista) do Agros**

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano Previdenciário Celetista vigente no Agros, patrocinado pelo Agros e UFV, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado, de modalidade Benefício Definido (BD), cujos dados foram objetos de análise de consistência, registrou, em 31/12/2017, contabilmente, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 7.743.086,15, equivalente a 5,59% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 138.589.185,76.
- 2) Desde 1º de junho de 2017, o Plano de Custeio voltou a ser o fundamentado na avaliação atuarial de 1979, que, em decorrência da adequação à Emenda Complementar nº 20 de 15/12/1998, vigorou no período de Dezembro/1998 a Julho/2010, quais sejam:

**i) Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos:**

Idade do Participante na Data da Inscrição	Sobre o Salário de Participação (%)	Sobre o Excesso do Salário de Participação	
		Em relação à metade do maior valor teto do salário-de-benefício da previdência social (%)	Em relação ao maior valor teto do salário-de-benefício da previdência social (%)
Até 18	1,50	2,00	7,00
19	1,55	2,00	7,00
20	1,60	2,00	7,00
21	1,65	2,00	7,00
22	1,70	2,00	7,00
23	1,75	2,00	7,00
24	1,80	2,00	7,00
25	1,85	2,00	7,00
26	1,90	2,00	7,00
27	1,95	2,00	7,00
28	2,00	2,00	7,00
29	2,05	2,00	7,00
30	2,10	2,00	7,00
31	2,15	2,00	7,00
32	2,20	2,00	7,00
33	2,25	2,00	7,00
34	2,30	2,00	7,00
35	2,35	2,00	7,00
36	2,40	2,00	7,00
37	2,45	2,00	7,00
38	2,50	2,00	7,00
39	2,55	2,00	7,00
40	2,60	2,00	7,00
41	2,65	2,00	7,00
42	2,70	2,00	7,00
43	2,75	2,00	7,00
44	2,80	2,00	7,00
45	2,85	2,00	7,00
46	2,90	2,00	7,00
47	2,95	2,00	7,00
48 e mais	3,00	2,00	7,00

**NOTA:** Aos participantes não assistidos que se filiaram ao Plano com idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos será incluída a cobrança da Joia de Adesão, em conformidade com o Regulamento do Plano, o ofício STEA: DT.A.2/1229/88/187 e a Resolução 32/90 do Conselho de Administração

**ii) Contribuição Normal dos Assistidos (\*1):**

A contribuição normal dos assistidos corresponde a 0,20% do valor total recebido como benefício de aposentadoria.





iii) **Contribuição Normal da Patrocinadora (\*1):**

Valor igual ao total das contribuições recolhidas a cada mês pelos Participantes Ativos a este Plano de Previdência Complementar do Agros.

(\*1) 15% do total das Contribuições Previdenciárias dos Participantes Não Assistidos e Assistidos e da Patrocinadora se destinam ao custeio das despesas administrativas, observados os limites legais aplicáveis.

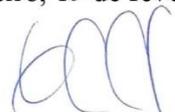
- 3) Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano, tomando por base o valor do Ajuste de Precificação informado pela Entidade, em 31/12/2017, corresponde a:

Patrimônio de Cobertura	R\$ 138.589.185,76
Provisões Matemáticas	R\$ 130.846.099,61
Resultado Técnico Acumulado	R\$ 7.743.086,15
Ajuste de Precificação	R\$ 1.162.335,67
Resultado Técnico Ajustado	R\$ 8.905.421,82

O Resultado Técnico Acumulado de R\$ 7.743.086,15 está totalmente registrado na Reserva de Contingência, tendo em vista que a Duração do Passivo é de 13,86 anos.

**NOTA:** Em conformidade com a Resolução CGPC Nº 26/2008 (atualizada), o valor do Ajuste de Precificação não pode ser utilizado para Distribuição e Destinação de Superávit. Portanto, não pode ser contabilizado como Reserva de Contingência ou Reserva Especial de Revisão de Plano, no resultado superavitário registrado no exercício.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2018.



**GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO**  
ATUÁRIO MIBA 2799



**Anexo 2 ao JM/0312/2018 de 19/02/2018**

**Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2017**

**Plano B (Previdenciário Estatutário) do Agros**

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano Previdenciário Estatutário vigente no Agros, patrocinado/instituído pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado, de modalidade Benefício Definido (BD), cujos dados foram objetos de análise de consistência, registrou, em 31/12/2017, contabilmente, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 255.821.923,57, equivalente a 38,22% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 669.254.855,36.
- 2) Desde 1º de abril de 2017, o Plano de Custeio passou a ser idêntico a todos os participantes não assistidos, sendo a cobrança da joia de adesão suspensa (quando realizada), quais sejam:
  - i) **Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos:**  
A contribuição normal dos participantes ativos corresponde a 0,20% do valor do salário de participação.
  - ii) **Contribuição Normal dos Assistidos (\*1):**  
A contribuição normal dos assistidos corresponde a 0,20% do valor recebido como benefício de aposentadoria do regime próprio de previdência.  
  
(\*1) 15% do total das Contribuições Previdenciárias dos Participantes Não Assistidos e Assistidos se destinam ao custeio das despesas administrativas, observados os limites legais aplicáveis.
- 3) Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano, tomando por base o valor do Ajuste de Precificação informado pela Entidade, em 31/12/2017, corresponde a:

Patrimônio de Cobertura	R\$ 669.254.855,36
Provisões Matemáticas	R\$ 413.432.931,79
Resultado Técnico Acumulado	R\$ 255.821.923,57
Ajuste de Precificação	R\$ 8.141.580,62
Resultado Técnico Ajustado	R\$ 263.963.504,19

O Resultado Técnico Acumulado de R\$ 255.821.923,57 está registrado da seguinte forma: R\$ 97.156.738,97 na Reserva de Contingência e R\$ 158.665.184,60 na Reserva Especial de Revisão de Plano, tendo em vista que a Duração do Passivo é de 13,50 anos.

**NOTA:** Em conformidade com a Resolução CGPC Nº 26/2008, o valor do Ajuste de Precificação não pode ser utilizado para Distribuição e Destinação de Superávit.





Portanto, não pode ser contabilizado como Reserva de Contingência ou Reserva Especial de Revisão de Plano, no resultado superavitário registrado no exercício.

**FATO RELEVANTE:**

ii) Durante o exercício de 2017, tomando por base as colocações feitas pelo AGROS sobre a manutenção do Fundos Previdenciais constituídos para Destinação de Superávit no Plano, bem como a manifestação jurídica elaborada através do Parecer nº 007/2018, sabendo ainda que a destinação destes Fundos não foi aprovada pelo Órgão Regulador do segmento de EFPC, com preceito de que não há amparo legal para utilização do Superávit Técnico Acumulado de um Plano de Benefícios sequer aprovado pelo Órgão, estes Fundos Previdenciais foram revertidos para o Ativo Garantidor do Plano de Benefícios.

ii) Salvo Parecer Jurídico em contrário, enquanto não for decidido a quem pertence as reservas financeiras desse Plano Estatutário do Agros (em processo na Previc), entendemos que não deva ser aplicada a Resolução CGPC Nº 26/2008 e suas alterações, no que diz respeito à destinação e utilização do Superávit.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2018.



**GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO**  
ATUÁRIO MIBA 2799

## PARECERES DA AUDITORIA EXTERNA



Rua Paraíba, 1352, 12º andar - 30.130-141  
Belo Horizonte, Minas Gerais  
Tel. +55 31 3282-9939  
secretaria@nexia-teixeira-auditores.com.br  
www.nexia-teixeira-auditores.com.br



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores Membros da Diretoria Executiva e Conselheiros do  
**Agros - Instituto UFV de Seguridade Social**

### Opinião com ressalva

Examinamos as Demonstrações contábeis do Agros - Instituto UFV de Seguridade Social ("Agros" ou "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pelo Instituto, aqui denominados de Consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8), em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, todas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa Opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com ressalva", as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Agros - Instituto UFV de Seguridade Social e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

### **Base para Opinião com ressalva**

Conforme descrito na Nota explicativa nº 7.5, o Agros apresenta na DAL do Plano A um ativo denominado "Empréstimos EMAADI", de R\$ 13.986 mil em 31 de dezembro de 2017, decorrente de empréstimos concedidos aos participantes deste plano. Na época da concessão, esses empréstimos eram equivalentes ao valor da Reserva de Poupança de cada participante. Após concedidos os empréstimos passaram a ser atualizados pelo INPC, acrescidos de juros de 5% ao ano, conforme meta atuarial. As amortizações do saldo devedor ocorrem à medida que os participantes se aposentam, com a aplicação de um fator redutor, calculado atuarialmente, incidente sobre os benefícios a serem pagos. Todavia, estima-se que parte deste saldo apresenta risco de não ser recebido, devido substancialmente: i) pela expectativa de vida dos participantes assistidos ser menor do que o prazo médio de recebimento das parcelas, tomando-se por base o saldo devedor de cada participante em relação aos valores descontados atualmente nos benefícios; e ii) devido ao índice de atualização do saldo dos empréstimos ser superior à parcela amortizada mensalmente. Em 31 de dezembro de 2017 estima-se que seria requerida uma provisão R\$ 3.502 mil para cobrir o risco de perda com esta carteira de investimento. Neste sentido, o saldo de empréstimo de R\$ 17.645 mil e o Superávit técnico acumulado de R\$ 7.743 mil apresentados na Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano A estão apresentados a maior, bem como o Déficit técnico do exercício de R\$ 13.273 mil, apresentado na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL deste mesmo Plano, está a menor, ambos por R\$ 3.502 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalva.

### **Ênfases**

Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião, e conforme requerido na Norma de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade, aprovada pela NBC-TA 706, o assunto a seguir é considerado relevante para os usuários das Demonstrações contábeis:

1. O Instituto firmou com a PREVIC em 07 de outubro de 2014 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o objetivo de: i) comprovar a segregação dos recursos dos Planos A e B administrados pelo Agros e ii) assegurar a existência ou não de recursos de origem pública no Plano B após a criação do mesmo.

Em referência ao item "i", em agosto de 2017 a PREVIC emitiu Ofício contendo o aceite de um estudo preparado em abril de 2017 por empresa especializada contratada pelo Agros, no qual foi apontado que o Ativo e o Superávit Acumulado do Plano A estavam apresentados a maior por aproximadamente R\$ 17.815 mil na data base de 31 de dezembro de 2016. O Agros atualizou o montante apurado no estudo até a data base de 31 de julho de 2017, cujo valor totalizou R\$ 22.000 mil e, em setembro de 2017, efetuou a segregação de tais recursos destinando-os da seguinte forma: ao Plano B R\$ 15.220 mil, ao PGA R\$ 350 mil, e para o Assistencial R\$ 6.430 mil.

Já em atendimento ao item "ii" do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o Agros apresentou para a PREVIC em dezembro de 2015 um "Termo de Quitação" emitido pela patrocinadora Universidade Federal de Viçosa - UFV, que declarou inexistir qualquer débito do Instituto em decorrência da instituição do Regime Jurídico Único – RJU da União, em especial com relação às contribuições aportadas por esta patrocinadora até outubro de 1995, em face de ter ocorrido prazo prescricional de cobrança dos valores ou discussão a respeito. Em novembro de 2017 o Agros recebeu um Ofício do Escritório de Representação da PREVIC em Minas Gerais comunicando o encerramento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) sobre sua responsabilidade, tendo em vista que a Entidade apresentou comprovações a cerca dos ajustes de recursos entre os planos referido no item "i" e que, quanto ao item "ii", a fiscalização concluiu pela existência de recursos públicos no Plano B mas que, todavia, em face de interposição de recurso do Agros, este assunto será tratado no âmbito de processo administrativo na PREVIC em Brasília. Cabe destacar que a implementação do Plano B desde a sua criação não é reconhecida e aprovada pelo órgão regulador das EFPC, embora tenha registro no CNPB – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios.

Apesar disso, o assunto relacionado ao item "ii", continua em aberto na PREVIC sendo incerto conhecer o desfecho do mesmo e seus eventuais reflexos nas Demonstrações contábeis do Agros em face de decisão futura a ser proferida pelo órgão regulador a respeito da devolução ou não dos recursos existentes no Plano B.

### **Outro assunto**

1. As Demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por e sobre as quais emitimos um relatório datado em 08 de maio de 2017, contendo ressalva sobre a necessidade de ser feita a segregação de recursos do Plano A para os Planos B, Assistencial e PGA. Em 2017 a Entidade efetivou a segregação dos recursos e essa ressalva deixou de existir. Conteve ainda parágrafo de "Outros assuntos" informando que não havia depósitos judiciais para fazer face a eventual desfecho desfavorável ao



Agros em discussão envolvendo o não recolhimento da COFINS (Nota explicativa 10). Em 2017 a Entidade ajustou o saldo da Provisão e Confins a recolher para ficar em linha com os controles da Receita Federal do Brasil e este assunto não é mais requerido em nosso relatório.

### **Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis e o relatório do Auditor**

Os Gestores da Entidade são responsáveis por prepararem outras informações do Agros e divulgá-las no Relatório Anual de Informações - RAI. Este relatório é requerido pela Instrução PREVIC 13/2014 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações contábeis da Entidade remetidas para a PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras coisas: informações sobre a situação patrimonial dos planos, as demonstrações contábeis consolidadas, pareceres, etc. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores devem efetuar leitura e verificação de consistência dessas outras informações com as Demonstrações contábeis auditadas. Na data de emissão deste relatório, o RAI de 2017 ainda se encontra em fase de elaboração e, por esta razão, não efetuamos a leitura do mesmo cujo o prazo de entrega é previsto para ocorrer ao final de abril de 2018.

Nossa Opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais - RAI e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

### **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações contábeis**

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Instituto.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis



representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, se houverem, que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de março de 2018.

  
**nexia teixeira auditores**  A member of **Nexia**  
CRC-MG 5.194 International

  
**Adriano Rezende Thomé**  
Sócio e Diretor  
CRC-MG 77.874-O/6



Rua Paraíba, 1352, 12º andar - 30.130-141  
Belo Horizonte, Minas Gerais  
Tel. +55 31 3282-9939  
secretaria@nexia-teixeira-auditores.com.br  
www.nexia-teixeira-auditores.com.br

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Senhores Conselheiros e Membros da Diretoria do

**AGROS - INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**

### **Opinião**

Examinamos as Demonstrações contábeis da Gestão Assistencial relacionada às operações de planos de saúde administrados pelo Agros - Instituto UFV de Seguridade Social ("Agros" ou "Operadora"), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gestão Assistencial relacionada às operações de planos de saúde administrados pelo Agros em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

### **Outros Assuntos**

As Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos um relatório datado em 10 de abril de 2017, contendo ressalva sobre a ausência do reconhecimento de crédito tributário a favor do Agros relacionado à contribuição previdenciária apurada na base de 15% sobre os valores de notas fiscais ou faturas de serviços prestados por cooperativas de trabalho. Em 2017 o Agros reconheceu o referido crédito tributário.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração do Agros é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações contábeis**

A Administração do Agros é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis da Gestão Assistencial relacionada às operações de planos de saúde de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Operadora.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as Demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, se houverem, que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de março de 2018.



  
**Adriano Rezende Thomé**  
Sócio e Diretor  
CRC-MG 77.874-O/6

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Agros – Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou as informações das atividades e dos documentos descritos a seguir: **1) Referente aos Planos Previdenciários e Administrativo:** “Demonstração dos Balanços Patrimoniais (BP)– Consolidada”, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) – Consolidada”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) – Plano A (Celetista)”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) – Plano C (Agros CD-01)”, “Demonstração do Ativo Líquido (DAL) – Plano A (Celetista)”, “Demonstração do Ativo Líquido (DAL) – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração do Ativo Líquido (DAL) – Plano C (Agros CD-01)”, “Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Consolidada”, “Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) – Plano A (Celetista)”, “Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) – Plano C (Agros CD-01)”, “Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis”, “Parecer Atuarial – Plano Previdenciário Celetista – Plano A – CLT”, “Parecer Atuarial – Plano Previdenciário Estatutário – Plano B – RJU”, “Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”; **2) Referente ao Plano Assistencial:** “Balanço Patrimonial (BP) – Ativo”, “Balanço Patrimonial (BP) – Passivo”, “Demonstração do Resultado (DR)”, “Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto (DFC)”, “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)”, “Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)”, “Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis”, “Relatório da Administração”, “Parecer Atuarial sobre as Provisões Técnicas”, “Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”, “Relatório Circunstanciado dos Auditores Independentes”, sendo toda esta documenta o relativa ao **exercício findo em 31/12/2017**.

### Comentários sobre as “Ressalva e ênfase” do Auditor Independente – Atividade Previdencial:

Este Conselho Fiscal tem conhecimento dos assuntos abordados pelos Auditores Independentes no Relatório/Parecer do Exercício de 2017, quanto a “Ressalva e ênfase”, visto que o Agros está tratando dos referidos pontos, junto à Previc.

A Ressalva trata da Carteira de Empréstimos aos Participantes, com foco específico no EMAADI do Plano A-CLT. Para esta questão a direção do Agros tem mantido contato com o Escritório da Previc em Belo Horizonte, onde deverá ser realizado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com objetivos específicos e prazos a serem definidos para os ajustes e conclusão.

Já na ênfase do Parecer dos Auditores, destaca-se o item “ii” do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de outubro de 2014, que trata do questionamento da Fiscalização da Previc, quanto   “existência ou não de recursos de origem pública no Plano B-RJU, após a sua criação”.

No Exercício de 2017 o Agros recebeu um Ofício do Escritório da Previc de Minas Gerais, comunicando o encerramento do TAC, por ter cumprido a sua primeira parte – item “i”, que tinha como finalidade comprovar a segregação dos recursos dos planos A e B administrados pela Entidade. Como a fiscalização mantem o questionamento da existência de recursos públicos no Plano B-RJU, o Agros interpôs recurso, e o processo irá ser tratado no âmbito da Previc em Brasília.

### Conclusão:

Baseado nesses exames e em análises procedidas nos balancetes e demais demonstrativos, nas informações complementares obtidas junto aos órgãos financeiros, administrativos e contábeis da Instituição e, ainda, nos Pareceres das Assessorias Atuariais e dos Relatórios e Pareceres dos Auditores

Independentes, o Conselho Fiscal **aprova** as contas e demonstrações financeiras acima mencionadas, visto que representam adequadamente a posição patrimonial e financeira consolidada e individual por planos de benefícios e administrativo do Agros em 31 de dezembro de 2017.

Viçosa, 19 de março de 2018.

  
Marçillo Rodrigues Martins

  
Jaime Alves Vilela

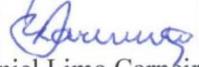
  
Valter Ladeira de Freitas

  
José Aparecido de Paula

  
Paulo Roberto da Silva

  
Álvaro César Sant'Anna

  
Edson de Araújo

  
Daniel Lima Carneiro

## MANIFESTAÇÃO O CONSELHO DELIBERATIVO

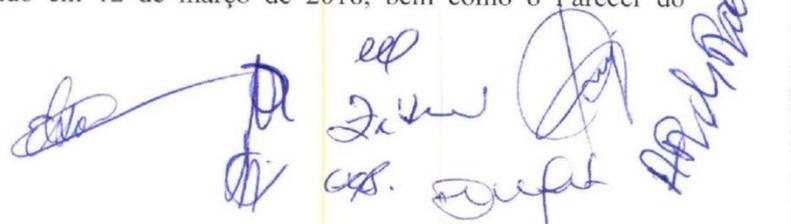
### RESOLUÇÃO CDE N° 368/2018

*Aprova as demonstrações contábeis, que compreendem as posições financeira e patrimonial do Instituto e demais informações contidas no Relatório Anual de Informações em 31 de dezembro de 2017.*

O Conselho Deliberativo do Agros - Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, e em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou os seguintes documentos referentes: **(1) Planos Previdenciários e Administrativo:** “Demonstração dos Balanços Patrimoniais (BP) – Consolidada”, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) – Consolidada”, “Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Consolidada”, “Demonstração do Ativo Líquido (DAL) – Plano A (Celetista)”, “Demonstração do Ativo Líquido (DAL) – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração do Ativo Líquido (DAL) – Plano C (Agros CD-01)”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) – Plano A (Celetista)”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) – Plano C (Agros CD-01)”, , “Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) – Plano A (Celetista)”, “Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) – Plano C (Agros CD-01)”, “Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis”, “Parecer Atuarial – Plano A (Celetista) e Plano B (Estatutário)”, “Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrac es Contábeis”; **(2) Plano Assistencial:** “Balanço Patrimonial (BP) – Ativo”, “Balanço Patrimonial (BP) – Passivo”, “Demonstração do Resultado (DR)”, “Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto (DFC)”, “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)”, “Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)”, “Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis”, “Parecer Atuarial sobre as Provisões Técnicas”, “Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrac es Contábeis”, “Relatório Circunstanciado dos Auditores Independentes”. Toda a documenta o mencionada refere-se ao **exercício findo em 31 de dezembro de 2017.**

Este Conselho também tomou conhecimento e analisou o Parecer do Conselho Fiscal e as demais informa es constantes no **Relatório Anual de Informac es - RAI.**

Este Conselho Deliberativo acompanha e ratifica as “Ressalva e ênfase” do Auditor Independente – Atividade Previdencial, em relatório emitido em 12 de março de 2018, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, de 19 de março de 2018.



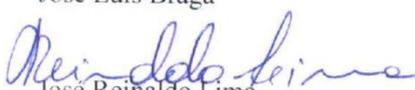
Considerando os pareceres favoráveis da Assessoria Atuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Entidade e, nas análises e verificações deste Colegiado sobre as informações contidas no RAI, o Conselho Deliberativo entendeu que as referidas demonstrações contábeis e suas notas explicativas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2017, deliberando por sua aprovação.

Viçosa, 26 de março de 2018.

  
Augusto César de Queiroz

  
Evaristo Luciano Rosa

  
José Luis Braga

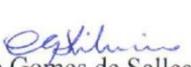
  
José Reinaldo Lima

  
Antônio Raimundo Charrão Rodrigues

  
Álvaro de Araújo

  
José Reinaldo de Freitas

  
Ricardo Gandini Lugão

  
Cibele Gomes de Salles Tibúrcio

### **Diretoria Executiva**

Nairam Félix de Barros (Diretor Geral)  
Constantino José Gouvêa Filho (Diretor Administrativo-Financeiro)  
Gilberto Paixão Rosado (Diretor de Seguridade)

### **Conselho Fiscal**

Marcílio Rodrigues Martins (Presidente)  
Paulo Roberto da Silva  
Jaime Alves Vilela  
Álvaro César Sant'Anna  
Valter Ladeira de Freitas  
Edson de Araújo  
José Aparecido de Paula  
Daniel Lima Carneiro

### **Conselho Deliberativo**

Augusto César de Queiroz (Presidente)  
Antônio Raimundo Charrão Rodrigues  
Evaristo Luciano Rosa  
Álvaro de Araújo  
José Luis Braga  
José Reinaldo de Freitas  
José Reinaldo Lima  
Ricardo Gandini Lugão  
Cibele Gomes de Salles Tibúrcio  
Carlos Augusto de Alencar Fontes  
Fernando Antonio Silva Frutuoso

# Agros - Instituto UFV de Seguridade Social

## **Viçosa**

Av. Purdue, s/n, Campus da UFV

36570-900

Telefone: (31) 3899-6550

## **Belo Horizonte**

Rua Sergipe, 1.087, salas 1004 e 1005, 10º andar,

Savassi. 30130-171

Telefone: (31) 3227-5878

## **Florestal**

R. Pará de Minas, 128, Centro

35690-000

Tel: (31) 3536-2100

[www.agros.org.br](http://www.agros.org.br)